



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

Diogo Miguel Melo Lopes Ferreira

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA E O FEMINISMO  
AS REPRESENTAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA ACERCA DO  
FEMINISMO

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela  
Professora Doutora Madalena Duarte e apresentada à Faculdade de  
Economia da Universidade de Coimbra

Junho de 2022





Diogo Miguel Melo Lopes Ferreira

## **Estudantes da Universidade de Coimbra e o Feminismo**

As Representações dos/as Estudantes da Universidade de Coimbra acerca do  
Feminismo

*Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora  
Madalena Duarte e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
para obtenção do grau de Mestre*

Junho de 2022



*Para a minha Fatinha,  
que continue a ser exemplo de  
perseverança,  
coragem  
e força.*

*Para a minha Constança e o meu Miguel,  
que o vosso futuro  
seja mais justo e igualitário  
do que o meu presente.*



## ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS .....	III
AGRADECIMENTOS .....	IV
RESUMO .....	V
ABSTRACT .....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
<b>PARTE I — ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. FEMINISMOS — TEORIAS E DESAFIOS .....</b>	<b>4</b>
1.1. DEFININDO O FEMINISMO .....	4
1.2. RAÍZES DO FEMINISMO .....	6
1.3. O CONTEXTO PORTUGUÊS .....	7
1.4. VAGAS FEMINISTAS .....	9
1.4.1. <i>Primeira Vaga</i> .....	10
1.4.1.1. Sufrágio feminino .....	11
1.4.1.2. Igualdade na lei .....	11
1.4.1.3. Crítica interna.....	12
1.4.1.4. Contexto português .....	13
1.4.2. <i>Segunda Vaga</i> .....	15
1.4.2.1. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” .....	16
1.4.2.2. “O pessoal é político” .....	16
1.4.2.3. “O problema sem nome” .....	17
1.4.2.4. Contexto português .....	18
1.4.3. <i>Terceira Vaga</i> .....	21
1.4.3.1. Género como performance.....	23
1.4.3.2. Interseccionalidade .....	23
1.4.3.3. Contexto português .....	24
1.5. CORRENTES FEMINISTAS .....	26
1.5.1. <i>Feminismo Liberal</i> .....	27
1.5.2. <i>Feminismo Marxista/Socialista</i> .....	28
1.5.3. <i>Feminismo Radical</i> .....	29
1.5.4. <i>Feminismo Interseccional</i> .....	30
<b>2. O FEMINISMO E OS HOMENS .....</b>	<b>33</b>
2.1. RELAÇÃO DO FEMINISMO COM OS HOMENS .....	33
2.2. PAPEL DOS HOMENS NO FEMINISMO .....	35
2.3. LABELLING: HOMENS FEMINISTAS OU HOMENS PRÓ-FEMINISTAS? .....	36
<b>PARTE II — ESTUDO EMPÍRICO.....</b>	<b>41</b>
<b>3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>41</b>
3.1. METODOLOGIA .....	44
3.1.1. <i>Entrevistas Semiestruturadas</i> .....	44
3.2. ANÁLISE DE INFORMAÇÕES.....	47
<b>4. OS/AS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E AS DESIGUALDADES DE GÉNERO... ..</b>	<b>49</b>
4.1. AS REPRESENTAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES ACERCA DAS DESIGUALDADES DE GÉNERO.....	49
4.1.1. ... <i>na violência</i> .....	49
4.1.2. ... <i>em casa</i> .....	50
4.1.3. ... <i>na Escola</i> .....	51
4.1.4. ... <i>na maternidade/paternidade</i> .....	52
4.1.5. ... <i>no local de trabalho</i> .....	53
4.1.6. ... <i>no futuro</i> .....	54

4.2.	DISCRIMINAÇÕES/VIOLÊNCIAS DE GÉNERO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA? .....	54
4.2.1.	<i>Na sala de aula</i> .....	55
4.2.2.	<i>Na Praxe Académica</i> .....	56
4.2.3.	<i>Na vida noturna académica</i> .....	58
4.3.	A ENTRADA NA UNIVERSIDADE E A CONSCIÊNCIA FEMINISTA .....	59
<b>5.</b>	<b>FEMINISMOS: REPRESENTAÇÕES DO/AS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA</b> .....	<b>61</b>
5.1.	O QUE É O FEMINISMO? .....	61
5.1.1.	<i>Perceções erradas</i> .....	61
5.1.2.	<i>O que sabem os/as estudantes... acerca da História do feminismo?</i> .....	62
5.1.2.1.	... acerca de correntes feministas? .....	63
5.1.2.2.	... acerca do feminismo interseccional? .....	64
5.1.2.3.	... acerca da inclusão no feminismo? .....	64
5.2.	FEMINISMO, HOJE. ....	66
5.3.	ESTUDANTES: CONSIDERAM-SE FEMINISTAS? .....	66
5.3.1.	<i>... e em público?</i> .....	67
5.4.	QUEM ACHAM QUE PODE SER FEMINISTA? .....	68
5.5.	OS HOMENS NO FEMINISMO .....	69
5.6.	FEMINISMO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA? .....	71
5.6.1.	<i>Feminismos no grupo de colegas/amigos de Universidade</i> .....	73
	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>82</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>93</b>
	<b>ANEXO 1</b> .....	<b>93</b>
	AMOSTRA DA POPULAÇÃO .....	93



## **LISTA DE ACRÓNIMOS**

**AFPP** — Associação Feminina Portuguesa para a Paz

**CCF** — Comissão da Condição Feminina

**CIG** — Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**CITE** — Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

**MMM** — Marcha Mundial das Mulheres

**OIT** — Organização Internacional do Trabalho

**UMAR** — União de Mulheres Alternativa e Resposta

**OPAS** — Organização Pan-Americana da Saúde

**ONU** — Organização das Nações Unidas

**UC** — Universidade de Coimbra

**FLUC** — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**FDUC** — Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**FMUC** — Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

**FCTUC** — Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

**FFUC** — Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

**FEUC** — Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**FPCEUC** — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

**FCDEFUC** — Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra



## AGRADECIMENTOS

Antes de mais, um obrigado à Professora Doutora Madalena Duarte que é, desde a minha entrada no mestrado em Sociologia, uma referência e inspiração. Obrigado pelo apoio, orientação e paciência ao longo destes meses. Foi uma honra.

À minha avó-mãe Fátima, por me proporcionar a continuação dos estudos e perseguição dos sonhos, através de apoio a todos os níveis. Sem ela nada disto seria possível.

Aos meus sobrinhos Constança e Miguel por me darem, ainda que inconscientemente, a força para continuar a lutar por um futuro cada vez mais igualitário e justo. O futuro por que sonho e luto, hoje, será para eles.

Às minhas grandes amigas Sara Gonçalves, Raquel Neves e Bia Morais, por estarem sempre “lá” para ouvir as minhas frustrações e celebrar as minhas conquistas; pela ajuda e por me terem aturado nos muitos momentos dramáticos durante estes meses de investigação.

Aos/Às estudantes entrevistados/as, que confiaram em mim as suas histórias, opiniões e perspetivas. Sem eles/as, esta investigação não teria sido possível.

Aos/Às amigos/as, conhecidos/as e seguidores/as no *Facebook* e *Instagram*, por me terem ajudado a encontrar estudantes para entrevistar.

Aos Núcleos de Estudantes da Associação Académica de Coimbra que aceitaram colaborar no estudo.

À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a todos/as os/as professores/as que, em apenas dois anos, de uma maneira ou de outra, contribuíram para o meu desenvolvimento, não só enquanto estudante apaixonado por Sociologia e futuro profissional, mas também enquanto pessoa.

A todos e todas que estiveram a meu lado durante esta aventura e que contribuíram, de uma forma ou de outra. Apesar de não os mencionar, sabem quem são.

Obrigado!

*“Appreciation can make a day — even change a life.*

*Your willingness to put it into words is all that is necessary.”*

— Margaret Cousins

*I am my own experiment. I am my own work of art.*

— Madonna

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo fulcral conhecer as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra acerca do feminismo. O movimento feminista é, ainda hoje, alvo de perceções erradas e ignorância, traduzindo-se numa multiplicidade de significados desde o seu início como movimento organizado, no século XIX, até hoje. É sabido que as gerações mais novas apresentam significados mais flexíveis acerca da igualdade de género e uma maior abertura para discutir as questões inerentes, mas, apesar disto, não se nota um entendimento homogéneo do feminismo como movimento que luta pela igualdade de género, em nenhum grupo geracional.

Este estudo pretende contribuir para um maior entendimento deste fenómeno, nomeadamente através das representações de uma população mais jovem e, supostamente, mais formada, por se encontrar inserida no ensino superior. Procurou-se conhecer a consciência acerca das desigualdades de género e os significados que estes/as estudantes dão ao movimento feminista, assim como perceber se os/as estudantes se identificam como feministas, se a adoção do título se traduz numa consciência feminista consolidada, assim como se procurou conhecer as razões daqueles/as que não se identificam como feministas e se este fenómeno se traduz numa maior ignorância acerca das questões e reivindicações feministas.

Esta dissertação é de natureza qualitativa, pelo que se baseia na análise de informações de entrevistas semiestruturadas. Esta análise permitiu identificar-se uma consciência feminista geral nos/as estudantes da Universidade de Coimbra, independentemente do género, apesar de se reconhecer uma disparidade entre aqueles/as que se assumem feministas e os/as que não se identificam como feministas, sendo que estudantes do género feminino se sentem mais à vontade para tal, enquanto que os do género masculino apresentam diversas reservas e dúvidas para fazê-lo. Ao mesmo tempo foi possível perceber-se que a Universidade de Coimbra não reproduz nem cria ideais feministas com a frequência e eficácia desejadas pelos/as estudantes, seja através de aulas ou de outras iniciativas.

Esta investigação incita-nos a (re)pensar as questões de género, assumindo as desigualdades e violências machistas perpetradas em várias esferas da vida em sociedade,

abrindo as portas para o combate das desigualdades de género e a luta por um futuro mais igualitário, independentemente do género.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Feminismo; Género; Representações Sociais; Estudantes; Universidade de Coimbra.

## **ABSTRACT**

The fundamental purpose of this master's dissertation is to get to know the representations of the University of Coimbra's students concerning feminism. The feminist movement is, still today, object of wrong perceptions and ignorance, resulting in a multiplicity of meanings since its beginning as an organized movement, in the 19th century, until today. It is known that the younger generations display more flexible meanings about gender equality and a greater openness to discuss gender issues but, besides that, it's not visible an uniform understanding about feminism as the movement that fights for gender equality, in any generational group.

This study seeks to contribute to a better understanding of this phenomenon, mainly through the representations of a younger generation and, supposedly, a more educated one, since we're talking about university students. We tried to understand if there's a shared consciousness about gender inequalities, the meanings these students give to feminism as well as tried to understand if they identify as feminists and if this "labelling" is connected to a consolidated feminist consciousness. We also tried to understand the arguments behind those who don't identify as feminists and if this phenomenon results from the ignorance about feminist issues and vindications.

This dissertation is of qualitative nature, wherefore it is based on information analysis of semi-structured interviews. This type of analysis allowed us to identify a general feminist consciousness in the University of Coimbra's students regardless of their gender, even though it is possible to identify a discrepancy between those who identify as feminists and those who don't, where students who identify with the feminine gender are more comfortable doing it than those who identify with the masculine gender. At the same time, it was possible to understand that the University of Coimbra doesn't reproduce, nor does it create, feminist ideas as is desired by students, that being in the classroom or other initiatives such as workshops, on-line forums, lectures, digital activism, others.

This investigation urges us to (re)think gender issues, assuming the inequalities and misogynistic violence perpetrated in various spheres of life in society, opening doors to the fight against gender inequalities and a more egalitarian future, regardless of the gender.

**KEYWORDS:**

Feminism; Gender; Social Representations; University Students; University of Coimbra.



## INTRODUÇÃO

O feminismo surgiu, mundialmente e como movimento organizado, no final do séc. XIX e início do século XX. Em Portugal, foi exatamente nas primeiras décadas do século XX que uma consciência feminista organizada surgiu (Silva, 2016), resultando em várias organizações cujo objetivo era a propagação de ideais feministas. Em relação ao seu significado, não se deve partir de uma definição de feminismo demasiado restrita e simplista como o movimento que visa a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres (Ferreira, 1988) mas deve, sim, ser entendido como conjunto de correntes sociais, económicas, políticas, filosóficas, de entre outras, que tem como objetivo último a igualdade, independentemente do género, através do combate de padrões machistas e patriarcais.

Apesar disso, o percurso feminista tem sido, desde o início, alvo de contestação e de más interpretações, independentemente do género e da idade do/a intérprete, pelo que não existe, ainda hoje, consenso relativamente ao significado acima descrito. Como bell hooks<sup>1</sup> afirma:

O principal problema no discurso feminista tem sido a nossa incapacidade de chegar a um consenso acerca do significado de feminismo ou em aceitar uma ou mais definições que sirvam de ponto de união. Se não existirem definições consensuais, carecemos de uma base sólida sobre a qual se possa construir teoria ou envolver-nos numa prática relevante<sup>2</sup> (hooks, 2015, p. 18).

Neste sentido, acredita-se ser importante investigar e contribuir para o conhecimento acerca de questões feministas e, principalmente, as representações atribuídas ao feminismo. Optou-se por investigar os estudantes da Universidade de Coimbra porque, para além de se terem de definir objetivos reais consoante o tempo e os recursos, é um grupo onde o investigador se insere, assim como devido à importância desta população como futuros profissionais e cidadãos criadores e transformadores de leis da sociedade de

---

<sup>1</sup> bell hooks é o pseudónimo da escritora norte-americana Gloria Jean Watkins (1952 – 2021). O seu pseudónimo é propositadamente ortografado em letras minúsculas para que o foco do/a leitor/a esteja na sua obra, não no seu nome. Por respeito a esta opção da autora, decidiu manter-se a grafia com que se identifica.

<sup>2</sup> Tradução livre do autor. No original “A central problem within feminist discourse has been our inability to either arrive at a consensus of opinion about what feminism is or accept definition(s) that could serve as points of unification. Without agreed-upon definition(s), we lack a sound foundation on which to construct theory or engage in overall meaningful praxis” (hooks, 2015, p. 18)

que fazem parte, pelo que é importante perceber se existe uma consciência feminista ou, pelo menos, uma consciência acerca das desigualdades de género.

Neste sentido, o principal objetivo desta dissertação é o de conhecer as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao feminismo. Procura, primeiramente, perceber a consciência destes/as estudantes acerca das questões de género através das suas experiências pessoais em várias esferas da vida quotidiana, assim como perceber como olham e vivem o feminismo e as questões inerentes. Esta dissertação procura, desta forma, encontrar resposta para a questão de partida: Quais as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao feminismo?

Para responder a esta questão, optou-se por uma metodologia qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 22 estudantes da Universidade de Coimbra dos géneros feminino, masculino e não-binário, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, correspondentes às oito faculdades que compõem a Universidade.

A Parte I, relativa ao enquadramento teórico, está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo expõe-se a definição de feminismo, assim como as raízes do movimento organizado e as suas principais correntes, sempre em paralelo com o contexto português. No segundo capítulo discute-se a relação dos homens com o feminismo, o papel destes no movimento e o dilema da autoidentificação (ou *self-labelling*).

A Parte II, referente ao estudo empírico, está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo expõe-se a metodologia utilizada, a importância das entrevistas semiestruturadas para o presente estudo, a amostra e especificidades, a questão de partida e questões adjacentes, os objetivos e as hipóteses. No segundo capítulo efetua-se a análise empírica e expõem-se os resultados da investigação em relação às questões de género no geral e representações dos/as estudantes. Finalmente, no terceiro capítulo, efetua-se a análise empírica relativa às representações dos/as estudantes acerca do feminismo.

Para encerrar a dissertação, são apresentadas as principais conclusões acerca dos dados analisados. Apesar do presente estudo contribuir para um maior conhecimento das representações acerca do feminismo em Portugal, note-se que só explora as

representações de uma limitada população e num determinado momento, assumindo-se a necessidade da continuidade de investigações neste sentido.



## **PARTE I — ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## CAPÍTULO 1

### 1. FEMINISMOS — TEORIAS E DESAFIOS

#### 1.1. Definindo o feminismo

*“Feminist movement continues to be one of the most powerful struggles for social justice taking place in the world today” (hooks, 2015, p. xi)*

De acordo com Virgínia Ferreira (1988), devemos partir de uma definição de feminismo que não seja demasiado restrita e simplista. Devemos, assim, olhar para o feminismo como o movimento que visa a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, não simplesmente como forma de fazer com que as mulheres cheguem onde os homens estão, porque “[...] é um erro pensar que a sociedade dos homens permanece igual quando a das mulheres muda” (Ferreira, 1988, p. 94).

A definição simplista e genérica de feminismo — como um movimento cujo objetivo é dar às mulheres os mesmos direitos que os homens — é também desafiada por bell hooks. De acordo com a autora, esta definição superficial levanta várias questões problemáticas, visto que “Se os homens não gozam de igualdade numa sociedade de classes capitalista, patriarcal e de supremacia branca, as mulheres quererão ter igualdade relativamente a que homens? Será que as mulheres têm uma visão comum do que significa a igualdade?”<sup>3</sup> (hooks 2015, p. 19). Assim, o feminismo deve ser visto como um conjunto de teorias, correntes e movimentos — sociais, económicos, políticos, filosóficos, de entre outros —, que têm como objetivo comum a igualdade, independentemente do sexo biológico e da identidade de género<sup>4</sup>, através do combate de padrões patriarcais e machistas, seja em contexto privado, seja público. De acordo com Rosa Monteiro (2012) o feminismo “É a luta contra um sistema opressivo, muito subtil, que condiciona as cognições, opções e praticas de mulheres e homens, induzindo modelos hegemónicos de ser – não ser pessoa completa, mas “homem” ou “mulher”” (*idem*, p. 101)

---

<sup>3</sup> Tradução livre do autor. No original “*Since men are not equals in white supremacist, capitalist, patriarchal class structure, which men do women want to be equal to? Do women share a common vision of what equality means?*” (hooks 2015, p. 19).

<sup>4</sup> Segundo Oakley (1972), género é um conceito psicológico e cultural e refere-se a um conjunto de características atribuídas à feminilidade e à masculinidade, podendo ou não incluir o sexo biológico. De acordo com Connell (2005, p. 71), género é uma forma de ordem social. Desta forma, a identidade de género refere-se à experiência individual de género de cada pessoa, como esta se identifica, podendo ou não coincidir com o seu sexo biológico.

A historiadora Karen Offen (1988) propõe que olhemos para o feminismo como um conceito que compreende tanto uma ideologia como um movimento por mudança sociopolítica, com base numa análise crítica do privilégio masculino e a subordinação feminina, em toda e qualquer sociedade (*idem*, p. 152).

Uma característica definidora do feminismo é o facto de este requerer a examinação crítica da situação social presente — e passada — das mulheres. Envolve desafiar as ideologias patriarcais que tentam perpetuar a narrativa da subordinação feminina como natural, biológica e universal e, conseqüentemente, inevitável; a liberdade da Mulher é limitada pelo poder do Homem — visto os homens possuírem mais recursos económicos, culturais e sociais, quando comparando com as mulheres. Como refere Maria de Lourdes Pintasilgo<sup>5</sup>:

O feminismo — enquanto designação que engloba movimentos do fim do século passado e movimentos sociais de hoje — é a denúncia e a luta contra as práticas sexistas. Consideram-se sexistas as atitudes, práticas, hábitos e em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo — e só por essa razão — seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social (Pintasilgo, 1981, p. 12).

O feminismo aborda, assim, as desigualdades de poder entre os géneros, onde as várias desvantagens das mulheres são visíveis, tentando renegociá-las. Desta forma, o feminismo introduz questões acerca da autonomia e liberdade pessoais — sempre em relação com a organização social.

O feminismo reivindica um reequilíbrio entre mulheres e homens a nível de poder social, económico e político dentro de determinada sociedade, em prol de ambos os sexos e em nome da sua humanidade comum, respeitando as suas diferenças. [...] o feminismo tem sido, e continua a ser ainda hoje, um desafio político à autoridade e hierarquia masculinas num sentido profundamente transformador. Como um movimento histórico no mundo Ocidental, a sorte do feminismo tem variado de uma sociedade para a outra, dependendo das possibilidades disponíveis, em determinada sociedade, de manifestações dissidentes através de palavra ou ação. Uma vez que essas possibilidades estejam disponíveis, as mensagens são claramente transmitidas<sup>6</sup> (Offen, 2000, p. 20-21).

---

<sup>5</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo (1930 – 2004) foi a primeira e, até à data da escrita desta dissertação, única Primeira-Ministra portuguesa e a primeira mulher a candidatar-se à Presidência da República Portuguesa, em 1986, tendo-se destacado em todos os projetos que abraçou, de entre eles a presidência da Comissão da Condição Feminina (atual CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género).

<sup>6</sup> Tradução livre do autor. No original “*Feminism makes claims for a rebalancing between women and men of the social, economic, and political power within a given society, on behalf of both sexes in the name of their common humanity, but with respect for their differences. [...] feminism has been, and remains today, a political challenge to male authority and hierarchy in a profoundly transformational sense. As a historical movement in the Western world, feminism's fortunes have varied widely from one society to another, depending on the possibilities available within a given society for the expression of dissent through word or*



## 1.2. Raízes do feminismo

*“Advocacy on women’s behalf has long existed”* (Smith, 2022, p. 23)

Situar o “início” do movimento feminista pode ser complexo. Como afirma Virgínia Ferreira: “Será errado, a meu ver, identificar o feminismo como o movimento das mulheres das últimas três décadas, até porque assim excluiremos todas as lutas das mulheres de outras épocas” (Ferreira, 1988, p. 94). A verdade é que, ao longo da História, sempre existiram mulheres e grupos de mulheres que se revoltaram contra as suas condições, quer fossem sociais, económicas, políticas ou outras. Estas mulheres lutaram pela sua liberdade e, muitas, pagaram com as próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi, por exemplo, implacável contra qualquer mulher que desafiasse os princípios pregados e propagados por essa Instituição (Pinto, 2010), princípios estes muitas vezes machistas e patriarcais.

Na segunda metade do século XIX, o feminismo— ou *féminisme* — era, na França, pontualmente “[...] utilizado em meios médicos para se referir a homens com traços físicos e comportamentais estereotipicamente femininos” (Schouten, 2011, p. 16-17). Apesar disto, foi entre os anos de 1870-1880 que o termo *Feminismo* nasceu, em França, tendo se propagado a outros países no virar do século XIX-XX (Tavares, 2010). Kent (2022, p. 9), afirma que o termo “feminismo” como o movimento que luta pela “igualdade dos sexos”, surgiu como substituição do termo *womanism*.

Já Karen Offen (1988, p. 126) afirma que apesar da “invenção” do termo ter origem em França, esta é, muitas vezes, erradamente atribuída a Charles Fourier<sup>7</sup> nos anos 30 do século XIX, sendo que a sua origem certa permanece um mistério. Esta afirmação é sustentada por Maria Johanna Schouten que refere que “A atribuição da invenção do termo “féminist” — com o significado de reivindicação dos direitos das mulheres — a Charles Fourier [...], já nos anos 30 do século XIX, parece incorreta” (Schouten, 2011, p. 17).

Karen Offen defende que os conceitos “feminismo” e “feminista” entraram em “circulação” após a discussão, na imprensa francesa, acerca do primeiro congresso autoproclamado

---

*deed. Once these possibilities are in place, however, the messages are clearly transmitted.”* (Offen, 2000, p. 20-21).

<sup>7</sup> Charles Fourier (1772 – 1837) foi um filósofo francês e um dos fundadores do socialismo utópico (Barros, 2010).

“feminista” em Paris, em maio de 1892, patrocinado por Eugénie Potonié-Pierre<sup>8</sup> e pelas suas colegas do grupo feminino *La Solidarité des femmes* (Offen, 1988, p. 126). Ainda de acordo com esta autora, por volta de 1894-95, os termos já tinham chegado a Inglaterra e, antes da viragem do século, já apareciam em publicações franco-belgas, espanholas, italianas, alemãs, gregas e russas (*idem*, p. 127). Assim, só nos anos 90 deste século o feminismo começa, então, a ser usado como sinónimo de “emancipação da mulher”.

Neste sentido, o feminismo surge no *Journal des femmes*, em 1901, tendo como objetivo “[...] o melhoramento da condição da mulher do ponto de vista educacional, económico, social, filantrópico ou político” (Tavares, 2010, p. 34). Estas primeiras feministas autoproclamadas apresentavam o movimento feminista através de uma abordagem moderada, mostrando-se como um movimento “respeitável”, “[...] valorizando a maternidade como meio de afirmação das mulheres nas suas reivindicações pela educação, pelo acesso à profissão e pelo próprio direito ao voto.” (*idem*, p. 33-34).

A partir daí o feminismo assumiu, nas mais variadas línguas e em traços gerais, o significado que assume ainda hoje e que usamos como base da definição do presente estudo: “[...] um movimento de procura da compreensão das condições sociais das mulheres, tendo como objetivo melhorá-las e lutando por esse objetivo” (Ferreira, 1988, p. 94). Schouten afirma que a vantagem desta definição se deve ao facto de interligar o conhecimento e a prática, tratando-se de um “saber emancipatório” (Schouten 2011, p. 17).

### **1.3. O contexto português**

Alguns/Algumas autores/as defendem que a consciência feminista sempre existiu, visto sempre terem existido mulheres que se revoltavam contra as desigualdades e obstáculos que enfrentavam, quando comparando com a situação masculina (e.g.: Álvarez, 2002, p. 56 *apud* Silva, 2016, p. 31, 35), e o caso de Portugal não é diferente. Silva (2016) defende que a consciência feminista, em Portugal, data de 1557, representada na obra de Rui Gonçalves, jurista português, intitulada “*Dos privilégios & praerogativas q o género feminino te por direito comû & ordenações do reyno mais que ho genero masculino*” (*idem*, p. 35). Apesar desta obra de Rui Gonçalves ser caracterizada, por um número de autores/a,

---

<sup>8</sup> Eugénie Potonié-Pierre (1844 – 1898) foi uma feminista francesa (Cooper, 2011).

como “feminista” (e.g.: Sebastião de Pinho na sua obra “O Primeiro livro “feminista” português (séc.XVI)”), não existe um consenso:

Ser feminista (e por incrível que pareça ainda é necessário dizê-lo) significa não ser sexista, isto é, repudiar dois comportamentos: que a personalidade e o valor de alguém sejam apreciados em função do seu sexo e que lhe seja atribuído um ou mais papéis sociais porque são ‘naturalmente’ os do sexo a que pertence” sendo, portanto, o comportamento social de cada um avaliado em função do seu género. É claro que nem Rui Gonçalves, [...] nem ninguém da sua época concebiam o mundo dessa forma (Lopes, 2019, p. 7).

De qualquer das formas e para o presente estudo, optou-se por validar e situar o feminismo a partir do aparecimento de movimentos organizados, ou seja, reconhecendo-o a partir do momento em que se começou a manifestar através de organizações e ações coletivas com o intuito de alcançar mudança e transformação social através de debates, iniciativas e outras formas de ativismo.

Em relação ao contexto português, Schouten (2011) afirma que o feminismo surgiu no final do século XIX e “[...] restringiu-se a um pequeno grupo de pensadores e activistas” (*idem*, p. 115). O período de 1890 a 1930 destaca-se relativamente à “[...] produção do universo feminino em Portugal” (Barreira *apud* Silva, 2016, p. 37), com o aparecimento dos periódicos femininos. A década de 1920 é apontada como os “anos de ouro” dos feminismos em Portugal (Esteves *apud* Tavares, 2011, p. 40), década que possibilitou a realização de duas edições do “Congresso Feminista e da Educação”, em 1924 e 1928 (*idem*), marcadas pelo espírito abertamente feminista (Schouten, 2011, p. 115). Desta forma, a entrada no século XX, nomeadamente na década de 1920, marcou o início de uma nova fase para o feminismo português (Mariano, 2004, p. 42).

O feminismo português ganha expressão ainda durante o regime monárquico, surgindo de forma “mais sistematizada” em abril de 1908, mais especificamente no Congresso Nacional do Livre Pensamento (Esteves, 2008 *apud* Tavares, 2010, p. 39).

Não obstante, a teoria e movimentos feministas, em Portugal, encontraram vários obstáculos, nomeadamente “às mãos” dos republicanos, dos salazaristas e dos dirigentes da Igreja Católica (Vicente, 2007 *apud* Tavares, 2010, p. 40).

#### 1.4. Vagas feministas

Nogueira (1996) apresenta a existência de três vagas feministas, ou seja, três períodos de tempo diferentes, sendo importante falar destas como tendo sido marcadas pelo contexto e reivindicações da época a que correspondem (Lemos, 2020).

As vagas (ou ondas) representam um tipo de linha do tempo, apresentando tanto avanços como retrocessos e principais reivindicações e objetivos de cada época, importantes de referir.

[...] similares às ondas que podem ser observadas na beira-mar, elas não são contínuas, arrebentam na areia, avançando e conquistando maior alcance, mas também regressam ao oceano, sendo puxadas por uma grande força, até rebentarem novamente, às vezes ainda mais fortes. Talvez os movimentos feministas sejam mesmo como ondas do mar, embora uma forte estrutura insista em puxar os avanços já conquistados, eles seguem com suas pautas progressistas, algumas vezes como tsunamis e outras vezes em formato de pequenas marolas (Ribeiro *et al.*, 2021, p. 59).

A divisão do movimento feminista em vagas não pressupõe que as reivindicações e ideologias de uma vaga venham excluir as da anterior: pelo contrário, estão interligadas e significa que, apesar do muito que se pode alcançar, continua, e continuará, a haver muito pelo que lutar em relação aos direitos das mulheres (Massa, 2019).

Apesar disto, “[...] estas vagas carecem de consenso tanto quanto à sua caracterização individual, como à aceitação da sua ligação aos movimentos feministas do século XIX” (Garcia, 2020, p. 2). A autora acrescenta que, para dificultar ainda mais este dilema, muitas/os académicas/os e feministas defendem já nos encontrarmos numa quarta vaga feminista. Para o presente estudo, e de acordo com o estado da arte, assume-se a existência de três vagas feministas.

A primeira vaga feminista focou-se, principalmente, no movimento de sufrágio feminino<sup>9</sup> no século XIX e início do século XX; já a segunda vaga é caracterizada pelas ideias e ações associadas ao movimento pela libertação das mulheres que começou nos anos 60 do século XX, onde são de destacar as campanhas pelos direitos legais e sociais das mulheres; a terceira vaga é definida como uma continuação da segunda vaga feminista, assim como uma reação às falhas dessa, que teve início nos anos 90 do século XX (Yadav & Yadav, 2018).

---

<sup>9</sup> O Sufrágio Feminino é um movimento que tem como objetivo fulcral estender o sufrágio (voto) às mulheres.

É importante mencionar que seria impossível expor e definir todas as realidades, uma vez que se reconhece que, mesmo antes da primeira vaga feminista, já existiam mulheres e movimentos de mulheres que resistiam às normas impostas.

No que a Portugal diz respeito e que irá ser explorado de seguida, Nogueira (1996, p. 157) aponta para um atraso do feminismo português, em termos de vagas, em relação a outros países. A autora defende que, só nos anos 80 e 90 do século XX começaram a emergir, em Portugal, reivindicações feministas de primeira vaga quando, nessas décadas, países como os Estados Unidos e França já entravam na terceira (*idem*). De qualquer das formas, serão analisadas as principais expressões e movimentos de carácter feminista que se desenvolveram durante cada vaga, em Portugal. A verdade é que países que estiveram sob ditaduras militares testemunharam um atraso na teoria e atividade feminista, como é o caso de Portugal, Espanha e Grécia (Nogueira, 1996, p. 159), daí essas discrepâncias das vagas feministas em Portugal relativamente a outros países do mundo.

#### **1.4.1. Primeira Vaga**

Foi no final do século XIX que ocorreu a cunhagem do termo “feminismo” e consequente popularidade, que corresponde ao início dos “elementos” da primeira vaga feminista. De acordo com Schouten (2011, p. 112), o início da primeira vaga do feminismo é usualmente situada em 1848, ano em que ocorreu a convenção pelos direitos das mulheres, em Seneca Falls, nos Estados Unidos da América.

Foi também neste século que as primeiras declarações, discursos e literatura acerca de ideais feministas foram publicados, entraram em circulação e foram traduzidos globalmente. O rápido desenvolvimento dos media, nomeadamente da imprensa escrita e das tecnologias da comunicação na forma de jornais, periódicos, telégrafos e o telefone, ajudaram a criar uma “comunidade imaginada” de mulheres que inspiraram e foram inspiradas pelas histórias das lutas e dificuldades femininas além dos limites domésticos e nacionais (Choi, 2022, p. 105).

#### 1.4.1.1. Sufrágio feminino

Pinto (2010) afirma que esta vaga do feminismo acontece, então, a partir do século XIX, “[...] quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto.” (*idem*, p. 15). Ainda de acordo com esta autora, as *suffragettes*<sup>10</sup>, como ficaram conhecidas, foram autoras de várias e grandes manifestações neste sentido (*idem*).

Uma das principais reivindicações desta primeira vaga foi, então, a luta pelo direito ao voto feminino, “[...] pelo qual o movimento sufragista se caracterizou e pelo acesso ao estatuto de ‘sujeito político’” (Nogueira, 2011, p. 153). Tal como Hyaeweol Choi refere,

[...] a historiografia dos feminismos do século dezanove centra-se, frequentemente, nas experiências de mulheres na Europa Ocidental, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, vinculadas, essencialmente, com a imagem icónica das *suffragettes* caucasianas<sup>11</sup> (Choi, 2022, p. 105).

#### 1.4.1.2. Igualdade na lei

De entre os vários objetivos desta vaga do feminismo podemos salientar, para além dos direitos cívicos, o direito de aceder ao ensino e a profissões tipicamente masculinas, ou mesmo reservadas aos homens. As principais (ou centrais) preocupações deste período da história do feminismo foram a emancipação da mulher e a sua inclusão “no estado moderno industrializado” (Evans *apud* Nogueira & da Silva, 2003, p. 10), como forma a que a sua cidadania se assemelhasse à qualidade de cidadãos dos homens (*idem*).

Nogueira e da Silva (2003) acrescentam que os objetivos centrais desta vaga podem ser resumidos à “[...] luta pela melhoria das condições materiais de vida das mulheres, a cruzada por direitos civis, tratamento igual na lei, cidadania e direitos sociais e no trabalho” (*idem*, p. 11).

A reivindicação por direitos iguais aparece aqui como um dos temas centrais, visto que a própria lei legitimava a discriminação com base no sexo. Como nota Madalena Duarte (2013), “[...] a primeira vaga de feministas usou primeiramente a arena legal não para

---

<sup>10</sup> *Suffragettes* (ou “sufragistas”, em português), refere-se, no contexto feminista, a mulheres que reivindicaram o direito ao voto feminino nos países onde este ainda não lhes era garantido.

<sup>11</sup> Tradução livre do autor. No original “*The historiography of nineteenth-century feminisms often centers on women’s experiences in Western Europe, North America, Australia, and New Zealand, bound up primarily in the iconic images of white women suffragettes.*” (Choi, 2022, p. 105).

combater a discriminação contra as mulheres na sociedade, mas sim porque o Direito consagrava formas de legitimação dessa discriminação” (*idem*, p. 32).

#### 1.4.1.3. Crítica interna

É importante acrescentar que, nesta primeira vaga, as reivindicações eram maioritariamente de, e para, mulheres caucasianas, de classes médias e altas, de países Ocidentais, cujos objetivos se baseavam, em primeiro lugar, na liberdade, mas também na abolição de constrangimentos legais e práticos (Schouten, 2011, p. 112). Apesar dessas mulheres serem vítimas do sistema patriarcal que lhes impedia acesso aos estudos e participação em decisões nas esferas privadas e públicas, foram os privilégios de raça e classe que lhes permitiram, ainda que de forma morosa e insuficiente, as lutas pelos direitos básicos de sexo: “As líderes mais aclamadas do movimento sufragista eram brancas, de classe média, Protestantes e a viver nos centros urbanos na Europa, Estados Unidos, Canadá e Austrália”<sup>12</sup> (Choi, 2022, p. 106)

Desta forma, o movimento feminista da primeira vaga, no Ocidente — nomeadamente na Europa e Estados Unidos da América — não teve em conta as complexas e diversas experiências de mulheres de outros contextos étnicos, raciais, orientações sexuais, classes sociais, de entre outros. bell hooks denuncia bem, no seu livro de 1984 intitulado *Feminist theory: from margin to center*, este problema. A autora feminista afirma que o movimento pela libertação das mulheres foi estruturado sobre uma plataforma limitada, onde a maioria da atenção era dada às questões de mulheres brancas com privilégio de classe (hooks, 2015).

Muitas teorias feministas emergiram de mulheres privilegiadas que vivem no centro, cujas perspetivas acerca da realidade raramente incluem conhecimento e consciência das vidas de mulheres e homens que vivem na margem. Consequentemente, a teoria feminista carece de totalidade, de uma análise ampla que abranja a diversidade de experiências humanas. Apesar de teóricos/as feministas estejam conscientes acerca da necessidade de desenvolver ideias e análises que incluam um alargado número de experiências que unifiquem, em vez de dividirem, tais teorias são complexas e lentas. No seu ponto visionário,

---

<sup>12</sup> Tradução livre do autor. No original “*The best-known leaders of the suffrage movements were white, middle-class, Protestant, and urban-based women in Europe, the United States, Canada, and Australia.*” (Choi, 2022, p. 106)

irão emergir de indivíduos que tenham conhecimento tanto da margem como do centro<sup>13</sup> (hooks, 2015, p. xviii).

Esta crítica interna de bell hooks é, como a autora diz, essencial para qualquer transformação política, defendendo uma teoria flexível, mais aberta e receptiva a novas ideias e teorias (hooks, 2015, p. xiv).

De qualquer das formas, sabe-se que, tal como acontece ainda hoje em dia, o feminismo sempre foi um conceito controverso, desde as suas origens, tendo sido objeto de polémica tanto dentro como fora do movimento (Nogueira, 1996).

O fim desta vaga é situado nas décadas de 60 e 70 do século XX, quando a autora francesa Simone de Beauvoir, com a obra *Le Deuxième Sexe* (1949), e também feministas norte americanas como Kate Millett e Betty Friedan, ao nível de muitas outras pensadoras por todo o mundo, introduziram novos ideais e reivindicações nas lutas das mulheres.

#### **1.4.1.4. Contexto português**

*“Feminismo: É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das proprias mulheres córam, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que ellas não são responsaveis, louvado Deus!...”* (Osório, 1905, p. 11)

O início da consciência feminista em Portugal desenvolve-se, como em outros países Europeus e nos Estados Unidos da América, nos finais do século XIX, com a criação da Liga da Paz em 1899 que, apesar de não ser abertamente feminista, era organizada por mulheres (Silva, 2016, p. 41), e inícios do século XX. No entanto, autores/as como Couto-Pontache, (1982, p. 449), Schouten (2011, p. 115) e Esteves (2007, p. 74-79 *apud* Tavares, 2010, p. 40) apontam o início do século XX como época importante para o desenvolvimento de uma consciência feminista em Portugal.

---

<sup>13</sup> Tradução livre do autor. No original *“Much feminist theory emerges from privileged women who live at the center, whose perspectives on reality rarely include knowledge and awareness of the lives of women and men who live on the margin. As a consequence, feminist theory lacks wholeness, lacks the broad analysis that could encompass a variety of human experiences. Although feminist theorists are aware of the need to develop ideas and analysis that encompass a larger number of experiences that serve to unify rather than to polarize, such theory is complex and slow in formation. At its most visionary, it will emerge from individuals who have knowledge of both margin and center”* (hooks, 2015, p. xviii).



O virar do século trouxe várias associações, organizações, grupos e congressos importantes para o feminismo português, nomeadamente a Associação Grupo Português dos Estudos Feministas, em 1907 (Silva, 2016, p. 41), a Liga Republicana das Mulheres, em 1908 (*idem*, p. 42), a Associação de Propaganda Feminista, em 1911 (*idem*), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, em 1914 (*idem*; Schouten 2011, p. 115), a Associação Feminista de Propaganda Democrática, em 1915 (Silva, 2016, p. 42), a Cruzada das Mulheres Portuguesas (*idem*) em 1916, e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), fundada em 1936 (Schouten 2011, p. 115).

Na década de 1920 foi possível, também, a realização de duas edições de um congresso abertamente feminista — o Congresso Feminista e da Educação — realizadas em 1924 e 1928 que, mais tarde, se viram abafadas e impossibilitadas pelo regime (Tavares, 2010, p. 40). Estes grupos organizados retratam a consciência feminista em Portugal que se vinha a fazer sentir, desde o início do século XX, noutros países europeus e nos Estados Unidos da América.

O feminismo em Portugal, nesta altura, resumia-se a um pequeno grupo de pessoas (Schouten 2011, p. 115) que, como nos outros países onde a teoria feminista já se solidificava, se restringia a mulheres privilegiadas, caucasianas e de classes mais altas. Como defende Barreira (2001, p. 156):

[...] o feminismo em Portugal traduziu-se em linhas gerais num movimento de acção doutrinária, moderado nas suas propostas e reivindicações, e delimitado na militância de algumas mulheres de elevada cultura, sobretudo no período concernente à Primeira República (*apud* Silva, 2016, p. 38).

Para Tavares (2010, p. 39), o feminismo português da primeira metade do século XX, de primeira vaga, focou-se em temas como o direito à educação, ao trabalho, o sufrágio feminino e, também, as questões matrimoniais (nomeadamente o divórcio). Podemos encontrar, nestas reivindicações feministas portuguesas, uma relação com as reivindicações fulcrais da primeira vaga feminista no resto dos outros países europeus, e não só, que já se faziam ouvir em relação a temas feministas.

É de salientar o contexto político que se vivia nesta altura: num primeiro momento, a Primeira República Portuguesa (1910-1926), caracterizada pela sua instabilidade populacional, económica e pela concentração do poder de decisão na classe burguesa mais rica (Silva, 2016, p. 389) e, depois, a Ditadura Nacional (1926-1933) e o Estado Novo (1933-

1974). Este ambiente politicamente frágil e opressivo contribuiu para a moderação do movimento feminista em Portugal e consequentes atrasos em relação à primeira vaga de outros países.

#### 1.4.2. Segunda Vaga

*“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”* (de Beauvoir, 2015, p. 13)

Podemos situar a segunda vaga feminista entre o início dos anos 60 e final dos anos 80 do século XX. Esta vaga decorreu de um aumento da consciência em relação a grupos minoritários, assim como de movimentos antiguerra e pró-direitos civis (Garcia, 2020, p. 3) e caracteriza-se pelo grande trabalho intelectual desenvolvido, pelas mais variadas formas de analisar as posições das mulheres e dos homens na sociedade e pelas soluções apresentadas para colmatar as injustiças com base no sexo/género (Schouten, 2011, p. 115).

Aqui, as lutas e reivindicações feministas expandiram-se para além dos objetivos da primeira vaga. Exigências pela igualdade continuaram presentes na agenda feminista, mas as/os feministas de segunda vaga focaram-se nas experiências femininas pessoais — como as mulheres eram vistas e tratadas, tanto em casa como em sociedade (contextos privado e público).

Esta vaga apresenta um cunho mais radical do que a anterior, focando-se em vários aspetos da sociedade incluindo o poder, a sexualidade e a religião, redefinindo-os em relação à opressão feminina (McCann *et al.*, 2019, p. 229). Feministas desta vaga desenvolveram ideias sobre como a cultura e a sociedade poderiam mudar de forma a libertar as mulheres acabando, assim, por se intensificar o ativismo político e, como consequência, as campanhas políticas (*idem*).

Como foi mencionado anteriormente, *Le Deuxième Sexe* (1949) de Simone de Beauvoir, assim como *The Feminine Mystique* (1963) de Betty Friedan e *Sexual Politics* (1970) de Kate Millett foram contribuições fulcrais para o início desta segunda vaga.

#### 1.4.2.1. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”

Um conceito chave da segunda vaga feminista foi a ideia de que as mulheres não nascem mulheres, mas tornam-se mulheres — produto do condicionamento social. Originalmente expresso por Simone de Beauvoir em *Le Deuxième Sexe* (1949), esta distinção entre sexo biológico e gênero como uma construção social teve um grande impacto na ideologia por detrás da segunda vaga feminista (McCann *et al.*, 2019). Isto permitiu introduzir o conceito de gênero como construção social, usando-o como instrumento de luta contra as interpretações biológicas (Duarte, 2013, p. 60).

O “gênero” foi introduzido como uma arma crucial na luta contra o patriarcado. O pressuposto patriarcal é o de que as mulheres são naturalmente submissas aos homens, submissão essa que é devida à sua biologia, ao seu sexo. O referir do gênero em vez do sexo prova que a posição das mulheres não é ditada pela natureza, pela biologia ou sexo, mas é uma questão de invenção social e política (Pateman, 2003, p. 36 *apud* Duarte, 2013, p. 60).

Apesar de de Beauvoir ser referida como a precursora do pensamento atrás descrito, é importante referir o discurso da abolicionista afro-americana Sojourner Truth<sup>14</sup>, em 1851, intitulado “E eu não sou mulher?”<sup>15</sup>, onde a mesma já questionava acerca do significado de *ser* mulher (Ribeiro *et al.*, 2021).

#### 1.4.2.2. “O pessoal é político”

Esta segunda vaga olhou para o feminismo como um caminho para a libertação, não apenas como a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para as/os feministas da segunda vaga, as experiências pessoais das mulheres eram políticas e refletiam as estruturas de poder que mantinham as mulheres em posições de opressão, evoluindo para:

[...] patamares cada vez mais teóricos e abstratos, academicamente fundados numa fusão entre o neomarxismo e a teoria psicanalítica, começando a correlacionar-se a subjugação da mulher com críticas mais abrangentes, nomeadamente: ao patriarcado, ao capitalismo, à hétero-normatividade sexual e a construção do papel social da mulher, enquanto *dona de casa* (Garcia, 2020, p. 3).

Nesta vaga, a vida privada e a sexualidade das mulheres passam a ser percebidas como estruturas em relações de poder (Massa, 2020, p. 5). Neste sentido, o *slogan* “O pessoal é

---

<sup>14</sup> Sojourner Truth (circa 1797 – 1883) foi uma abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres afro-americana.

<sup>15</sup> Tradução livre do autor. No original “*Ain’t I a woman?*”.

político” ganhou tração e defendia que todas as formas de poder e opressão de homens sobre mulheres eram políticas. Assim, as experiências de opressão que as mulheres viviam em ambiente privado não eram só fruto de opressão masculina, mas também de “[...] estereótipos de género produzidos numa sociedade patriarcal que ditava o que era ser mulher e como uma mulher se deveria comportar” (Massa, 2020, p. 6). De acordo com Bordieu (2013), a legitimação da divisão entre sexos acontece porque não são reconhecidos os mecanismos enraizados e envolvidos nesse processo de naturalização.

Em 1970, Kate Millett publica *Sexual Politics* onde desenvolve uma análise política das relações de sexo, tendo sido esta uma obra fulcral para a compreensão de que o pessoal é político. Para feministas chamadas de “radicais” como Kate Millett, o patriarcado<sup>16</sup> — como sistema masculino universal de opressão social e político sobre as mulheres — era a principal fonte de opressão feminina. Através do seu livro, Kate Millett define e analisa o patriarcado ao mesmo tempo que examina as múltiplas formas em como este oprime as mulheres. Para a autora, e tal como o título do seu livro sugere, se a política é feita de relações de poder — onde um grupo controla e se sobrepõe a outro —, então as relações sexuais são, também, pela sua natureza, políticas (McCann *et al.*, 2019). Para Millett, a “política sexual” refere-se ao poder dos homens sobre as mulheres, poder este sustentado pela sociedade patriarcal onde todas as áreas de poder — incluindo o governo, a religião, as funções políticas, a indústria, as forças militares, a ciência, as finanças, a Academia — estão, inteiramente, em mãos masculinas (McCann *et al.*, 2019; Millett, 1974)

#### **1.4.2.3. “O problema sem nome”**

Como foi mencionado anteriormente, as feministas desta vaga focaram-se na sua dependência, subvalorização e isolamento, nomeadamente aquelas que se dedicavam à família a tempo inteiro — as donas de casa (Nogueira, 1996, p. 156).

Betty Friedan (1921 – 2006) foi das primeiras feministas a falar da insatisfação das mulheres donas de casa, referindo-se a esse fenómeno como “o problema sem nome”:

---

<sup>16</sup> Podemos definir o “Patriarcado” como um sistema social onde as relações de poder estão, na sua maioria, nas mãos dos homens e colocadas ao serviço do género masculino e a favor dos seus interesses (Oppen, 2003)

Mas numa manhã de abril em 1959 ouvi uma mãe de quatro, enquanto tomava café com outras quatro mães numa zona periférica a quinze milhas de Nova Iorque, dizer num tom de silêncio desesperado, “o problema”. E as outras sabiam, mesmo sem palavras, que ela não estava a falar de um problema com o marido, com as suas crianças ou com a sua casa. Todas elas se aperceberam, imediatamente, que partilhavam o mesmo problema, o problema sem nome<sup>17</sup> (Friedan, 2001, p. 53-54).

No seu livro *The Feminine Mystique* (1963), Friedan denuncia, assim, a situação das donas de casa dessa época, as mulheres americanas da classe média que, apesar das elevadas habilitações escolares, resignavam-se a um estilo de vida pacato e cego pelo “culto da maternidade” (Schouten, 2011, p. 115-116).

A família nuclear como uma instituição imutável, natural e necessária, era criticada por feministas que a acusavam de ser uma “[...] mera glorificação da maternidade, que acarretava desigualdades de poder entre os membros de um casal” (Nogueira, 1996, p. 156). Consequentemente, o casamento como instituição e as questões parentais começaram a ser cada vez mais questionadas (*idem*).

Esta vaga foi marcada, em termos de expressão, por manifestações nas ruas e literatura feminista; no que diz respeito a esta última, e à semelhança da primeira vaga feminista, “[...] a edição de jornais, folhetos e especialmente livros, serviam para unir mulheres que, em diferentes países, partilhavam de ideias ou sentimentos expressos pelas mensagens difundidas” (Nogueira, 1996, p. 157); a opressão feminina, no local de trabalho e no seio da família nuclear, parece ser central em todas essas expressões (*idem*, p. 156).

#### 1.4.2.4. Contexto português

*“Em Portugal a maior parte das mulheres não só e apenas são «escravas» do homem, como desempenham «alegremente», convictamente, o seu papel de mulher-objecto e não é necessário ser-se adúltera para se ser «apedrejada», aniquilada... basta que ela surja e fale como «um homem»” (Barreno et al., 2007)*

---

<sup>17</sup> Tradução livre do autor. No original “*But on an April morning in 1959, I heard a mother of four, having coffee with four other mothers in a suburban development fifteen miles from New York, say in a tone of quiet desperation, “the problem.” And the others knew, without words, that she was not talking about a problem with her husband, or her children, or her home. Suddenly they realized they all shared the same problem, the problem that has no name*” (Friedan, 2001, p. 53-54).

Nos anos 50 e 60 do século XX, em Portugal, o ativismo feminino concentrou-se na luta antifascista (Tavares, 2010, p. 536), pelo que as preocupações feministas acabaram por ficar para segundo plano (*idem*, p. 45).

A grande aspiração pela igualdade de direitos entre os sexos que a segunda vaga dos feminismos trouxe para as mulheres dos EUA e da Europa Ocidental não encontrou, no entanto, o mesmo eco num país onde a luta antifascista continuava a absorver as energias de muitas mulheres e onde as dimensões de classe e género não se conseguiram encontrar nessa mesma luta (Tavares, 2010, p. 93).

Apesar de uma maior representação do sexo feminino no ensino superior, esta não contribuiu para um “espírito de reivindicação dos seus direitos” (Schouten, 2011, p. 118), visto que a maioria dos/as estudantes, nessa altura, era reduzida e limitada a classes mais privilegiadas (*idem*). Esta tese é corroborada por Tavares (2010), que argumenta que o dinamismo e movimento dos/as estudantes portugueses/as, na década de 1960, falhou em gerar um feminismo de cariz moderno (*idem*, p. 94).

Como foi mencionado anteriormente, esta vaga focou-se na autonomia do sujeito-mulher e na sua liberdade em vertentes como a profissão, amor e sexualidade (Tavares, 2010, p. 89). Contudo, o Estado Novo mostrava-se como um entrave a essas reivindicações, nomeadamente a nível da sexualidade feminina. Manuela Tavares (2010) dá o exemplo da proibição da pílula como prática contracetiva, em Portugal. Os ideais Salazaristas chocavam com as reivindicações feministas da segunda vaga: “É o próprio Oliveira Salazar que afirma que as mulheres não atingem a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia.” (*idem*, p. 90). Apesar disso e do isolamento de Portugal em relação à Europa na década de 1960 (Schouten, 2011, p. 118), notava-se, na sociedade portuguesa, desejo de mudança. A Guerra Colonial (1961 – 1974) e a crescente industrialização do país “empurraram” as mulheres para fora de casa e para o mercado de trabalho, assim como as mulheres portuguesas passaram também a representar uma grande parte da emigração (Tavares, 2010, p. 90). No ensino superior, começaram-se a romper as barreiras de género — visíveis a nível do vestuário, com um crescente número de raparigas e mulheres a usarem calças (*idem*, p. 91). Apesar do regime Salazarista não ter conseguido conter o caminho do progresso, a luta feminista acabou por se diluir na luta antifascista (*idem*, p. 536-537).

A década de 1970 e a instituição da Democracia foi um período de mudanças e progresso para Portugal, nomeadamente para as mulheres portuguesas. Schouten (2011) mostra

como a Revolução dos Cravos<sup>18</sup>, em 1974, fez com que Portugal, antes um dos países mais atrasados da Europa em relação à situação das mulheres, se tornasse no “[...] País com as leis que mais promoviam a igualdade, já na Constituição de 1976” (*idem*, p. 118).

O 25 de abril trouxe consigo o “[...] acesso das mulheres à vida pública” (Magalhães, 2007, p. 5). Ao contrário do que tinha acontecido noutros países, onde a luta pelos direitos das mulheres resultaram de uma complexa e longa luta feminista, os direitos adquiridos na Democracia portuguesa foram introduzidos “*top-down*” (de cima para baixo) (Schouten, 2011, p. 118). Também neste ambiente de democracia embrionária foram criados organismos de igualdade importantes para a luta feminista. Schouten (2011, p. 119) destaca duas destas importantes estruturas: a Comissão da Condição Feminina (CCF), em 1977 (atualmente conhecida como Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), em 1979. É de destacar, também, a publicação das *Novas Cartas Portuguesas* (1972), que levou ao julgamento das três autoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, o que resultou numa maior solidariedade feminista (Tavares, 2010, p. 538), servindo de inspiração para a fundação do grupo Movimento de Libertação das Mulheres, em 1974, a primeira com ideais feministas de segunda vaga (*idem*, p. 539).

Magalhães (2007) destaca, das várias reivindicações feministas portuguesas de segunda vaga, a luta pela igualdade salarial, pelo divórcio, pela igualdade na lei e pelas alterações no estatuto social e familiar. Apesar destas reivindicações evidentes, o feminismo português continuou acanhado e dividido. Magalhães (*idem*) explica como, apesar de todas as mudanças, a fraca representatividade feminina na política não surtiu os efeitos pretendidos. Já Maria de Lourdes Pintasilgo afirmava, numa entrevista em 1997:

Houve uma grande presença de mulheres e um grande entusiasmo; mas veio a acontecer como noutras revoluções: as mulheres que são protagonistas num primeiro momento, depois são silenciadas pela calma que se segue à revolução. Rapidamente se tornam invisíveis... (Pintasilgo, 1997 *apud* Tavares, 2010, p. 244).

Em suma, e apesar da instituição da Democracia durante a segunda vaga feminista, em Portugal, ter concedido vários direitos às mulheres que, até então, não existiam, a ligação

---

<sup>18</sup> A Revolução dos Cravos (ou Revolução de 25 de Abril; Revolução de Abril; 25 de Abril) foi o golpe militar pacífico que derrubou a ditadura Salazarista (Estado Novo) em Portugal, a 25 de abril de 1974, com o objetivo de instaurar as liberdades democráticas.

ao feminismo foi quase que quebrada, sendo que a palavra “feminismo”, tão mencionada pelos media no início do século (Tavares, 2010, p. 246), já não ecoava nas ruas (*idem*). De acordo com Monteiro e Ferreira (2016), apesar das mulheres portuguesas terem beneficiado da Revolução dos Cravos e da Democracia, organizando-se a mobilizando-se coletivamente, os frutos não foram os suficientes nem os esperados num contexto de várias mudanças políticas numa nova democracia (*idem*, p. 463).

### 1.4.3. Terceira Vaga

No final dos anos 80 do século XX começou a sentir-se um certo *backlash* (reações negativas) contra o feminismo, tal com refere a feminista norte americana Susan Faludi:

Em meados dos anos 80, a resistência aos direitos das mulheres adquiriu aceitabilidade política e social, passando a fazer parte da cultura popular. Em todo o caso, o *timing* coincidiu com sinais de que as mulheres se encontravam prestes a fazer descobertas revolucionárias<sup>19</sup> (Faludi, 1991, p. 11).

Antifeministas argumentavam que as mulheres já tinham adquirido as mesmas oportunidades que os homens a nível da educação e do emprego e que o movimento começava a “emasculiar os homens” (McCan *et al.*, 2019, p. 558), tal como muitas mulheres começaram a negar o título de “feministas” por não se identificarem com as exclusões promovidas pela segunda vaga do feminismo (Garcia, 2020, p. 5).

De acordo com Nogueira (1996, p. 160), em meados dos anos 80 do século XX, o feminismo começou a ficar “fora de moda”, tendo sido esta a narrativa fortemente propagada nos meios de comunicação, afirmando que as pessoas mais jovens já estavam indiferentes ao movimento feminista e às lutas travadas em nome deste. A autora diz que através dos “[...] protestos realizados pelas mulheres na europa ocidental, assim como no mundo, [...] inicialmente contra as injustiças e as desigualdades legais, políticas e socio-económicas” (Nogueira, 1996, p. 160) num sentido amplo de cidadania, e formalmente, a igualdade legal já tinha sido, ainda que só teoricamente, atingida (*idem*). A autora refere que esta é uma das razões por que muitos se referem à terceira vaga como “pós-feminismo”<sup>20</sup> (*idem*).

---

<sup>19</sup> Tradução livre do autor. No original “*By the mid-'80s, as resistance to women's rights acquired political and social acceptability, it passed into the popular culture. And in every case, the timing coincided with signs that women were believed to be on the verge of breakthrough.*” (Faludi, 1991, p. 11)

<sup>20</sup> De acordo com o Dicionário da Crítica Feminista (organizado por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral), o “Pós-Feminismo” apresenta várias variantes na sua definição, de entre elas a incorporação de um



Neste contexto, no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX ergue-se a terceira vaga do feminismo, “[...] influenciada pelo pensamento pós-colonial e pós-moderno que levou à revisão de conceitos e construções tais como: corpo, género, sexualidade” (Garcia, 2020, p. 3). O dilema nesta terceira vaga feminista acaba por ser a divergência entre a igualdade legal e teórica e a (des)igualdade quotidiana e prática (Nogueira, 1996, p. 160). Nesta vaga, “[...] os direitos e os princípios mantiveram-se teóricos, especialmente em termos sócio-económicos e no que diz respeito às vidas privadas das mulheres” (*idem*).

As mulheres, pelo menos as do mundo ocidental, controlam a sua fertilidade de formas nunca pensadas nos anos 70 e recebem pelo menos 10 anos de escolaridade obrigatória. As mulheres (ainda as do ocidente e não universalmente) têm mais liberdades formais e cívicas (para viajar, votar, ter propriedades, etc), mas, no entanto, continuam a ter a responsabilidade pelo cuidado prestado às crianças e às famílias (Nogueira, 1996, p. 161).

Apesar disto sabemos que, ainda hoje em dia, e apesar dos muitos avanços da luta feminista, as mulheres continuam, a vários níveis, a ser vistas como *menos* do que os homens, facto que se reflete, por exemplo, na violência contra as mulheres e nas desigualdades salariais. De acordo com um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), com base em dados que datam de 2000 a 2018, uma em quatro mulheres (cerca de 27%), com idades compreendidas entre os 15-49 anos, já sofreram algum tipo de violência — física, sexual ou ambos — por parte de parceiros em relações de intimidade, pelo menos uma vez (Sardinha *et al.*, 2022, p. 804).

Já em relação às desigualdades salariais entre homens e mulheres, e de acordo com o Relatório Global sobre os Salários da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente ao período pré-pandemia (2018/19), as estimativas que abrangem cerca de 70 países em todo o mundo demonstram que, em média, as mulheres continuam a ganhar menos cerca de 20% do que os homens. No caso dos impactos da crise da COVID-19 nos salários, estes “[...] fizeram-se sentir de forma diferente nos homens e nas mulheres, as quais foram desproporcionalmente afetadas” (Organização Internacional do Trabalho, 2021). As relações entre homens e mulheres permanecem território propício para os mais variados tipos de desigualdades.

---

feminismo de terceira vaga que se aproxima da “agenda liberal e individualista” e reconhece que as principais reivindicações feministas já foram satisfeitas e que, desta forma, o feminismo já não representa as preocupações e reivindicações da “mulher contemporânea” (Macedo & Amaral, 2005, p. 153 – 154).

Esta terceira vaga apresentou-se, então, como “[...] global, multicultural, eliminando fronteiras e recusando estruturas fixas e a mera análise de relações de poder, que prefere substituir por análises situacionais e dinâmicas, em constante revisão” (Garcia, 2020, p. 5).

#### **1.4.3.1. Género como performance**

A terceira vaga foi também marcada pelas teorias — por vezes conflituosas — entre o sexo, o género e a identidade (McCann *et al.*, 559). A filósofa e feminista Judith Butler publica, em 1990, *Gender Trouble*, onde defende a tese de que o género é uma performance contínua que se modela de acordo com os contextos e expectativas culturais, fenómeno que acaba por criar uma ilusão de estabilidade das identidades de género (McCann *et al.*, 559). Como afirma Oliveira (2017) acerca da tese de Butler, “Género, pois, como performativo, e como tal criador, gerador e legitimador de uma determinada «realidade», que mais não é do que socialmente construída e partilhada” (*idem*, p. 8).

#### **1.4.3.2. Interseccionalidade**

Paralelamente às discussões sobre o género, esta vaga testemunhou também a emergência do feminismo negro e do conceito de *interseccionalidade*, cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 (Crenshaw, 1989). Entende-se por *interseccionalidade*, neste contexto, o reconhecimento das múltiplas barreiras e obstáculos impostos a mulheres racializadas, dentro de um feminismo dominado por mulheres brancas, de classes médias e médias altas que, até então, tinham falhado em reconhecê-los. Este conceito fez sentido em vários países por todo o mundo.

O termo “interseccionalidade” descreve a forma como os sistemas de poder se cruzam para oprimir os grupos sociais mais marginalizados e estigmatizados, incluindo a comunidade LGBTQIA+<sup>21</sup>, pessoas racializadas, classes baixas, pessoas com deficiência, de entre outros. Ir-se-á, mais à frente, explorar melhor as questões interseccionais e a sua importância no movimento feminista.

---

<sup>21</sup> A sigla LGBTQIA+ representa as várias identidades de género e orientações sexuais não-heteronormativas. L: Lésbicas; G: Gays; B: Bissexuais; T: Trans; Q: Queer; I: Intersexo; A: Assexual; +: abriga todas as outras e diversas possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de género que possam existir.

### 1.4.3.3. Contexto português

*“Hoje passados 50 anos, continuo a ter necessidade de dizer o mesmo, porque ultimamente tem aumentado o modo pejorativo de encarar o termo feminismo. A tal ponto, que algumas senhoras, que devem às lutas feministas a oportunidade de gozar dos cargos que ocupam, consideram-se mesmo ofendidas pela possibilidade de as julgarem feministas... Na realidade dão triste ideia da sua compreensão e coerência” (Guimarães, 1983 apud Tavares, 2010, p. 308)*

No final da década de 80 e na década de 90 do século XX, início da terceira vaga do feminismo, a fraqueza do movimento feminista, em Portugal, era óbvia. O *backlash* contra o feminismo, bem retratado por Susan Faludi no seu livro *Backlash: the Undeclared War Against Women* (1991), sentido nos Estados Unidos, onde o feminismo era visto, até então, como sólido e forte, teve repercussões também em Portugal (Tavares, 2010, p. 307), onde o feminismo já se mostrava frágil desde a vaga anterior. Como afirmam Canotilho *et al.* (2006), as décadas de 70 e 80 do século XX foram marcadas pela “insuficiência teórica” feminista, em Portugal.

Apesar disto, e de acordo com Tavares (2010, p. 308), na década de 1980 os grupos feministas organizados continuaram o seu trabalho e ativismo, nomeadamente em torno da questão da legalização do aborto, das comemorações do oito de maio<sup>22</sup> e contra a violência doméstica. De qualquer das formas, a palavra “feminismo” perdeu expressão e lugar nas narrativas destes grupos de maiores dimensões (*idem*, p. 309). Também Tavares *et al.* (2004) referem que, nas décadas de 1970 e 1980, o termo “feminismo” não era recorrente no vocabulário político, apesar da instituição da democracia e da intervenção de grupos feministas (*idem*, p. 17).

No entanto, a década de 1980 foi terreno fértil para o desenvolvimento das universidades, como referiu Lígia Amâncio no seminário realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) em 1998 (Amâncio, 1998, p. 81). Isto resultou numa mudança na década de 1990 onde surgem mestrados e cadeiras de licenciaturas focadas em questões de género (*idem*). Amâncio (*idem*) acredita que estes fatores contribuíram para uma maior

---

<sup>22</sup> O dia oito (8) de maio é o Dia Internacional das Mulheres. A data recorda as conquistas femininas ao longo da História.

produção de ideias e teorias para o movimento feminista em Portugal, criando a base para o feminismo do século XXI, que se aproximava. Esta ideia é corroborada por Vaquinhas (2009, p. 244), que explica como a crescente feminização do pessoal docente nas universidades portuguesas contribuiu para o crescimento dos *Women's Studies*<sup>23</sup>, auxiliando no reconhecimento dos estudos das mulheres como área científica (*idem*). No entanto, só na década de 1990 se assistiu à institucionalização e integração de programas oficiais nas universidades (Vaquinhas, 2009, p. 247). Esta década caracteriza-se também, de acordo com Tavares (2010, p. 383), por uma época em que os movimentos feministas se globalizaram devido a vários órgãos e instituições, nomeadamente internacionais, de destacar a realização das Conferências das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres.

Ainda de acordo com Tavares (2010), esta “transnacionalização dos feminismos” (*idem*, p. 542) facilitou as ações e iniciativas feministas no início do novo século. Este foi um fator importante para o “rejuvenescimento do movimento feminista” (*idem*) e resultou, em Portugal, na ligação a redes feministas internacionais, nomeadamente através da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)<sup>24</sup>.

No início do século XX, a globalização é referida como fator importante no desenvolvimento das lutas de mulheres e novas formas de organização (Tavares *et al.*, 2004, p. 7). A internet é referida como uma importante ferramenta de propaganda e atividade feministas (Tavares, 2010, p. 543). Desta forma, a internet e nomeadamente as redes sociais podem ser apontadas como novas formas de reivindicação e ativismo feminista, apresentando-se como um mundo de novas oportunidades para o movimento (Marôpo *et al.*, 2017, p. 282).

O feminismo de terceira vaga, em Portugal, mostra-se aberto a discutir várias causas e reivindicações, entrelaçando-as:

Procurou-se mostrar a evolução do pensamento feminista em áreas como a família, as relações de poder e a paridade, a violência sobre as mulheres, o trabalho e os trajectos emancipatórios das mulheres, prostituição, tráfico de mulheres, mutilação genital feminina, lesbianismos, direitos das mulheres

---

<sup>23</sup> *Women's Studies* (ou Estudos das Mulheres) é um campo de estudo interdisciplinar relacionado com os estudos de género e os estudos feministas.

<sup>24</sup> A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista, internacional, iniciado no ano 2000, cujo objetivo é a criar pontes entre diferentes grupos e ideais políticos (da Costa & Schwade, 2012).

imigrantes. Sintetizando algumas conclusões nestas áreas é possível fazer algumas ligações entre elas (Tavares, 2010, p. 543).

Aqui, o feminismo é marcado pelo debate acerca de direitos que, nas outras vagas, acabaram por ficar para segundo plano: “[...] direitos das mulheres lésbicas, imigrantes, negras, num momento de proliferação de organizações feministas e de internacionalização do movimento” (Marôpo *et al.*, 2017, p. 281).

### **1.5. Correntes Feministas**

Partindo da visão do feminismo como um conceito plural e em constante evolução, apresenta-se o feminismo como um conjunto de movimentos influenciados por diversas correntes. Tal como Tavares (2010) defende:

Escrever sobre a história dos feminismos pressupõe uma investigação que não seja centrada apenas nas mulheres como sujeitos individuais, mas nas suas atividades colectivas, nas suas reivindicações, pelo que se torna importante conhecer as diferentes correntes políticas e ideológicas que influenciam os feminismos (Tavares, 2010, p. 36).

Reconhecendo a pluralidade do feminismo, é de esperar que o seu significado não seja completamente unificado e consensual; nem todas/os as/os feministas concordam acerca das razões que podem explicar a subordinação das mulheres, nem como acabar com essa subordinação (Abbott & Wallace, 1997, p. 30). Como afirma Françoise Collin (2005, p. 20):

O feminismo é plural, nutrido de posições diversas não só quanto ao conceito de diferença de sexos quanto às estratégias a utilizar. Trata-se de um debate permanente, teórico, mas também político, como revelam os debates sobre paridade e o uso do véu nas escolas, ou ainda as posições sobre prostituição e as novas tecnologias de reprodução (*apud* Tavares, 2010, p. 525).

Visto existirem feministas vindas/os dos mais variados contextos, não seria de esperar que todas/os concordassem acerca das mais variadas questões emergentes dentro do movimento. De acordo com Abbott e Wallace (1997, p. 30) são, assim, várias as teorias/correntes feministas — umas úteis para explicar determinadas questões, outras nem tanto. Não existe, assim, só uma corrente feminista, mas sim várias, pois são várias as teorias e ideias que compõem o feminismo. Apesar de todas estas correntes lutarem por mudanças profundas a nível das desigualdades de género e partilharem o objetivo comum de as eliminar, os meios para acabar com elas diferem de uma para a outra, assim como as causas dessas desigualdades.

Seguindo as obras de Nogueira (1996), Abbott e Wallace (1997), Tavares (2010) e Schouten (2011), optou-se por expor e sintetizar as três principais correntes feministas: o feminismo liberal, o feminismo marxista/socialista e o feminismo radical. Nogueira (1996, p. 166) defende que a importância destas teorias se deve ao facto da sua discussão e debate serem contínuos e atuais. Além destas correntes principais, optou-se por falar de mais uma, o feminismo interseccional, devido à sua importância particular para a presente investigação. Importa referir que, em relação a estas correntes, existiu extensa teoria desenvolvida no estrangeiro, o que não se verificou em Portugal (Tavares, 2010, p. 645).

Apesar disto, existem muitas mais correntes feministas importantes que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para o movimento feminista e, apesar de não serem exploradas e aprofundadas nesta dissertação, convém mencionar. De entre as várias correntes, destacam-se o feminismo negro (surgido na década de 70 do século XX), caracterizado pelas lutas antirracistas e propostas da interseccionalidade (de Oliveira, 2010, p. 28); o feminismo lésbico (surgido nas décadas de 70 e 80 do século XX), onde questões relacionadas com a opressão da sexualidade se interligam com opressões de género (idem, p. 30); o feminismo da diferença, caracterizado pela aceitação e glorificação das características femininas, em oposição às masculinas (idem, p. 31); o feminismo pós-colonial (surgido nos anos 80 do século XX), que interliga as questões e análise do colonialismo e movimentos anticoloniais com as questões e opressões de género, desafiando os feminismos Ocidentais, de Norte, eurocêntricos e representados por mulheres brancas, cristãs, de classes média e média alta (Martins, 2019); e o feminismo pós-estruturalista, que questiona as categorias binárias (Homem e Mulher; masculinidade e feminilidade). Desafiando o sexo enquanto característica biológica e o género enquanto construção social, o feminismo pós-estruturalista defende que tanto o “corpo” como a identidade de género são performativos (Butler, 2017; Faustini *et al.*, 2021), apresentando-se de forma a serem percebidos, pelos/as outros/as, ou como femininos ou como masculinos, criando um círculo vicioso de binariedade.

### **1.5.1. Feminismo Liberal**

*"The only way for a woman, as for a man, to find herself, to know herself as a person, is by creative work of her own. There is no other way"* (Friedan, 2001)

No feminismo liberal, o foco é a dominação masculina nas estruturas institucionais públicas (Schouten, 2011, p. 19) e está associado aos Estados Unidos da América e à Organização Nacional para Mulheres<sup>25</sup>, fundada por Betty Friedan, autora do livro *The Feminine Mystique* (Nogueira, 1996, p. 169), já mencionado. Aqui, a crítica principal recai no facto destas estruturas não serem contestadas e é defendida a sua alteração como forma de eliminar os obstáculos colocados às mulheres (Schouten, 2011, p. 19).

Feministas liberais apresentam um posicionamento reformista<sup>26</sup> e pretendem expor, de forma imediata, as várias formas de discriminação contra mulheres nas sociedades Ocidentais (Abbott & Wallace, 1997, p. 31). Apontam a socialização diferenciada como principal causa das desigualdades e defendem que o caminho para colmatar estas desigualdades é a alteração das leis, do ensino e das ações de formação (Schouten, 2011, p. 19) e acreditam que as reformas progressistas resultarão na completa igualdade entre homens e mulheres.

Este modelo, apesar de ser o mais reconhecido pelo público e o mais divulgado na comunicação social e por muitos políticos (Nogueira, 1996, p. 170), é fortemente criticado por se focar na inclusão e acesso das mulheres em posições de prestígio e poder (Nogueira, 1996, p. 170), posições estas típica e maioritariamente masculinas. A autora explica que, desta forma, muitos/as consideram o feminismo liberal, por um lado, elitista, visto ignorar mulheres com pouca ou nenhuma formação académica e de classes sociais mais baixas e, por outro lado, individualista, porque defende que o meio para acabar com as desigualdades entre sexos se baseia no aumento do número de mulheres em lugares tradicionalmente masculinos (Nogueira, 1996, p. 170), ao invés de culpar “[...] o sistema social como um todo, gerador da discriminação” (*idem*).

### **1.5.2. Feminismo Marxista/Socialista**

*“We [women] are the slaves of the slaves. We are exploited more ruthlessly than men.*

*Wherever wages are to be reduced, the capitalist class use women to reduce them, and if*

---

<sup>25</sup> Organização Nacional para Mulheres (ou *National Organization for Women*) é uma organização feminista norte-americana fundada em 1966, durante a segunda vaga feminista (Barnett, 2005).

<sup>26</sup> Reformismo, no contexto da 2ª vaga feminista, refere-se ao foco nas reformas, nomeadamente a nível legal, como forma de superar discriminações de género (Abbott & Wallace, 1997).

*there is anything that you men should do in the future it is to organize the women”*

(Parsons, 2011, p. 251 – 252)

Segundo o feminismo marxista/socialista, a causa das desigualdades entre homens e mulheres é o domínio masculino das relações económicas. Desta forma, feministas marxistas/socialistas argumentam que a principal causa das desigualdades e posição inferiorizada das mulheres em relação aos homens se deve ao capitalismo (Nogueira, 2011, p. 166; Abbott & Wallace, 1997, p. 31). Como o nome sugere, as ideias desta teoria feminista estão associadas ao Marxismo<sup>27</sup>, visto relacionarem o sistema económico e do trabalho à “problemática do género” (Haste, 1993 *apud* Nogueira, 1996, p. 167).

Segundo Schouten (2011), de acordo com as “[...] teorias de carácter evolucionista elaboradas por Friedrich Engels<sup>28</sup> a partir dos apontamentos de Karl Marx<sup>29</sup>” (Schouten, 2011, p. 19), e visto se associar a luta dos sexos à de classes, a causa da opressão dos homens sobre as mulheres iniciou-se com a introdução da propriedade privada, supondo que o seu desaparecimento ocorra no Socialismo, a par com a desigualdade económica (*idem*).

De acordo com Conceição Nogueira,

O argumento central do feminismo socialista baseia-se na crítica ao modelo convencional das diferenças sexuais que mantêm o homem com atributos de tipo “instrumental”, associados à esfera pública e a mulher como submissa, expressiva e associada à esfera privada (Nogueira, 1996, p. 168).

### **1.5.3. Feminismo Radical**

*“Many women, I think, resist feminism because it is an agony to be fully conscious of the brutal misogyny which permeates culture, society, and all personal relationships”*

(Dworkin, 1982, p. 78)

---

<sup>27</sup> O “Marxismo” é uma doutrina política e constitui-se como uma “análise das dinâmicas do capitalismo e do modo como estas determinam as sociedades, como uma filosofia do materialismo dialético e como uma corrente socialista ancorada na ideia de emancipação e de transformação da sociedade.” (Cardina, 2012, p. 140 – 141)

<sup>28</sup> Friedrich Engels (1820 – 1895) foi um teórico prussiano. Fundou, juntamente com Karl Marx, a doutrina política designada por “Marxismo” (Mayer, 2020).

<sup>29</sup> Karl Marx (1818 – 1883) foi um revolucionário, sociólogo, historiador e economista, socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, criticando fortemente o sistema capitalista. Publicou, juntamente com Friedrich Engels, O Manifesto Comunista (Feuer & McLellan, 2022).



O feminismo radical nasceu no início nos anos 60 do século XX, inspirado nos “[...] movimentos antirracistas, estudantis, pacifistas e anteriores feminismos” (Silva, 2016, p. 33). Feministas radicais culpam a sociedade patriarcal na sua totalidade — a nível das estruturas legais, políticas, familiares e culturais (Schouten, 2011, p. 20) —, por manter os homens no poder, identificando-os como usufruidores desta relação de dominação (Silva, 2016, p. 33). Neste contexto nasce o *slogan* “O pessoal é político”, mencionado anteriormente, que expressa a relação entre a situação individual das mulheres e as grandes estruturas, que se traduz na opressão feminina.

O feminismo radical destaca-se de outros modelos feministas no sentido em que se foca, exclusivamente, nos interesses e experiências das mulheres. De acordo com Bell e Klein (1996, p. 10), é a única teoria *de e para* mulheres. Como a socióloga francesa Christine Delphy aponta:

Não estamos a lutar pelos outros, mas por nós próprias. Nós, e mais ninguém, somos vítimas da opressão que denunciámos e lutamos contra. Quando falamos, não é em nome nem no lugar de outros, mas em nosso próprio nome e no nosso próprio lugar<sup>30</sup> (Delphy, 1984, p. 146).

Desta forma, a ideia principal do feminismo radical é de que a opressão primária sofrida pelas mulheres, como grupo social, se deve aos homens, como grupo social (Bell & Klein, 1996). Assim, acredita-se que o controlo masculino é exercido em todas as esferas da vida feminina (*idem*). Para o feminismo radical, a mera “emancipação” ou “igualdade” em relação aos homens não é suficiente: é necessária uma revolução total das estruturas sociais, assim como a eliminação dos processos patriarcais (*idem*, p. 12).

#### **1.5.4. Feminismo Interseccional**

*“Intersectionality is a lens through which you can see where power comes and collides, where it interlocks and intersects”* (Crenshaw, 2017)

O conceito de interseccionalidade, no feminismo, reconhece que além da discriminação com base no género, as mulheres estão também sujeitas a outros tipos de discriminação

---

<sup>30</sup> Tradução livre do autor. No original “*We are not fighting for others, but for ourselves. We and no other people are the victims of the oppression which we denounce and fight against. And when we speak, it is not in the name or in the place of others, but in our own name and in our own place.*” (Delphy, 1984, p. 146)

com base em características identitárias que se cruzam, tais como: classe, casta, raça, etnia, cor, religião, origem nacional e orientação sexual (Crenshaw, 2002).

Apesar do termo “interseccionalidade” ter sido cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, a preocupação em relacionar os vários tipos de opressões já tinha sido expressa anteriormente, nomeadamente através do Manifesto do *Combahee River Collective*<sup>31</sup>, em 1977 (Rodrigues *et al.*, 2018; Henning, 2015, p. 102-103; McCann *et al.*, 2019, p. 538). Este coletivo de feministas lésbicas e negras de Boston, Massachusetts, Estados Unidos da América, defendia que a luta feminista tinha de ser feita a par com lutas contra outras formas de opressão. Desta forma tentaram mostrar como a “simultaneidade de opressões” (Rodrigues *et al.*, 2018, p. 34) tem o poder de criar condições de vida próprias, com especificidades. Branco (2008) entende a interseccionalidade como uma ferramenta que nos ajuda a entender como o conjunto de identidades impacta, de diferentes formas, o acesso a direitos e oportunidades (*idem*, p. 110). De acordo com Alonso (2010), as pessoas mais afetadas pela intersecção de opressões sofrem a desigualdade de forma única, “[...] impossível de ser analisado a partir de uma mera soma de categorias” (*idem*, p. 25-26).

A consciência interseccional surge assim, no feminismo, durante a segunda vaga, como uma consequência da corrente feminista negra (Rodrigues *et al.*, 2018, p. 35), apesar de alguns/algumas autores/as defenderem que a “questão interseccional” provém do movimento feminista abolicionista de primeira vaga, nos Estados Unidos da América, no século XIX (Brah, 2007).

Nos EUA as tensões políticas no feminismo em torno da inter-relação entre ‘raça’ e outros fatores tais como a classe e o género têm as suas raízes nas campanhas anti-escravatura. Durante a década de 1830, por exemplo, mulheres Americanas tornaram-se mais ativas no movimento abolicionista onde aprenderam a defender os seus próprios direitos de engajar com atividade política e onde as suas experiências de marginalização as levaram a criar organizações de mulheres anti-escravatura. A primeira organização de mulheres anti-escravatura foi fundada em 1832 por mulheres negras em Salem, Massachussets, da qual se seguiram organizações similares fundadas por mulheres brancas, noutras localizações<sup>32</sup> (Brah, 2007, p. 249).

---

<sup>31</sup> O *Combahee River Collective* (ou Coletivo Combahee River) (1974 – 1980) foi uma organização feminista negra de Boston fundada por Barbara Smith, uma feminista lésbica e socialista norte-americana (Taylor, 2020).

<sup>32</sup> Tradução livre do autor. No original “In the USA political tensions in feminism surrounding the interrelationship between ‘race’ and other factors such as class and gender date back to the anti-slavery campaigns. During the decade of the 1830s, for example, American women became increasingly active in the abolitionist movement where they learnt to champion their own right to engage in political work and where

Esta urgência do Feminismo Negro<sup>33</sup> em interligar várias formas de opressão pode dever-se ao passado histórico das lutas feministas e do seu desencontro com as lutas antirracistas (Rodrigues *et al.*, 2018, p. 37) visto que, desde o início do feminismo e da sua solidificação como movimento, sempre se assistiu à dominação dos grupos feministas por mulheres caucasianas, de classes médias (McCann, 2019, p. 537).

No seu livro *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* (1981), bell hooks expõe este problema falando da sua vivência pessoal; diz-nos a autora:

O meu intenso empenho na crescente consciência feminista levou-me a confrontar a realidade das diferenças de raça, de classe social e de género. Tal como me tinha revoltado contra as ideias sexistas acerca do lugar de uma mulher, também contestava o lugar e a identidade das mulheres no seio dos círculos de emancipação feminina; não conseguia encontrar lugar para mim no movimento. A minha experiência enquanto jovem e negra não era reconhecida. A minha voz e as vozes das mulheres como eu não eram ouvidas. O mais importante era o movimento ter posto a nu o quão pouco eu sabia de mim, do meu lugar na sociedade. Não poderia pertencer verdadeiramente ao movimento até que pudesse fazer ouvir a minha voz (hooks, 2018, p. 10).

Assim se desenvolveu a consciência interseccional no movimento feminista, onde a teoria assenta no facto de que a intersecção de opressões cria experiências diferentes e cada vez mais graves: “[...] pressupõe que as opressões estão inter-relacionadas e que o seu impacto é multiplicativo e não somativo ou aditivo” (Rodrigues *et al.*, 2018, p. 42). Esta ideia é corroborada por Branco (2008): “[...] não devemos olhar a combinação das diferentes identidades como uma mera soma, mas sim perceber que a combinação das mesmas é que produz experiências substantivamente diferentes.” (*idem*, p. 110).

---

*their experience of relative marginalization compelled them to form separate women's anti-slavery societies. The first female anti-slavery society was formed in 1832 by black women in Salem, Massachusetts, followed by similar societies established by white women in other locations”* (Brah, 2007, p. 249)

<sup>33</sup> O Feminismo Negro é o movimento teórico, político e social organizado por mulheres negras (Leal, 2020) e surgiu devido à incapacidade do movimento pela emancipação feminina em gerar análises críticas sobre a experiência feminina negra dentro do movimento feminista (hooks, 2018)



## CAPÍTULO 2

### 2. O FEMINISMO E OS HOMENS

*“Feminism expects a man to be ethical, emotionally present, and accountable to his values in his actions with women — as well as with other men. Feminism loves men enough to expect them to act more honorably and actually believes them capable of doing so”*  
(Kimmel, 2016)

#### 2.1. Relação do feminismo com os homens

A participação dos homens no movimento feminista tem sido constantemente questionada desde o seu início, tanto por mulheres como por homens (Joanpere & Morlà, 2019). A luta contra a desigualdade de género tem sido vista, tradicional e exclusivamente, como um “problema das mulheres”, porque são estas o alvo deste tipo de discriminação (Tajfel & Turner, 1979; Wright *et al.*, 1990 *apud* Estevan-Reina, L. & Megías, J., 2020, p. 1).

De acordo com hooks (2000, p. 67) o feminismo contemporâneo tinha, no início e na sua composição, uma forte facção “anti-homens” composta por mulheres feministas que partilhavam experiências negativas e abusivas por parte dos homens que faziam parte das suas vidas. Paralelamente, os media contribuía não só para o estereótipo da “mulher feminista que odeia os homens”, como para outros tipos de estereótipos tal como o lesbianismo inerente de mulheres feministas e outros estigmas perpetrados. Estas narrativas contribuíram, e continuam a contribuir, para posições “antifeministas” por parte dos homens (hooks, 2000, p. 68).

Apesar deste dilema em constante debate, durante toda a história do movimento feminista têm existido homens que se posicionam relativamente a temas e questões feministas, em detrimento do movimento (Joanpere & Morlà, 2019). Marques (2017) explica que foi durante a segunda vaga do feminismo que se criaram pontes entre a teoria feminista e a definição de masculinidade, tendo sido, então, nas décadas de 1970 e 1980 que os estudos das masculinidades se intensificaram (Baére & Zanello, 2020, p. 2; Medrado & Lyra, 2008). Isto acabou por resultar num questionamento acerca das masculinidades que, eventualmente, se solidificou como questão académica, resultando num novo campo de

estudos: *Men's Studies*<sup>34</sup> (Baily, 2012, p. 21). À medida que este campo de estudos evoluiu, começou-se a olhar para a masculinidade, até aí vista como exclusivamente hegemónica<sup>35</sup> e opressora, como um conceito em constante evolução (tal como o feminismo), podendo apresentar várias versões — masculinidades (Ferreira, 2021, p. 9). Desta forma, deixou de se olhar para os homens apenas como opressores e perpetradores de violências contra as mulheres, para se passarem a reconhecer os efeitos nefastos e tóxicos que a masculinidade hegemónica tem, também, neles próprios (*idem*). Assim, foi possível começar a olhar para os homens como aliados de um movimento que luta pela igualdade de género — o feminismo (*idem*, p. 10).

De acordo com Kaiser e Miller (2001), membros de grupos privilegiados (neste caso, homens) podem combater, de forma eficaz, preconceitos e discriminações (neste caso, de género) visto sofrerem menos riscos perante possíveis confrontos, como por exemplo não serem considerados queixosos (Gulker *et al.*, 2013). Além disto, membros de grupos privilegiados podem tornar-se aliados e contribuir para mudança social (Subašić *et al.*, 2018). No entanto, alguns estudos sociais têm provado que é muito mais improvável que homens se considerem feministas quando comparando com as mulheres (e.g.: Burn *et al.*, 2000; Pierce *et al.*, 2003; Toller *et al.*, 2004; Breen & Karpinski, 2008; Anderson, 2009).

Apesar de existirem estudos que mostram, como foi mencionado, que membros do grupo privilegiado podem combater, de forma eficaz, preconceitos e discriminações sentidas pelo grupo em desvantagem (Gulker *et al.*, 2013), isto pode, ao mesmo tempo, perpetuar o *status quo*<sup>36</sup> (Estevan-Reina, L. & Megías, J., 2020). Estas autoras argumentam que, ao confrontar o sexismo, os homens podem estar motivados tanto por razões feministas como por razões paternalistas.<sup>37</sup> Desta forma, apoiar e lutar por reivindicações feministas pode,

---

<sup>34</sup> *Men's Studies* (ou Estudos dos Homens) é um campo de estudo interdisciplinar relacionado com temas relativos a homens, masculinidades, feminismo, género, de entre outros.

<sup>35</sup> "Masculinidade Hegemónica" é, de acordo com Connell (2005, p. 77), a configuração das dinâmicas de género que legitimam a posição dominante dos homens sobre as mulheres e conseqüente subordinação destas na sociedade.

<sup>36</sup> *Statu quo* é uma expressão do latim que significa "estado atual".

<sup>37</sup> "Paternalismo": "1. Relação baseada na autoridade do pai; 2. Concepção segundo a qual as pessoas que detêm a autoridade devem desempenhar, para aqueles sobre os quais é exercida, um papel análogo ao do pai para com os filhos; 3. Benevolência condescendente no exercício da autoridade." "paternalismo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/paternalismo> [consultado em 14-06-2022].

realmente, promover mudança social, da mesma forma que intenções paternalistas podem levar os homens a confrontar o sexismo (Estevan-Reina L. & Megías, J. 2020). De qualquer das formas e de acordo com Good *et al.* (2016 *apud* Estevan-Reina, L. & Megías, J. 2020), estas mesmas intenções paternalistas que desafiam o sexismo e que, na sua maioria, são consequência e causa do sentimento e dever de proteção das mulheres podem, paradoxalmente, reforçar estereótipos e sistemas sexistas.

## **2.2. Papel dos homens no feminismo**

Os homens podem, de facto, promover a mudança social combatendo o sexismo, caso se comprometam com a luta contra a desigualdade de género (Estevan-Reina, L. & Megías, J., 2020). De acordo com Swim *et al.* (2001), quanto mais os homens defendem reivindicações feministas, mais conscientes estão acerca do sexismo e mais facilmente rejeitam situações e ideais desse carácter.

Wiley *et al.* (2013) mostram como retratar, positivamente, homens feministas, contribui para o aumento da solidariedade de homens, no geral, para com feministas e o movimento feminista, o que contribui para um aumento do engajamento masculino com a ação coletiva nesse sentido, tal como incluir homens no movimento pela mudança social e nas questões de género aumenta a ação coletiva masculina e a solidariedade para com o feminismo (Subašić *et al.*, 2018).

Desta forma, e assumindo a inclusão dos homens no movimento feminista, estes devem, para poderem ser considerados aliados das mulheres feministas contra o sexismo, trabalhar “ao seu lado”, assumindo um papel de auxílio, ao invés de “em seu nome” (Drury & Kaiser, 2014). De acordo com Wiley e Dunne (2019, p. 656), mulheres feministas preferem homens feministas que “ficam nos bastidores” e auxiliam a homens feministas que tentam resolver os “problemas”, impondo as suas vontades e ideais no movimento feminista. Este último formato, em que homens feministas se impõe dentro do movimento, reforça a hierarquia de género no sentido em que subentende que as mulheres não são capazes de se defender ou de reclamar as reivindicações feministas, indo de encontro ao fenómeno paternalista já mencionado. Como afirma Kimmel (2016) acerca deste tópico: “Não penses nisto como ‘salvar mulheres’. Tu não és um cavaleiro, elas não são donzelas

em perigo. As mulheres conseguem tomar conta delas próprias (...). Trata-se de trabalhar com outros homens.”<sup>38</sup>

O papel dos homens é importante para o feminismo, também, no sentido em que são os agentes primários que mantêm, consciente e inconscientemente, sistemas sexistas e de opressão. Para Michael Kimmel (1998), os homens podem e devem apoiar o movimento feminista por um variado número de razões, visto o movimento dotar tanto mulheres como homens de uma visão analítica poderosa através da qual podem olhar e entender as suas vidas (*idem*, p. 60-61). Kimmel (*idem*) defende que os esforços masculinos para acabar com o assédio sexual e com as violações, assim como a partilha de tarefas domésticas, pode permitir que os homens tenham, também, vidas mais gratificantes, assim como fazer com que as suas relações com mulheres, homens e crianças sejam mais agradáveis (*idem*, p. 62). Para Kimmel,

Nós podemos ser os seus *cheerleaders*, os seus aliados, os seus soldados, devemos sê-lo em frente a outros homens, despindo-nos do medo da rejeição, da nossa “filiação” no clube da masculinidade, confrontando os nossos medos em relação a outros homens. Que outra escolha temos — nós, mulheres e homens, que abraçam a visão de igualdade sexual e justiça de género?<sup>39</sup> (Kimmel, 1998, p. 68).

### **2.3. Labelling: Homens Feministas ou Homens Pró-Feministas?**

Além do debate acerca do envolvimento dos homens com o feminismo, existe também o debate acerca da autoidentificação de “feminista” por homens (Ashe, 2007 *apud* Conlin, A. & Heesacker, M., 2018). Kimmel (1998) descreve as várias reações acerca do envolvimento masculino com o feminismo, desde a hostilidade por parte de outros homens, por um lado, que têm estigmas relativamente ao feminismo, e mulheres, por outro, que não conseguem olhar para os homens como participantes legítimos no movimento feminista.

Uma barreira da identificação feminista para os homens resulta dos questionamentos acerca da masculinidade e orientação sexual de homens que se assumem, abertamente,

---

<sup>38</sup> Tradução livre do autor. No original “DON’T think of it as “rescuing women.” You are not the cavalry, they are not damsels in distress. Women can take care of themselves, thank you very much. This is about working with other men.” (Kimmel, 2016)

<sup>39</sup> Tradução livre do autor. No original “We can be its cheerleaders, its allies, its footsoldiers, and we must be so in front of other men, risking our own fears of rejection, our own membership in the club of masculinity, confronting our own fears of other men. But what choice do we have — we, women and men, who embrace a vision of sexual equality and gender justice?” (Kimmel, 1998, p. 68)



feministas. Tal como existem estereótipos acerca das mulheres feministas — são mulheres extremistas, zangadas, lésbicas, odeiam os homens e são pouco atraentes —, também existem estereótipos acerca de homens feministas (Anderson, 2009, p. 206). Estes estereótipos, perpetrados tanto por homens como por mulheres, podem contribuir para a falta de à-vontade de muitos homens simpatizantes do movimento feminista em assumirem o título (*idem*). Estes homens feministas estão sujeitos, constantemente, ao questionamento da sua masculinidade e orientação sexual (*idem*; Digby, 1998, p. 41, 60, 66-67; Gundersen & Kunst, 2018, p. 292). Tal como Anderson (2009) refere, mulheres feministas podem ser vistas como “menos femininas”, enquanto homens feministas podem ser vistos como “menos masculinos” (*idem*, p. 207). Estas perceções de uma masculinidade mais frágil acabam por contribuir para uma descida do estatuto social destes homens, inseridos em sociedades patriarcais que se regem por um modelo de masculinidade hegemónica que reproduz e preserva diferenças de poder entre géneros (Connell & Messerschmidt, 2005).

De acordo com Conlin e Heesacker (2018, p. 929), “*self-labelling labelling*” (ou autoidentificação) depende da forma como cada um define o termo “feminista”. White (2006) compara os graus de ativismo entre homens e mulheres que se identificam como feministas, pró-feministas e anti-sexistas e descobriu que aqueles/as que se identificam como “feministas” estão associados a maiores níveis de ativismo do que aqueles que se identificam como “pró-feministas” ou “anti-sexistas”.

Yoder *et al.* (2011) argumenta que a autoidentificação é importante para os homens, neste contexto, no sentido em que prevê ativismo. Conlin e Heesacker (2018) demonstram como a linguagem importa quando examina o ativismo masculino, enfatizando a necessidade de analisar o estigma e discriminações em relação ao feminismo entre os homens, de modo a aproveitarem o seu potencial e contribuírem mais eficazmente para o movimento feminista.

No entanto, esta autoidentificação pode ser desconfortável porque desafia os estereótipos de masculinidade como a conhecemos; como Kimmel afirma: “Os homens habilitam-se a

perder algo ao apoiar o feminismo — o nosso lugar no mundo dos homens. Existem alguns custos em assumirmo-nos publicamente como pró-feministas”<sup>40</sup> (Kimmel, 1998, p. 67)

Podemos dizer que o envolvimento masculino com o feminismo pode ser benéfico não só para as mulheres, como sujeito e objeto centrais do movimento, mas também para os homens, pois propõe o questionamento e o desafio da masculinidade hegemónica, desconstruindo estereótipos patriarcais que também os afetam, vedando-lhes, por exemplo, o acesso à prática de comportamentos e posições tipicamente “femininas”, tal como a parentalidade e o *caring work* (Baily, 2012, p. 24). De acordo com hooks (2000, p. 68), foi no início do feminismo contemporâneo que, não abandonando a crítica da dominação masculina, feministas começaram a questionar as maneiras como o patriarcado era, também, nocivo para os homens. New (2001) refere a forma como os homens acabam também por ser oprimidos em sociedades patriarcais no sentido em que são sistematicamente maltratados, dando como exemplos o serviço militar e medidas de justiça criminal mais agravadas. Considera-se importante acrescentar uma das maiores consequências da masculinidade hegemónica e das sociedades patriarcais para os homens: a morte prematura. De acordo com um relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), as mulheres vivem cerca de 5.8 anos a mais do que os homens; o relatório afirma que a grande taxa de mortalidade nos homens começa na adolescência e triplica na idade adulta e que a maior causa deste fenómeno é a masculinidade hegemónica (Pan American Health Organization, 2019). Daqui, pode-se destacar a violência contra outros homens e a violência contra eles próprios (suicídio, alcoolismo e outras dependências e doenças psicossomáticas) (*idem*). As causas para esta maior taxa de mortalidade masculina devem-se a várias consequências da masculinidade hegemónica, de ressaltar os comportamentos de risco, perpetuados por narrativas tóxicas como “Homem não tem medo”, e negligência na área da saúde, resultando numa baixa preocupação com problemas de saúde e, consequentemente, menos controlo e assistência médica (*idem*).

Para Hopkins (1998), apesar da masculinidade ter de ser desconstruída e as experiências das mulheres, como grupo oprimido, tidas em conta para um exercício feminista

---

<sup>40</sup> Tradução livre do autor. No original “Men do stand to lose something by supporting feminism — our standing in the world of men. There are some costs to our public positions as profeminists.” (Kimmel, 1998, p. 67).

minimamente adequado por parte dos homens (*idem*, p. 43-50), o que faz um/a feminista é a crença, a ação e a posição, não simplesmente a experiência feminina de opressão e de vítima de violências combinada com o género (*idem*). Afirma Hopkins (1998):

Mas se o feminismo é (ou deveria ser considerado) uma estratégia crítica, um conjunto de ideais, uma data de ações e posições políticas, então presumivelmente não há razão para os homens não poderem formar esta estratégia crítica ou possuir tais ideais e posições. Homens, como qualquer outra pessoa, são feministas se acreditam e fazem o que feministas acreditam e fazem. Se alguém defende que um homem e uma mulher podem ter os mesmos ideais, ações, objetivos e posições, mas só a mulher pode ser feminista, então isto é só um peso arbitrário dado ao género e, como tal, deve ser objeto de escrutínio por parte da própria crítica de género<sup>41</sup> (Hopkins, 1998, p. 51).

Desta forma, Hopkins conclui que o feminismo deve ser caracterizado pela adesão a um conjunto de ideais e posições políticas, não exclusivamente pela experiência feminina partilhada (Hopkins, 1998, p. 51-52) que, como o autor explica, acaba por não ser homogeneamente partilhada visto existirem vários e diferentes tipos de opressões e violências vividas por mulheres, que variam de acordo com fatores económicos, raciais, religiosos, grupos educacionais, relações pessoais, ideais individuais, de entre outros (*idem*, p. 48), o que vai ao encontro da ideia de interseccionalidade explorada anteriormente.

Apesar da inclusão dos homens no movimento feminista não ser consensual e as dúvidas serem maiores do que as certezas (e.g.: Digby, 1998, p. 41; 43; 46; 62; Baily, 2012, p. 22; Conlin & Heesacker, 2017, p. 929; Freitas *et al.*, 2018, p. 864), e apesar de certos/as autores/as preferirem a expressão “homens pró-feministas” a “homens feministas”, a verdade é que tantos/as outros/as autores/as encontram vantagens não só em incluir homens no feminismo, como a exigir a sua participação na luta pela igualdade de género e desempenho de um papel importante para acabar com a violência e opressão contra as mulheres, desenvolvendo tipos de masculinidades não violentas (Freitas *et al.*, 2018, p. 865).

---

<sup>41</sup> Tradução livre do autor. No original “*But if feminism is (or should be considered) a critical strategy, set of beliefs, and set of political positions and actions, then presumably there is no reason why men might not also be able to form this critical strategy or possess such beliefs and take such positions. Men, like anyone else, are feminists if they believe and do what feminists believe and do. If one still wants to argue that a woman and a man could have the same beliefs, actions, goals, and positions, but only the woman could be a feminist, then this is just an arbitrary weighting given to gender and as such should be subjected to the scrutiny of gender criticism itself.*” (Hopkins, 1998, p. 51)

Pode-se dizer que maioria das reservas por parte das mulheres feministas assenta no título, ou *labelling*, não necessariamente no engajamento dos homens com o feminismo (Bailey, 2012, p. 26). Apesar disso, alguns e algumas feministas acreditam que os homens devem ser livres para adotar o título como forma de se incluírem totalmente no movimento, mostrando um comprometimento e apoio maiores pela causa (*idem*).

## **PARTE II — ESTUDO EMPÍRICO**



## CAPÍTULO 3

### 3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Este estudo resulta da vontade em tentar conhecer as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra em relação ao feminismo: se o conhecem, como o interpretam e como o vivem. Neste sentido, e antes de mais, é importante compreender a Teoria das Representações Sociais, cunhada por Serge Moscovici em 1961. Esta Teoria criou uma ponte entre a Psicologia e a Sociologia (Castro, 2002, p. 949), não assumindo uma separação entre sujeito, objeto e sociedade (Patriota, 2007), sendo que estes se influenciam reciprocamente. Assim, uma representação social não é uma cópia de um objeto, mas uma construção coletiva (re)criada por um grupo, com base em representações já existentes, substituindo-o (Moscivi, 1961 *apud* Wachelke & Camargo, 2007).

Usualmente, escolher investigar determinado tema pressupõe um interesse prévio acerca do mesmo e, em certos casos, conhecimento (Campenhoudt *et al.*, 2019, p. 30). Neste caso, tenho um interesse pessoal pelo movimento feminista, estando inserido no movimento há algum tempo e procurando, constantemente, desenvolvimento enquanto homem feminista e novas e melhores formas de contribuir para o movimento. Assim, existe um interesse pessoal em explorar, cada vez mais e a cada oportunidade possível, o movimento feminista, tendo sido a presente dissertação uma excelente oportunidade para o fazer. De acordo com Campenhoudt *et al.* (2019, p. 33), o conhecimento prévio acerca do tema a investigar não tem de ser necessariamente um fator negativo, visto nada se começar “do zero”, até porque este conhecimento pode conceder informação valiosa e contactos pertinentes para a investigação mas que, ao mesmo tempo, se deve forçar um distanciamento e rutura epistemológica para que se possa produzir conhecimento científico acerca da realidade social que se pretende estudar (*idem*).

Identifiquei-me com este fenómeno pois além do interesse pessoal no movimento feminista, sou estudante da Universidade de Coimbra, pelo que me esforcei para me distanciar “[...] tanto de ideias preconcebidas como de categorias de pensamentos do senso comum, ou seja, das que são vulgarmente aceites numa determinada colectividade” (Campenhoudt *et al.*, 2019, p. 33).

Neste estudo, optou-se por uma metodologia qualitativa que: privilegia métodos e teorias abertas e flexíveis, compatíveis entre si; oferece respostas que se apoiam nas perspetivas das diferentes pessoas envolvidas, criando uma rede de ações e de significações entre elas; e que apela à autorreflexão, levando o investigador à autocrítica (Flick, 2007, p. 18 – 20).

De acordo com Campenhoudt *et al.* (2019, p. 41 – 42), o primeiro problema com que qualquer investigador se depara é *como* dar início à investigação. Dessa forma, os autores defendem a formulação de uma pergunta de partida, “[...] por meio da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (*idem*). Procurei, desta forma, formular uma pergunta de partida precisa e realista, adequada aos meus recursos pessoais. Assim, e com o presente estudo, pretende-se encontrar linhas de resposta à questão: *Quais as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao feminismo?*

Além da questão de partida, a recolha de dados teve por base várias questões, elaboradas como forma de contextualizar o tema principal, delimitando-o. Dentre elas: Quais os conhecimentos dos estudantes universitários em relação a questões de género? Acreditam que a sociedade trata os homens e as mulheres de maneira igual? Terão, estes grupos, as mesmas oportunidades? Quais as experiências dos estudantes universitários relativamente a discriminações de género, incluindo em contexto académico? Quais as suas experiências, na praxe académica, em relação às questões de género? A entrada na universidade contribuiu para uma maior reflexão acerca de questões de género? Que significados dão ao feminismo? O que entendem por feminismo? O que sabem da história do feminismo? Conhecem as várias correntes feministas? Consideram-se feministas? Caso se considerem, assumem esse título em público? Quais as reações que recebem quando se assumem feministas em público? Quais as suas opiniões acerca da inclusão dentro do movimento feminista? Quem acham que pode ser feminista? Acham que o feminismo está presente na universidade (aulas, *workshops*, fóruns participativos, palestras, ativismo digital, outros)? O que acham acerca de iniciativas feministas na universidade? Acham que a Universidade de Coimbra (UC) fomenta discussões feministas?

Para responder, da melhor forma possível, à pergunta de partida, foram elaborados vários objetivos:



Objetivo 1: Tentar perceber se os/as estudantes da Universidade de Coimbra têm noção das desigualdades de género, nomeadamente dos estereótipos, discriminações e violências de género;

Objetivo 2: Tentar descobrir se os/as estudantes da Universidade de Coimbra já sentiram discriminações e violências de género, em qualquer aspeto das suas vidas, incluindo durante o percurso na Universidade de Coimbra;

Objetivo 3: Tentar compreender quais os significados e representações que os/as estudantes da Universidade de Coimbra atribuem ao feminismo, assim como se se consideram feministas e as experiências pessoais com o movimento feminista;

Objetivo 4: Tentar conhecer as suas opiniões acerca do feminismo na Universidade de Coimbra: se está presente, se não está presente, e quais os impactos da sua presença (ou da falta dela).

Os objetivos e o estado da arte permitiram a elaboração de hipóteses para os objetivos acima descritos, além da hipótese geral — os/as estudantes da Universidade de Coimbra olham para o feminismo como um movimento importante na luta pelas desigualdades de género.

Hipótese 1: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra têm consciência das desigualdades de género, nomeadamente dos estereótipos, discriminações e violências de género, a vários níveis da socialização;

Hipótese 2: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra já se sentiram, em algum momento, discriminados/as devido ao seu género, nomeadamente estudantes do género feminino, em vários contextos, incluindo na vida académica;

Hipótese 3: Para os/as estudantes da Universidade de Coimbra, o feminismo é um movimento que luta, acima de tudo, pela igualdade de género; estudantes do género feminino terão maior facilidade em se identificarem como feministas e defendem um feminismo mais inclusivo e diversificado;

Hipótese 4: Os/as estudantes da Universidade de Coimbra acreditam que deveriam existir mais aulas e iniciativas (*workshops*, fóruns participativos, palestras, ativismo digital, outros) que fomentem discussões acerca de questões de género/feministas e sejam direcionadas para a comunidade estudantil.

### **3.1. Metodologia**

#### **3.1.1. Entrevistas Semiestruturadas**

Optou-se por recorrer à entrevista semiestruturada, muito utilizada na investigação qualitativa e o tipo de entrevista mais utilizada em investigação social (Campenhoudt *et al.*, 2019, p. 261). Destaca-se por não ser “[...] inteiramente aberta nem encaminhada para um número de perguntas precisas” (*idem*) e por combinar perguntas abertas e fechadas, onde o/a entrevistado/a pode discorrer sobre os temas abordados. A entrevista semiestruturada requer que o investigador possua conhecimentos prévios acerca dos temas que pretende investigar e abordar durante a entrevista (*idem*).

Este tipo de entrevista apresenta várias vantagens para a presente investigação, de destacar: a flexibilidade quanto à duração, permitindo uma cobertura em maior profundidade sobre os assuntos abordados; a interação entre entrevistador e entrevistado, que favorece a espontaneidade das respostas; e uma maior proximidade entre os intervenientes, permitindo ao entrevistador abordar assuntos mais complexos e delicados (Boni & Quaresma, 2005, p. 75).

Na fase de planeamento das entrevistas semiestruturadas foi, então, elaborado um único guião que permitiu conduzir as entrevistas. De acordo com Silvestre *et al.* (2014), sempre que, num estudo, se inquiram várias pessoas através de entrevista, deve-se recorrer ao mesmo guião orientador, sendo este um fator importante para a fiabilidade e rigor da investigação e dos resultados.

O guião respeitou as características de pesquisa qualitativa, onde o questionamento deve ser aberto, correspondendo às hipóteses da investigação, não tendo sido, dessa forma, redigido ao acaso (Campenhoudt *et al.*, 2019, p. 245).

Criaram-se quatro blocos temáticos tendo em conta os objetivos gerais da investigação que, como consequência, geraram objetivos específicos (Silvestre *et al.*, 2014). Neste passo há que ter cautela para não elaborar perguntas “[...] ambíguas, deslocadas ou tendenciosas” (Boni & Quaresma, 2005, p. 72).

De seguida, e antes de começar as entrevistas, procedeu-se à testagem do guião de entrevista, ou “entrevista-modelo” (Silvestre *et al.*, 2014), feita a uma pessoa não incluída no estudo (neste caso, uma amiga). Esta etapa é fundamental e pertinente, visto permitir

que se verifique a adequação do guião, podendo não só possibilitar mudanças e adaptações (*idem*) mas também uma opinião acerca do desempenho do investigador/entrevistador, ainda mais quando se tem pouca ou nenhuma experiência como entrevistador/a.

Para uma recolha de dados fiel e o mais fidedigna possível, as entrevistas foram áudio-gravadas de forma a facilitar a concentração e discurso, tanto do entrevistador como do/a interlocutor/a (Silvestre *et al.*, 2014). Para isto, no caso das entrevistas presenciais, recorri à aplicação de gravador do meu telemóvel pessoal e, no caso das entrevistas via *ZOOM*, foi gravado o vídeo e áudio através dessa mesma aplicação. Além deste recurso, foi utilizado, ainda que de forma muito moderada, um caderno para anotar certos aspetos do/a entrevistado/a que considere importantes para a futura análise de informação: estados de espírito, emoções, expressões faciais, de entre outros, nomeadamente durante as entrevistas presenciais.

No que diz respeito ao formato das entrevistas expressei, aquando do primeiro contacto com os/as entrevistados/as, via e-mail e/ou mensagem de texto, a possibilidade de entrevista presencial ou digital (via *ZOOM*). Os/as entrevistados/as que optaram por entrevista via *ZOOM* apresentaram várias razões: para alguns/algumas dava mais jeito, devido a dificuldades de deslocação; outros/as viram-se obrigados/as devido a estarem, à data da entrevista, infetados/as com COVID-19; outros/as demonstraram preferência. No total, foram efetuadas 22 entrevistas: 8 presenciais e 14 via *ZOOM*.

A população/amostra escolhida foram os/as estudantes da Universidade de Coimbra — foram entrevistados/as estudantes das oito faculdades que compõem a Universidade de Coimbra (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra (FCDEFUC)), inscritos/as no ano letivo 2021/2022 e a frequentar licenciaturas e mestrados. Para o recrutamento foram, num primeiro momento, enviados e-mails aos vinte e seis Núcleos de Estudantes da Associação Académica de Coimbra — que representam cada faculdade, departamento e curso —, onde me

apresentei e expliquei a finalidade do estudo. Apenas o Núcleo de Estudantes de Psicologia, Ciências da Educação e Serviço Social e o Núcleo de Medicina demonstraram interesse em colaborar no estudo, tendo sido também possível estabelecer contacto, através de um estudante conhecido, com o Núcleo de Estudantes de Bioquímica. Como não foi possível obter a amostra desejada desta forma, optei por recorrer às redes sociais (*Instagram* e *Facebook*), assim como a amigos e colegas, apelando a que estes me colocassem em contacto com os/as seus/suas respetivos amigos/as, colegas e conhecidos/as estudantes dos vários cursos e faculdades da Universidade de Coimbra que estivessem dispostos/as a contribuir para a investigação, de forma que os dados fossem o menos tendenciosos possível (Anexo 1).

No início da recolha de contactos para entrevistar, não se tinha um limite, pelo que se foram marcando entrevistas até se chegar a um ponto de saturação, ou seja, até se chegar a um ponto em que não existiam novas informações e conteúdo relevantes para a presente investigação. À medida que se foram recebendo contactos, iniciou-se o processo de marcação das sessões, em que foram enviados e-mails e mensagens a cada um/a deles/as, novamente apresentando-me e explicando a finalidade e objetivos do estudo.

No caso das entrevistas presenciais optou-se por locais públicos, mas calmos, silenciosos e sem grandes distrações visuais, onde o/a entrevistado/a se sentisse à vontade para falar dos temas abordados na entrevista, muitos deles delicados e desconfortáveis. Nestes casos, os locais variaram de acordo com a disponibilidade e preferência dos/as entrevistados/as, optando-se sempre por locais com as características mencionadas acima, pelo que não houve qualquer problema nesse sentido.

Convém mencionar que, pessoalmente, achei as entrevistas via *ZOOM* mais frutíferas e produtivas. Acredito que, por um lado, isto se deva aos/às entrevistados/as estarem num lugar mais confortável e privado (as suas casas), onde se sentiram à vontade não só para falar acerca de assuntos mais sensíveis (como casos de assédio sexual e outras experiências pessoais mais íntimas e sensíveis), como também notei maior confiança nos discursos, o que resultou em entrevistas mais longas. De qualquer das formas, no caso das entrevistas presenciais, também os/as entrevistados/as afirmaram terem-se sentido confortáveis e à vontade, tendo os locais sido escolhidos, na sua maioria, de acordo com as suas propostas e sugestões.

A duração média das entrevistas foi de 1:00 hora, apesar de algumas terem durado significativamente menos (uma média de 20 minutos) e outras se terem alongado até a uma média de duas horas. Importa referir que foi garantido o anonimato aos/às entrevistados/as, pelo que só serão distinguidos/as, durante a análise de informações, pelas identidades de género que, à exceção de um caso, coincidem com o sexo biológico, sendo também este o único fator de distinção importante para o presente estudo.

### **3.2. Análise de Informações**

Os objetivos da análise de informações são, por um lado, a verificação empírica — verificar se o conteúdo e informações recolhidas correspondem às hipóteses apresentadas — e, por outro, a interpretação de possíveis dados inesperados e revisão das hipóteses, para que o investigador tenha condições para propor possíveis melhoramentos e futuras reflexões, visto a realidade ser sempre mais rica e matizada do que as hipóteses elaboradas a seu respeito (Campenhoudt *et al.*, 2019, p. 287).

Para o presente estudo optou-se pela análise de informações, uma vez que foram concretizadas entrevistas semiestruturadas. Esta análise consiste no tratamento metódico das informações adquiridas, agrupando-as por temas de acordo com as hipóteses, comparando-as e relacionando-as ou, até mesmo, organizando-as de acordo com uma estrutura que faça sentido, transmutando-se de material em bruto para material elaborado, mas sintético (Campenhoudt *et al.*, 2019, p. 323 – 324).

Desta forma, e seguindo estes procedimentos de análise, primeiramente foram transcritas, na íntegra, as entrevistas semiestruturadas, o que acabou por ser, como era de esperar, uma tarefa morosa e demorada, pois só tinha as gravações de áudio das entrevistas (no caso das entrevistas presenciais), e as gravações de vídeo e áudio (no caso das entrevistas por *ZOOM*), assim como algumas notas tiradas durante as mesmas. Aproveito para mencionar que, mais uma vez, as entrevistas realizadas via *ZOOM*, que proporcionaram gravação de vídeo e áudio, se tornaram mais eficazes pois foi possível perceber e rever, mais facilmente, os estados de espírito, emoções e gestos dos/as estudantes ao falar de determinado tema. Depois deste procedimento, li e reli cada transcrição, tomando notas. Como forma de comparar, relacionar e agrupar conteúdo similar (e notar ideias contrárias), recorri a diferentes cores para sublinhar as várias ideias, definindo categorias e temáticas

em cada transcrição. De seguida, criei um documento onde agrupei informação, opiniões e pontos de vista similares, e vice-versa, tal como para notar particularidades de cada entrevista, novamente com recurso a cores para ser mais fácil visualizar estes padrões. Para fazer isto, recorri a um simples processador de texto (*Microsoft Word*).

Como foi mencionado anteriormente, foram criados quatro blocos temáticos que, apesar de todos partirem de questões feministas, serviram para enquadrar e contextualizar o tema do feminismo: no primeiro bloco, o foco esteve em questões gerais de género, onde se abordaram temas como desigualdades, estereótipos, discriminações e violências de género, de forma a tentar perceber a consciência dos/as estudantes em relação a isto; no segundo bloco tentou-se perceber se os/as estudantes já tinham sido vítimas/testemunhas destas discriminações e violências, interligando-se as questões de género abordadas no primeiro bloco com a experiência universitária, nomeadamente aquando da entrada dos/as estudantes na UC, como forma de perceber se os/as estudantes experienciaram/testemunharam discriminações e obstáculos com base no género nos seus percursos académicos, assim como se tentou perceber se a entrada na Universidade de Coimbra contribuiu para uma maior reflexão acerca destes temas; no terceiro bloco abordou-se o feminismo, onde se tentaram perceber os significados que os/as estudantes dão ao movimento, assim como conhecimentos acerca da história e percurso do mesmo; aqui, os/as estudantes também foram questionados/as acerca da sua relação pessoal com o feminismo, tendo sido possível perceber quem se considera e não considera feminista, o porquê, assim como as suas representações acerca do feminismo, o que o movimento é, ou deveria ser; no último bloco explorou-se o feminismo na UC, ou seja, tentou-se perceber, através das experiências individuais e pessoais dos/as estudantes, se temas feministas são abordados pela UC, desde a sala de aula até à vida académica fora desta, assim como qual a importância e benefícios de iniciativas feministas na Academia.

Convém mencionar que se entrevistaram pessoas de vários géneros, sendo que a identidade de género da maioria se insere no modelo binário (masculino/feminino) e uma pessoa não-binária. Desta forma, tentou-se adaptar a terminologia a cada caso em específico, quando necessário.

## CAPÍTULO 4

### 4. OS/AS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E AS DESIGUALDADES DE GÉNERO...

#### 4.1. As representações dos/as estudantes acerca das desigualdades de género...

Num primeiro momento e para contextualizar o tema principal — o feminismo —, o foco esteve em questões gerais de género, onde se tentaram perceber as posições dos/as estudantes e as suas representações acerca de desigualdades, discriminações e outras violências com base no género. Apesar da maioria assumir uma maior igualdade nas leis, fator importante para o alcance de uma sociedade cada vez mais igualitária e justa, assume que continua a existir um tratamento desigual entre homens e mulheres na sociedade em que estão inseridos/as, a vários níveis, que persiste independentemente das leis mais igualitárias, visto tratar-se de um problema de socialização: “(...) *sim, sim [existem desigualdades de género], a vários níveis... e independentemente de leis e tudo mais, que cada vez estão melhor né... mas o problema é muito mais que isso....*” (E\_14, género feminino).

Os/As estudantes admitem que a socialização feminina e masculina difere desde o nascimento. Além disto, a maioria das estudantes (género feminino), afirma que os homens (cisgénero<sup>42</sup>) têm vários privilégios pelo simples facto de nascerem homens enquanto, no caso das mulheres, acontece o oposto. Neste sentido, os/as estudantes lembraram a infância e adolescência, épocas em que começaram a notar as diferenças entre os papéis desempenhados pela mãe e os desempenhados pelo pai<sup>43</sup> e, partindo daí, identificam vários contextos e situações do dia a dia em que as desigualdades, discriminações e violências de género são vividas.

##### 4.1.1. ... na violência

De entre as várias desigualdades apontadas pelos/as estudantes, a vários níveis da vida, a violência contra mulheres é um tema comum. Aqui, a maioria dos/as estudantes assume

---

<sup>42</sup> Referimo-nos a pessoas “cisgénero” quando as suas identidades de género coincidem com o seu sexo biológico (e.g.: pessoa X identifica-se com o género masculino (identidade de género) e o seu sexo biológico é o sexo masculino (atribuído à nascença)).

<sup>43</sup> O formato familiar da totalidade dos/as estudantes corresponde a esta configuração: pai, mãe, filho/a(s).

que a violência contra as mulheres (aqui especificamente perpetrada por homens), é um dos maiores problemas nas questões de gênero: *“(...) a violência doméstica, os assassinatos, os feminicídios<sup>44</sup>... é assustador. Não estamos descansadas em lado nenhum, nem em casa nem na rua.”* (E\_15, gênero feminino).

Quando questionados/as acerca das razões deste tipo de violência, as estudantes (gênero feminino, nomeadamente), culpam a sociedade machista e patriarcal em que nascem e crescem, onde aos rapazes são ensinados valores como a força, a agressividade e a superioridade e, às raparigas, o oposto. Os estudantes (gênero masculino) parecem não ter tanta consciência acerca das causas deste tipo de violência, apesar de muitos a reconhecerem.

#### **4.1.2. ... em casa**

As tarefas domésticas foram foco durante esta etapa das entrevistas. Tanto os estudantes como as estudantes têm consciência que as lides da casa não são equilibradamente partilhadas entre pai e mãe, irmão e irmã. Nos casos de estudantes com irmãos e/ou irmãs, as estudantes do gênero feminino admitem um sentimento de injustiça por sempre terem tido, desde cedo, obrigações a nível das tarefas domésticas, e continuarem a ter, como auxiliares da mãe, quando comparando com os seus irmãos homens: *“(...) eu tenho de saber cozinhar, tenho de saber limpar a casa, tenho de saber fazer essas coisas todas... e isso é algo que não é pedido aos homens... e acho que nisso noto...”* (E\_4, gênero feminino); *“(...) por exemplo, eu tenho um irmão e ele nunca teve de fazer o que eu faço... sei lá... limpar a casa, cozinhar, lavar a loiça... sempre fui eu e a minha mãe... e isso sempre foi algo que me fez “comichão” (risos)”* (E\_13, gênero feminino). Já os estudantes (gênero masculino), apesar de terem consciência que o desequilíbrio de responsabilidades domésticas é um problema, parecem não dedicar muita reflexão acerca das suas experiências pessoais, pelo que a abordagem desta questão, durante as entrevistas, foi, para alguns, momento de reflexão em que se aperceberam que, também nas suas casas, isto acontece:

---

<sup>44</sup> “Feminicídio” refere-se ao assassinato de mulheres devido à sua condição de sexo/gênero (Bandeira & Magalhães, 2019, p. 29).



Epá... eu sei que as mulheres fazem mais em casa... tipo... cozinhar, limpar... toda a gente sabe isso... e agora que falas nisso... agora que penso... ya... a minha mãe e as minhas irmãs fazem... fazem muito mais em casa do que eu e o meu pai... ya... fogo, nunca tinha tipo... pensado no caso da minha família... sei lá, porque já estamos tão habituados, né? Cresci assim e assim é, né? Nem questionamos, se calhar..., mas é algo que se sabe, toda a gente sabe que as mulheres é que fazem as cenas em casa... e também acaba por ser desconfortável reconhecer isso, quando somos homens, né? (risos). Talvez tenha ignorado [a experiência pessoal dele]. (E\_19, género masculino)

De acordo com Torres *et al.* (2000) as mulheres desempenham a maioria do trabalho não remunerado (onde se podem incluir as tarefas domésticas), mesmo tendo profissões e trabalhando, aproximadamente, o mesmo número de horas que os seus parceiros. Apesar destes resultados exporem a situação vivida há mais de 20 anos em Portugal (ano 2000), o cenário parece não ter sofrido grandes alterações, pelo menos de acordo com os/as estudantes entrevistados/as: “(...) noto muito em relação... em casa... a minha mãe sempre fez tudo em casa, e trabalha as mesmas horas que o meu pai...” (E\_9, género masculino).

#### 4.1.3. ... na Escola

A Escola e a socialização com pessoas para além do contexto familiar acaba por expor, a estes/as estudantes, outros e novos contextos de desigualdades de género. Aqui, nomeadamente as estudantes (género feminino) mencionam, de entre a imposição dos vários comportamentos esperados/típicos de cada género, as violências contra raparigas, verbais e/ou não-verbais, físicas e/ou não-físicas, por parte de rapazes:

Epá eu lembro-me tipo... desde a primária, de situações em que os rapazes gozavam com as raparigas... e batiam-nos... e era especificamente contra nós [raparigas], e agora penso e era porquê? Por sermos femininas! Quer dizer, ensinam-nos a ser femininas e mais não sei quê, mas depois somos gozadas e não fazem nada... e depois... é aquela coisa “Ah e tal, *boys will be boys*<sup>45</sup>...” (E\_17, género feminino)

Os estudantes (género masculino), parecem não estar tão conscientes acerca destas violências em contexto escolar, pelo menos não parece ser-lhes importante e impactante a ponto de se lembrarem de experiências e situações específicas. Apesar disto, concordam que a Escola contribui para desigualdades de género.

---

<sup>45</sup> A expressão “Boys will be boys” (ou “Rapazes serão rapazes”) é usada para enfatizar que certos comportamentos agressivos e ruidosos por parte de rapazes e homens são normais porque fazem parte da sua masculinidade. Esta expressão continua a servir de justificação para comportamentos machistas e violentos.

De acordo com Magalhães (1998 *apud* Tavares, 2010, p. 551), existem estudos que mostram como as desigualdades de género são reproduzidas e transmitidas na Escola. Nota-se, de facto, que a maioria dos/as estudantes entrevistados/as para o presente estudo confirma esta teoria, apesar de afirmarem que, tal como na Escola, as desigualdades de género são perpetradas em vários contextos e Instituições da vida em sociedade, sendo a Escola um dos primeiros locais em que se confrontam com esta realidade para além do contexto caseiro.

#### **4.1.4. ... na maternidade/paternidade**

As questões de maternidade e paternidade também foram alvo de discussão por parte de vários/as estudantes. Aqui, existe uma consciência acerca de o que é suposto ser o papel da mãe e o papel do pai, que correspondem a papéis tradicionais de género e que, de acordo com estes/as estudantes, não são justos. As mães, além de sobrecarregadas com as tarefas domésticas e a vida profissional, são vistas como principais cuidadoras dos/as filhos/as, responsáveis primárias pelo seu bem-estar e educação. Por outro lado, os pais, quando são responsáveis e ativos nos cuidados dos/as filhos/as, são enaltecidos e congratulados, como se não fosse algo normal:

(...) mesmo na questão dos filhos... a criança está doente, quem toma conta da criança? É a mãe... raramente é pedido aos pais "Toma tu conta!". Ainda nesta questão... uma mãe solteira, ou uma mulher divorciada que ficou com a guarda dos filhos, pronto está a fazer o que lhe compete e não está a fazer mais do que é suposto..., mas um homem que tenha ficado viúvo ou com a guarda dos filhos por alguma razão "Ah é um herói, toma tão bem conta dos meninos...", e não sei quê... acho que isso se nota muito... (E\_4, género feminino)

A maioria dos estudantes do género masculino menciona que, em relação à paternidade (e apesar de ainda nenhum ser pai), sente que os pais poderiam beneficiar da desconstrução destes estereótipos, pelo que não concordam com os papéis típicos e tradicionais mencionados acima:

Também é mau para nós porque... epá, nós também gostamos de ser pais né, e eu acho que estes padrões, digamos, não nos deixam ser pais à vontade. Eu pelo menos penso nisso porque, quando for pai, porque quero ser pai, vou querer estar "lá" ... (E\_9, género masculino)

#### 4.1.5. ... no local de trabalho

A preocupação com as desigualdades de género no local de trabalho é evidente, nomeadamente por parte das estudantes do género feminino. Apesar da maioria ainda não ter entrado no mercado de trabalho nem ter experiência nesse sentido, sabe que, eventualmente, irá encontrar obstáculos e desafios pelo simples facto de ser do género feminino. Aqui, são várias as previsões negativas acerca do futuro profissional, nomeadamente devido ao conhecimento de experiências de mulheres trabalhadoras: “(...) sei que, em relação ao futuro e no trabalho, vou encontrar outros [obstáculos]...” (E\_1, género feminino).

No mercado de trabalho, lá está, ainda não entrei no mercado de trabalho e não tenho noção disso... pessoalmente. Mas há certas coisas que uma pessoa vai ouvindo e vai sabendo, e acho que continua a haver alguma discriminação por uma razão ou por outra... não estou a dizer que é só nitidamente por ser uma mulher, mas... ajuda, né?... (E\_4, género feminino)

Ainda neste sentido, a discussão acerca do fosso (ou *gap*) salarial teve destaque. Como foi mencionado na Parte I, de acordo com o Relatório Global sobre Salários da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente ao período pré-pandemia (2018/19), as estimativas que abrangem cerca de 70 países em todo o mundo demonstram que, em média, as mulheres continuam a ganhar menos cerca de 20% do que os homens e as estudantes entrevistadas parecem ter noção disso. Este parece ser o fator de maior preocupação destas estudantes no mercado de trabalho, assim como o assédio sexual no local de trabalho:

Mesmo a questão do *gap* salarial, que as pessoas dizem que não existe... na função pública praticamente que não existe, na função pública é aquilo e aquilo mesmo... mas no privado... há homens e certas mulheres que gostam de dizer “Ah mas a culpa não é da empresa, as mulheres é que têm de tirar licença de maternidade e tudo isso.”, pois, mas se calhar se houvesse... algum... algum esforço para os homens também serem obrigados a tirar uma licença de paternidade, acho que era bom para tudo... era bom para diminuir o *gap* salarial, era bom para os miúdos terem uma educação mais forte com os pais... ajudava as mães naquele momento em que estão mais frágeis e precisam de mais ajuda e tudo isso... e as pessoas confundem um bocadinho as coisas, porque parece que a culpa é da mulher por ter querido ter filhos e ter de ficar de licença de maternidade... ou seja, pronto, até acredito que a razão seja essa, mas há empresas que à partida, se puderem contratar um homem ou uma mulher, vão contratar o homem porque sabem que não vai acontecer essa coisa “Ah não vai cá estar seis meses porque teve um filho.”... não, fica duas semanas e volta ao trabalho e está tudo bem... (E\_4, género feminino)

Eu ainda não trabalho, mas irei trabalhar um dia, espero eu (risos), e assusta-me muito o assédio sexual... Nada a que já não esteja habituada, infelizmente, mas... tenho mesmo medo porque sei que acontece... (E\_17, género feminino)

As licenças de maternidade e paternidade, como vimos no testemunho acima, foram também alvo de discussão e preocupação por parte de algumas estudantes durante esta discussão acerca das desigualdades de género no local de trabalho:

Ainda há pouco tempo estava a conversar com os meus amigos e a comentar o facto de a mulher engravidar... e escolher ter um filho... é sempre um obstáculo. E é assustador como um sonho das mulheres, que por acaso nunca foi o meu, e eu ver colegas tão novas a dizer “Ah eu quero ser mãe, mas não sei o que vai ser do meu futuro.” ... E eu vejo isso na minha futura profissão... há professoras que desistem, têm de abdicar da carreira, porque não sabem o que vai ser do seu futuro, sendo que a gravidez é nove meses, mais cinco meses de recobro, vamos colocar desta maneira, o que é que vai acontecer daqui a um ano?... isto é só um exemplo das dificuldades que temos em algo tão simples como a mulher engravidar... (E\_3, género feminino)

Por parte dos estudantes (género masculino), não se vê tanta preocupação acerca das possíveis futuras desigualdades de género no mercado de trabalho, apesar da maioria assumir a sua existência e a importância do seu combate.

#### **4.1.6. ... no futuro**

Apesar da consciência acerca das desigualdades e discriminações com base no género estar presente na maioria dos/as estudantes, nota-se uma certa esperança no futuro e no caminho que se vai traçando na igualdade de género, pelo que a maioria (ainda que feminina) acredita estarmos, enquanto sociedade, no caminho certo.

Não, acho que não estamos todos no mesmo pé de igualdade..., mas que felizmente estamos a caminhar para uma maior sensibilização da questão, e cada vez mais vê-se certos ativismos a surgir... (E\_3, género feminino)

(...) eu acredito, ou quero acreditar, que estamos no caminho certo... basta olhar para tipo, sei lá, 40 anos atrás e ver a situação das nossas avós, né? Há coisas que elas... elas contam e pronto, epá, não é igual... (E\_17, género feminino)

#### **4.2. Discriminações/violências de género na Universidade de Coimbra?**

Depois de se reconhecer a consciência geral e experiências acerca das desigualdades de género nos/as estudantes da UC, tentou-se perceber se estes/as mesmos/as estudantes já foram vítimas ou testemunhas de violências e discriminações de género, nomeadamente em contexto académico (desde a sala de aula até à vida noturna estudantil). São vários os

contextos em que estudantes, nomeadamente do género feminino, sentem estas desigualdades, discriminações e violências, de destacar a sala de aula, a praxe e a vida noturna académicas.

#### 4.2.1. Na sala de aula

Em relação à sala de aula, a maioria dos/as estudantes tem noção que existem discriminações e situações de assédio, nomeadamente sexual e principalmente por parte de docentes (especialmente do género masculino). À medida que discorrem sobre a questão, e apesar da maioria não se identificar explicitamente como vítima, é possível identificar algumas situações de discriminação em que os/as estudantes (nomeadamente do género feminino) se sentiram desconfortáveis. Aqui, não só são identificadas estas estudantes como vítimas, mas também como testemunhas destas situações.

(...) eu nunca senti isso, mas já tive colegas a dizerem que o professor... imagina, tocava assim [gesto a tocar no ombro] ... opá... ou eu sempre entendi isso como uma coisa normal, ou se calhar passei por isso, mas não... não liguei. (E\_1, género feminino)

(...) é assim... se calhar não foi assédio nem nada disso mas já senti, nomeadamente em provas orais, em que estava só eu... e dois médicos, o meu professor e quem me estava a avaliar, e houve ali alguns comentários, algumas coisas que me deixaram... um bocadinho de pé atrás... porque não era algo que ele fosse dizer a um colega meu rapaz... não é que ele tivesse sido simpático para os rapazes, mas pronto... eram comentários com um cariz mais sexista, era... só para dar um exemplo para isto se perceber melhor... estávamos a falar do ciclo menstrual ou alguma coisa assim, e ele diz “Então e quantos dias demora o ciclo menstrual?”, e eu “Ah, vinte e um.. Ah não, espere, são vinte e oito!”, e ele “Vinte e um é a pílula, né...? Vinte e oito é o ciclo...”, e eu “Pois...” ... Depois ele perguntou-me mais uns nomes e eu não sabia e ele “Então tu és mulher e tens isso tudo e não sabes... e eu que sou um homem, sei...” Opá... não gostei... não gostei de todo. (...) com amigas minhas, houve uma rapariga que estava grávida no primeiro ano de faculdade, e durante uma oral... ele [professor] virou-se para ela e disse “Ah tens de saber quais são as tuas prioridades... engravidar não é uma prioridade agora. Tens de saber o que queres”, e não sei quê... epá, soa mal, não é? (E\_4, género feminino)

(...) não sei... agora lembrei-me de uma coisa... no meu primeiro ano... era eu caloiira né... e um professor estava constantemente a olhar para mim... e eu lembro-me que isso aconteceu mais no início e... e estava calor né, era setembro (risos), e eu andava com roupa mais decotada né, como as outras raparigas... e ele olhava fixamente para mim e eu... eu sabia para o que ele estava a olhar...” (E\_8, género feminino)

De acordo com Dias (2008), o assédio sexual diz respeito a situações em que um comportamento de carácter sexual, indesejado, é manifestado de forma física, verbal ou não verbal, intimidando a/o destinatário/a, criando um “ambiente intimidativo, hostil, humilhante ou ofensivo” (*idem*, p. 12). Poder-se-ia argumentar que situações de discriminações de género e até assédio sexual acabam por ser identificadas nas experiências expostas acima e, aqui, é importante perceber que nem todas as pessoas têm a mesma ideia acerca de o que é e o que não é assédio. Apesar destes exemplos e experiências serem comuns na maioria das estudantes, nem todas consideram tratar-se de assédio sexual. Como nos mostra Daniela Neto na sua dissertação de mestrado acerca das representações dos/as estudantes da UC sobre o assédio sexual (2020), “*Os/as estudantes concluem que o conceito de assédio não é fixo e que está sujeito a uma multiplicidade de representações*” (Neto, 2020, p. 50), o que pode explicar o facto de várias estudantes não se identificarem como vítimas, mas exporem experiências que, teoricamente, mostram o contrário. Este dilema foi abordado por uma estudante: “*(...) também depende muito do que entendemos por discriminação e abusos, né..., às vezes até sofremos essas coisas e nem nos apercebemos logo...*” (E\_13, género feminino).

#### **4.2.2. Na Praxe Académica**

A entrada na universidade traz, intrinsecamente, o contacto com a Praxe Académica. De acordo com Frias (2003), a praxe académica caracteriza-se por um conjunto de práticas e rituais académicos que, de entre outras coisas, visa a integração dos/as caloiros/as<sup>46</sup> na universidade e vida académica. Apesar disto, o autor também menciona a vertente de humilhação da praxe académica em Portugal, assim como brincadeiras muitas vezes violentas (*idem*, p. 82).

A questão da praxe académica foi uma preocupação aquando da formulação do guião devido aos fatores “humilhação” e “violência” que, muitas vezes, podem ter motivações de género. Desta forma, os/as entrevistados/as foram inquiridos acerca das suas experiências de praxe (quem frequentou), e opiniões acerca da mesma (quem não

---

<sup>46</sup> A condição de Caloiro/a, consoante a hierarquia da praxe académica, diz respeito aos/às estudantes do primeiro ano de um curso superior.

frequentou). No geral, para estes/as estudantes, a praxe é percebida como um ritual quase obrigatório, visto muitos/as entenderem-no como um processo importante para a integração na universidade e uma boa forma de conhecer pessoas: “(...) *ah eu se calhar nem quero fazer muito, mas para não ser aquela... aquela que diz “eu não quero fazer” ... e também nos queremos integrar...*” (E\_1, género feminino), assim como uma experiência muito própria de Coimbra: “(...) *em Coimbra vê-se uma união [em relação à praxe] ...*” (E\_3, género feminino). De acordo com Brito *et al.* (2010), “O fim último da praxe é a inserção do caloiro na vida académica e a possibilidade de o aproximar de novos amigos, constituindo assim os grupos” (*idem*, p. 667).

Por um lado, boa, por outra má [opinião acerca da praxe] ... acho que efetivamente ajuda a encontrar as pessoas e a conhecerem-se... as minhas grandes amigas da faculdade, pelo menos de engenharia biomédica, foram tudo pessoas que conheci na praxe, e isso tenho de agradecer muito... (E\_4, género feminino)

Os/As estudantes olham para a “praxe sexista”<sup>47</sup> como algo positivo. As estudantes do género feminino, especialmente, sentem-se mais à vontade ao serem praxadas por estudantes do mesmo género, tendo noção que, devido à hierarquia, poderiam estar sujeitas a violências por parte de “doutores”<sup>48</sup>.

(...) então, a praxe é sexista né... raparigas praxam raparigas e rapazes praxam rapazes... eu até gostava disso... porque tinha medo de que... viesse um doutor e viesse tipo... entre aspas, usar o poder dele, para... não sei... para me dizer para fazer coisas que eu não queria... (E\_6, género feminino)

Apesar da maioria dos/as estudantes reconhecer os aspetos positivos da praxe e a sua importância para a integração de caloiros/as, muitos/as reconhecem-lhe más práticas. Estas “más práticas de praxe” referem-se, de acordo com os/as estudantes, a discriminações de género e de orientação sexual, assim como a assédio sexual, sendo que os/as estudantes se sentem impotentes visto se encontrarem numa posição “inferior” e frágil, consequência da hierarquia da praxe académica<sup>49</sup> entre os/as caloiros/as e os/as

---

<sup>47</sup> “Praxe Sexista” refere-se, pelo menos na Academia de Coimbra, à característica de praxe em que os/as caloiros/as são praxados/as de acordo com o seu sexo/género (e.g.: caloiros (sexo/género masculino) são praxados por estudantes do sexo/género masculino e caloiras (sexo/género feminino) são praxadas por estudantes do sexo /género feminino), incluindo a divisão de algumas atividades consoante o sexo/género.

<sup>48</sup> A condição de Doutor(a), consoante a hierarquia da praxe académica, diz respeito aos/às estudantes que, de entre outras coisas, podem praxar os/as caloiros/as.

<sup>49</sup> A “Hierarquia da Praxe Académica” refere-se à escala hierárquica dos/as estudantes do ensino superior em Portugal.

doutores/as (Frias, 2003), assim como o medo de não se conseguirem integrar com os/as colegas e criar grupos de amigos/as caso desafiem estes comportamentos.

(...) e não poderem falar disso... os casos de assédio sexual... porque acontece na praxe, só que o que é que os caloiros podem fazer? Dizer o que os doutores fizeram? Porque no curso eles podem ficar a olhar para a pessoa tipo... “Ya, não podemos falar mais contigo.” (...) estava a haver uma praxe, e uma rapariga estava, uma doutora, estava a praxar um caloiro, que não podia, supostamente, e estava a lhe dizer tipo... estava a fazer comentários sexuais para ele... e, e a metê-lo em posições não tão favoráveis... (E\_2, género não-binário)

Além disso, o carácter machista da maioria das músicas de praxe é apontado por vários/as estudantes, onde estes/as mencionam a linguagem violenta contra mulheres e, inclusivamente, a sexualização e objetificação do corpo feminino, que ajuda a perpetuar estereótipos sexistas e comportamentos violentos contra as mulheres.

(...) carácter bastante sexual... se calhar faz parte, não sei, mas se calhar... podia não fazer... é assim, não sei até que ponto, para já, não sei até que ponto é possível mudar isso, agora se devia ou não... opá, eu penso que sim. (E\_1, género feminino)

Epá, as músicas... eu sou homem e nunca me senti bem a cantar aquelas parvoíces... coisas muito... gráficas... e sem respeito pelas raparigas... é nojento, na minha opinião, agora não sei como elas se sentem a ouvir aquilo..., mas pronto, epá, um gajo canta para não ser excluído... (E\_16, género masculino)

#### **4.2.3. Na vida noturna académica**

Tal como é o caso da praxe académica, a vida noturna e festas académicas são uma realidade vivida pela maioria dos/as estudantes universitários/as. Neste sentido, e de acordo com os/as estudantes entrevistados/as, a violência e assédio sexuais estão completamente normalizados nestes contextos: “(...) já é o normal... eu já sei que, se sair à noite, vou ser assediada... é o normal...” (E\_15, género feminino).

São vários os testemunhos de assédio sexual neste contexto, nomeadamente por parte de estudantes do género feminino, de destacar os apalhões: “O que me acontece mais são os apalhões... Então quando estás tipo no meio de muita gente... é a realidade que vivemos...” (E\_8, género feminino).

O álcool em excesso é apontado, pela maioria dos/as estudantes, como um potencializador de atitudes abusivas, como é o caso do assédio sexual, apesar de não poder ser justificação: “O álcool é... ajuda, né? Ajuda porque eles sentem-se mais à vontade para fazer o que fazem... Se justifica? Não. Mas ajuda...” (E\_8, género feminino).



Os estudantes (género masculino) assumem, na sua maioria, a existência destas violências de género durante as saídas à noite. A maioria, e por terem consciência acerca destas questões, tenta intervir, mas nem sempre é possível devido ao perigo a que estão sujeitos:

(...) só muito recentemente é que consegui [intervir perante situações de assédio sexual], é que fui capaz de “Mano, deslarga!”... esses comentários assim, porque... começou-me mesmo a fazer demasiada impressão, tanto fosse de lhes tocarem [às suas amigas], ou só dizer alguma coisa... comecei a não gostar... ou então, a ficar tão, tão, tão incomodado que para ultrapassar aquela barreira de... ser introvertido e não expor a minha opinião, neste caso... (E\_5, género masculino)

(...) eu tento intervir mas imagina, às vezes é um grupo de gajos e.... e eu sou um né, e depois estão bêbedos e.... pronto... às vezes mais vale estar calado para evitar confrontos... (E\_19, género masculino)

#### **4.3. A entrada na Universidade e a consciência feminista**

Tentou-se perceber se a entrada na universidade contribuiu para uma maior reflexão e consciência acerca das questões de género/feministas. Foi possível perceber que, para quem tem consciência acerca das desigualdades entre homens e mulheres na nossa sociedade (caso da maioria dos/as estudantes), essa não nasceu após a entrada na universidade, mas transformou-se e cresceu. A saída da casa dos pais, ou da terra onde cresceram, foi um fator apontado por vários/as estudantes como importante para uma maior consciência e aprendizagem acerca destas questões.

(...) sempre tive alguma opinião, mas pronto, como estava em casa com os meus pais, e como os meus pais sempre votaram direita, e sempre tiveram ideais um bocadinho mais de direita... uma pessoa quando é miúda acaba por ir um bocado atrás... depois fui para a universidade, saí de casa dos pais, né, comecei a contactar com outras realidades... e comecei a ponderar algumas coisas, não só na questão de género e de sexualidade, mas tudo o resto, e os meus ideais deram ali uma volta de 180 para (risos) para ideais de esquerda... e a partir daí... comecei a interessar-me muito por estas expressões, comecei a ver... ouvir os dois lados. (...) o ter-me afastado daqueles ideais que tinha seguido a vida toda, que eram dos meus pais, eu estava só a repetir o que eles me iam dizendo, e a partir daí comecei a formar as minhas próprias ideias... (E\_4, género feminino)

(...) definitivamente ajudou mesmo [entrada na universidade]... até porque eu vivo num meio super pequenino e... quando eu vim para a universidade, conheci muitas pessoas e então... as pessoas tinham opiniões diferentes e foi incrível... e eu comecei a ter várias questões, aliás, questões que eu tinha antes e comecei a pensar: “ok...”, ou... como hei de dizer... ver que existe ou que é possível ou que... pronto... comecei a ficar com essas dúvidas e a perguntar às pessoas, porque às vezes as pessoas falavam e eu perguntava “o que é que é isso?!”... (E\_6, género feminino)

O contacto com pessoas vindas dos mais variados contextos e com diferentes opiniões, consequência da integração na vida académica, contribuiu para uma maior “abertura da mente”, tendo levado não só a um maior questionamento acerca das questões de género como a um maior interesse e conhecimento acerca das mesmas.

## CAPÍTULO 5

### 5. FEMINISMOS: REPRESENTAÇÕES DOS/AS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

#### 5.1. O que é o feminismo?

*“O feminismo... é a luta pela igualdade.”*

— E\_15, género feminino

Apesar dos significados acerca do feminismo variarem ligeiramente de estudante para estudante, estes/as conseguem chegar a um consenso: o feminismo é um movimento que luta pela igualdade de género, nomeadamente pelos direitos das mulheres: *“Feminismo... eu acho que é... lutar pela igualdade de género... e... é assim, muito geral é isso...”* (E\_6, género feminino); *“É lutar pelos direitos das mulheres... é tipo lutar pela igualdade entre homens e mulheres...”* (E\_16, género masculino). O feminismo é visto, por estes/as estudantes, como o reconhecimento de desigualdades entre homens e mulheres e a luta pela mudança social e direitos das mulheres. Os/As estudantes atribuem assim, e na generalidade, conotações positivas ao feminismo e aos ideais feministas.

#### 5.1.1. Perceções erradas

Apesar disto, alguns e algumas estudantes acharam pertinente mencionar que muita gente tem, ainda hoje em dia, perceções erradas acerca do feminismo. Os/as estudantes, nomeadamente do género feminino, sentiram-se na necessidade de explicar que o feminismo é, muitas vezes e erradamente, entendido como algo negativo, extremista e “anti-homens”.

Não é o contrário do machismo<sup>50</sup>, né... não queremos ser superiores, simplesmente iguais. (E\_1, género feminino)

(...) não é odiar os homens, não é... (risos) não. (E\_4, género feminino)

(...) ainda há dias estava a falar com um rapaz e a conversa, já não sei como, mas foi dar ao feminismo, e ele começou tipo “Ah, isso é contra os homens” e não sei quê, e eu acho que muita gente ainda pensa que o feminismo é este movimento super extremista e agressivo contra os homens e que odeia os homens... e não é. (E\_15, género feminino)

---

<sup>50</sup> “Machismo” é um preconceito de género reproduzido através de discursos e/ou atitudes e ações, através do qual está subentendida a superioridade masculina e consequente subordinação feminina.

Neste sentido, a maioria destas estudantes fez questão de mencionar que o feminismo não se trata da superioridade da mulher, muito menos do ódio contra homens: “(...) às vezes vêm com aquela coisa de “Ah isso é odiar os homens!”, não é... se achas que o feminismo é isso, não sabes o que é o feminismo.” (E\_18, género feminino).

Esta visão errada do feminismo como um movimento “anti-homens” foi identificada apenas num estudante do género masculino que, ao ser questionado acerca do significado que dava ao feminismo, afirmou:

O feminismo... epá, nada contra as mulheres, mas o feminismo é uma desculpa para serem agressivas e tratarem mal os homens... é assim que eu vejo... porque metem os homens todos num saco, como se fossem todos uma merda... desculpa o termo... epá, não são... só perdem com isso... (E\_12, género masculino)

### **5.1.2. O que sabem os/as estudantes... acerca da História do feminismo?**

De seguida procurou-se saber o que os/as estudantes conhecem acerca da história/percurso do movimento feminista, tanto mundialmente como o contexto português. Chega-se à conclusão de que a maioria dos/as estudantes não sabe muito acerca da história do movimento: “Sei muito pouco... assim da história sei muito pouco.” (E\_6, género feminino), muito menos localizá-lo no tempo e espaço. Apesar disto, muitos/as estudantes, nomeadamente do género feminino, referem alguns eventos importantes na luta pelos direitos das mulheres, de salientar o movimento sufragista e os passos dados para o direito ao voto feminino:

Se não estou em erro, por exemplo, na Nova Zelândia foi onde se obteve...a primeira mulher a votar... se não estou em erro... (E\_3, género feminino)

É assim.... eu não conheço o percurso por ordem cronológica, mas sei de alguns acontecimentos importantes... da história do feminismo... nomeadamente as sufragistas nos Estados Unidos, acho que esse é o mais conhecido... (E\_4, género feminino)

Opá... história concreta não sei..., mas olha, às vezes falo com pessoas acerca da... Beatriz? Agora não sei o último nome.... Acho que era... enfim, a primeira mulher a votar em Portugal... e isso... acho que foi um passo feminista... apesar de depois terem mudado a.... a Constituição (risos)... parvos.” (E\_10, género feminino)

No que ao contexto português diz respeito, parece ser consensual quando afirmam que existe um atraso do movimento feminista português relativamente a outros países, nomeadamente aos Estados Unidos da América. Apesar disto, os/as estudantes não são

capazes de identificar as razões deste “atraso” português, apesar de algumas estudantes mencionarem a Ditadura Salazarista (Estado Novo) que, a seu ver, pode ter sido um fator que contribuiu para a repressão e inibição da pegada feminista portuguesa no século XX.

Aqui foi possível, mais uma vez, fazer uma distinção entre géneros, visto as estudantes entrevistadas (género feminino) terem mostrado um maior conhecimento não só acerca da história como de eventos feministas importantes.

#### **5.1.2.1. ... acerca de correntes feministas?**

Tal como a história do movimento feminista, os/as estudantes entrevistados/as não demonstram, na generalidade, conhecimentos acerca das várias correntes feministas. De qualquer das formas, algumas estudantes (género feminino) conseguem mencionar duas das correntes mais importantes, ou das mais conhecidas: o feminismo liberal e o feminismo radical.

Ao falar de correntes feministas, muitos/as estudantes, novamente uma maioria feminina, mencionou grupos “feministas” conhecidos pelas suas posições exclusivistas e discriminatórias, tal como é o caso das *TERFs* (*Trans-Exclusionary Radical Feminists*<sup>51</sup>):

Conheço mais dos “maus tipos” ... as TERFs por exemplo... foi o que mais ouvi... (... ) porque infelizmente ainda há muitas, mas de resto... pouco...” (E\_2, género não-binário)

Estes grupos, apesar de não serem correntes feministas, são motivo de preocupação por partes de várias estudantes, que os apontam não só como uma das causas para a desinformação e estereótipos acerca do feminismo e de feministas, mas também como meios de propagação de discriminações e ódios contra grupos marginalizados, nomeadamente a comunidade LGBTQIA+.

---

<sup>51</sup> *TERFS* (*Trans-Exclusionary Radical Feminists* ou Feministas Radicais Trans-Exclusivistas) refere-se a grupos de feministas que negam a validade de identidades trans, argumentando que estas são uma ameaça e ferramenta do patriarcado através da qual “machos biológicos”, adotando uma identidade trans, invadem e se apropriam de espaços femininos e feministas.

### 5.1.2.2. ... acerca do feminismo interseccional?

Apesar dos conhecimentos acerca da história do movimento feminista e as suas correntes não se apresentarem consolidados na esmagadora maioria dos/as estudantes, a consciência feminista interseccional está presente nesta maioria, mesmo que não conheça o termo “interseccionalidade” ou a corrente do feminismo interseccional. A intersecção de opressões e a importância dada ao seu reconhecimento dentro da luta feminista é uma preocupação expressa pela maioria destes/as estudantes:

O feminismo ou é para todos ou não é para nenhum... não há aqui “Aquele pessoa não é.” ... não. É para todos. Igual para toda a gente e não há, não é “Ah não quero pessoas trans.... não inclui pessoas LGBT, não inclui negros...” ... não inclui o que for só porque tu não concordas... não. Inclui. Já se passou Eras em que... menos boas, vamos dizer assim... em que não se incluiu, mas obteve-se resultados, mas não quer dizer que nesta sociedade podemos fazer isso, porque não podemos... temos que... temos que incluir toda a gente, não vamos voltar atrás... (risos)... “Ah conseguiu-se algumas coisas nesse tempo...” “conseguiu, mas não foi correto a forma como se fez... excluir uns para incluir outros não é bom. (E\_2, género não-binário)

Não dá para lutar só por mulheres ricas e brancas, não dá... os anos 70 já lá vão... há muitas experiências diferentes... e contextos, né? Vidas! E não deixam de ser mulheres e vítimas do patriarcado... eu acho que isso se tem de ter em conta..., mas isto sou eu... apesar de que vejo uma melhoria nisso...” (E\_8, género feminino).

Tipo... por exemplo... mulheres ciganas. Onde é que estão? Não acredito que não existam feministas ciganas... quer dizer, eu sei que a cultura é diferente e podem... podem até nem ter liberdade para serem feministas, mas é estranho... nunca vi uma feminista cigana! (E\_13, género feminino)

Nunca vou entender essa necessidade que... que muitas [abrir aspas] feministas [fechar aspas] sentem em excluir outras pessoas do feminismo... epá, sei lá... pessoas gay, pessoas negras, ... epá, como é que se luta pela igualdade ao mesmo tempo que se exclui...? Não entendo... (E\_14, género feminino)

Para estes/as estudantes, já nem deveria ser uma questão o facto de se incluir, ou não, estes grupos e comunidades no feminismo, apesar de terem noção que ainda é um problema dentro do movimento feminista.

### 5.1.2.3. ... acerca da inclusão no feminismo?

Neste sentido, tentou-se perceber se o feminismo que estes/as estudantes conhecem e vivem é inclusivo. Aqui, fez-se alusão a características identitárias tais como a raça, a etnia, identidade de género e orientação sexual não heteronormativa<sup>52</sup>, condição de deficiência,

---

<sup>52</sup> “Heteronormatividade”: “perspetiva que considera a heterossexualidade e os relacionamentos entre pessoas de sexo diferente como fundamentais e naturais dentro da sociedade, levando por vezes à

de entre outras características identitárias. A maioria dos/as estudantes assume que a inclusão destes grupos oprimidos e marginalizados deveria ser maior e que a falta de inclusão destes pode ter efeitos negativos não só para eles, mas também para o próprio movimento feminista:

Estás a lutar pela mesma coisa... estão todos a lutar pela mesma coisa... e... porque é que há pessoas que se removem de uns, quando estão noutros? É essa a parte que eu não entendo, que é, removerem-se de uns... por exemplo, é aquela coisa de... dizerem “Ah o feminismo não é para as pessoas trans.”. Porque se estão a remover da comunidade LGBT? Estão a perder imensas pessoas... estão a perder apoio aí... porque tu ao dizeres isso, acabas por perder o apoio da comunidade... aquela comunidade vai deixar de te apoiar... podias estar a ganhar qualquer coisa com o que estás a fazer, mas perdeste uma comunidade inteira... que não é pequena... dizerem que não é para as pessoas de cor... estás a perder muitas pessoas... não vais chegar a lado nenhum sem elas... tens, é... o que esse tipo de pessoas tenta fazer a algum movimento para chegar a algum lado... não vão chegar a lado nenhum, porque não têm um apoio da sociedade... só têm o apoio da comunidade delas e perderam muitas comunidades pelo caminho... perderam... deixaram-nos para trás e para quê? Não ganham assim.... nem uma luta ganham... (E\_2, género não-binário)

Acho que o feminismo mais divulgado... nos media e a ideia que é atualmente pré-concebida não envolve... não sinto essa inclusão... não se veem autores que falem disso, imagens que divulguem isso, não se vê essas pessoas inseridas em *Ted Talks*<sup>53</sup>, conferências... não se lê, não se inserem essas pessoas... deviam estar, porque não deixam de ser seres humanos só por não serem mulheres brancas (...) acredito que não, infelizmente o feminismo divulgado e “bonito” não é isso que tenta... ou, o ideal, se calhar a base.. é essa, a base é partir para toda a gente..., mas o que é possível de transmitir ainda não é para toda a gente. (E\_3, género feminino)

Eu sinto que não exclui, mas também não se esforça para incluir... do tipo, não vai contra esses grupos, mas também não lhes dá a voz que devia... e até a... representatividade? É isso... (E\_14, género feminino)

Estas preocupações comprovam-se em duas pessoas entrevistadas, uma com autismo (um transtorno no desenvolvimento neurológico), e outra com deficiência motora. Estas pessoas mostraram preocupações acerca da falta de inclusão e de representatividade sentidas dentro no movimento feminista:

Eu, como pessoa não-binária, com autismo, que é considerado... na... na... deficiência não é, mas... pronto..., eu tenho... vendo de fora, tenho noção que foi

---

marginalização de orientações sexuais diferentes da heterossexual.” Porto Editora – heteronormatividade no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-06-14]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/heteronormatividade>.

<sup>53</sup> TED (ou TED-TALKs) é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1984, que tem como objetivo a disseminação de ideias (segundo a própria organização), nomeadamente através de pequenas conferências (com cerca de 18 minutos ou menos) que abordam vários temas, realizadas na Europa, Ásia e nas Américas (TED).

mais difícil eu conseguir estar lá e dizer “Eu sou feminista. Eu estou a lutar com vocês.” (E\_2, género não-binário)

É muito raro sentir-me incluída... não me sinto representada... não se fala do que mulheres com deficiências sofrem... também não me pedem opinião... não sei, não sinto mesmo... podia haver um maior esforço nesse sentido, eu acho... ah, e depois parece que tenho que fazer um esforço ainda maior para me fazer ouvir... já não bastava em todos os outros sítios.... É ridículo. (E\_18, género feminino)

## 5.2. Feminismo, hoje.

Não se sentiu, por parte dos/as estudantes entrevistados/as, que o feminismo seja um movimento ultrapassado, muito pelo contrário. A maioria afirma que nunca ouviu falar tanto do feminismo como hoje, dando-lhe uma importância crucial nas discussões sociais contemporâneas.

Assumem, sim, que se transformou e se está a tornar, cada vez mais, num movimento inclusivo e que luta, acima de tudo, pela liberdade e igualdade, independentemente do sexo biológico, identidade de género, orientação sexual, raça, etnia, religião, condição de deficiência, de entre outras características identitárias. Os feminismos, nomeadamente do século XX, estão, ao olhar destes/as estudantes, ultrapassados, apesar de terem sido importantes e terem alcançado muitas metas importantes durante as respetivas épocas: *“O feminismo liberal foi importante, o feminismo radical foi importante, o feminismo socialista foi importante..., mas já evoluímos... agora queremos lutar por todas, todos e todes<sup>54</sup>. É esse o feminismo de hoje”* (E\_8, género feminino).

## 5.3. Estudantes: consideram-se feministas?

De seguida procurou-se saber quem se identificava como feminista. Apesar da literatura nos dizer que os estereótipos acerca de pessoas feministas, tanto homens como mulheres, ainda serem muitos (e.g.: Digby, 1998; Matias, 2008; Anderson, 2009), a maioria dos/as estudantes entrevistados assume o título de feminista, apesar dos diferentes graus de confiança na resposta: *“Eu... eu diria que sim... acho...”* (E\_11, género feminino); *“Sim. Obviamente.”* (E\_13, género feminino).

---

<sup>54</sup> “Todes” trata-se de um pronome neutro (não especifica o género) e foi utilizado, propositadamente, por esta estudante, como forma de incluir todos os géneros.



De acordo com Sandra Bartky (1998), as mulheres sentem-se mais à vontade para se intitular feministas, o que não acontece com os homens. Apesar disso, a autora acredita que as gerações mais novas não sentirão tanta necessidade de fazer uma separação por género (*idem*). Ambas as teorias se comprovam neste estudo. As estudantes (género feminino) intitulam-se feministas com mais frequência do que os estudantes (género masculino). As razões serão aprofundadas mais à frente.

No caso das poucas estudantes (género feminino) que não se intitulam feministas, é possível reconhecer-lhes “feminismo tácito” que, de acordo Manuela Tavares (2010, p. 650-651), assenta no facto de muitas mulheres não se assumirem feministas mas reivindicarem ideais formulados por feministas. Estas estudantes não adotam a “etiqueta feminista”, mas reconhecem o problema das desigualdades de género e as opressões e violências vividas pelas mulheres. O mesmo se pôde observar na maioria dos estudantes (género masculino), e apesar da maioria, neste grupo, não se assumir feminista, reconhece igualmente as desigualdades entre homens e mulheres e a importância da luta feminista: “Não [se identifica como feminista] ... não quer dizer que não ache bem o feminismo, mas não...” (E\_9, género masculino).

Deixo às mulheres o facto de me acharem feminista ou não... tem a ver sobre o que é que elas querem que eu defenda... ou do que elas precisam de ser defendidas..., portanto eu só sou feminista a partir do momento em que elas acham que eu sou feminista... pode ser por aí. (E\_5, género masculino)

### 5.3.1. ... e em público?

Neste sentido, tentou-se perceber se quem se identificava como feminista se sentia à vontade e confortável para assumir o título perante pessoas desconhecidas, tanto em contexto presencial como digital (redes sociais). Estes/as estudantes afirmam sentir-se à vontade para o fazer e, ao fazerem-no, são vários os tipos de reações que identificam, nomeadamente ignorância e más perceções acerca de o que é o feminismo.

Não é uma coisa que eu tenha vergonha, nem devia ser uma coisa que alguém tenha vergonha de dizer que é... é uma coisa que as pessoas deviam ter orgulho... (E\_2, género não-binário)

Eu acho que a maioria nem sabe o que é o feminismo... porque epá... se eu digo que sou feminista, assim nesse contexto [a pessoas desconhecidas], a maioria fica a olhar para mim... de lado... só pode ser porque não sabem o que é o feminismo, porque eu não entendo... não consigo entender como é que se pode

olhar de lado para algo tão justo como a igualdade... sim, porque o feminismo é isso, não é cá... (risos), não é cá nada contra os homens (risos) (E\_14, género feminino)

Acerca desta questão, a maioria dos/as estudantes afirma existir, como foi mencionado anteriormente, uma grande ignorância acerca do significado de feminismo “(...) *acham piada e começam “Ah, mas então o que é que isso é?! Queres que as mulheres ganhem mais que os homens...”* (E\_3, género feminino), fator que ajuda a perpetuar estereótipos acerca de feministas.

(...) às vezes... começam “Ah, lá vem a feminista” ... estou em casa “Ah lá vem a chata, estás a ser chata” e não sei quê... “É a chata... ah lá vem a mulher...” (E\_1, género feminino)

Para quem se intitula feminista, é difícil definir o exato momento em que o começou a fazer. Na maioria dos casos, os/as estudantes falam de um processo de consciência feminista que teve início na adolescência e se consolidou após a entrada na universidade, onde o contacto com muitas e diferentes pessoas não só lhes ofereceu ferramentas e pensamento crítico, como conhecimentos mais aprofundados acerca do feminismo e dos seus significados, pelo que foi aí, na entrada na universidade e, conseqüentemente, na idade adulta, que a maioria se sentiu à vontade para adotar o título de feminista.

#### 5.4. Quem acham que pode ser feminista?

*“Todos. Todos podem e devem.”*

— E\_10, género feminino

Depois procurou-se saber quem podia, na perspectiva destes/as estudantes, ser e autoidentificar-se feminista. Aqui, apesar de algumas exceções (nomeadamente as/os estudantes que, previamente, tinham afirmado não se intitularem feministas), a resposta parece ser consensual: todos/as podem, e devem, ser feministas, independentemente do género: *“Toda a gente [pode]... homens, mulheres, não-binários, transsexuais... quem quiser, qualquer pessoa.”* (E\_3, género feminino).

Apesar deste consenso, nota-se uma diferença entre estudantes do género feminino e estudantes do género masculino: este último grupo, além de não se considerar feminista com a mesma frequência que o grupo feminino, mostra uma certa ignorância e dúvidas acerca da possibilidade dos homens se poderem intitular feministas:

Quem pode ser feminista? As mulheres, né?! (E\_12, género masculino)

Eu acho que os homens não... não podem ser feministas... porque né, nós não sofremos o que elas sofrem e... acho que nunca vi nenhum homem que... que dissesse ser feminista... não sei... se calhar estou enganado (risos) (E\_19, género masculino)

É importante que, durante esta questão, e mesmo que se trate de exceções, se analisem os discursos de quem não se identifica como feminista. A maioria destes/as estudantes, apesar de concordarem com os ideais e reivindicações feministas, não adota o título devido às conotações negativas atribuídas ao termo “feminista”. Dessa forma, e apesar de não se intitulem feministas, acreditam que, quem quiser, pode fazê-lo, não sendo o sexo/género um critério: “(...) eu não me considero, né..., mas acho que... quem quer, pode [intitular-se feminista] ... homens também... não tenho nada contra.” (E\_9, género masculino).

## 5.5. Os homens no feminismo

Tentou-se perceber qual seria, para quem afirmava que qualquer pessoa pode ser e identificar-se feminista (maioria dos/as estudantes), o papel, ou papéis, dos homens para/no feminismo. Os/as entrevistados/as concordam ao afirmar que o percurso dos homens, no feminismo, deve começar pela busca de informação e disposição para ouvir as mulheres e as suas reivindicações, com uma mente aberta:

(...) eu acho que o papel essencial é informarem-se, saberem que eles de facto têm privilégios que eu, enquanto mulher, não tenho... (...) acho que é, e deve ser, a principal função dos homens feministas... informem-se e depois desconstruam essas ideias [machistas]... (E\_3, género feminino)

Todos [podem]... desde que saibam... lá está, desde que se informem com as pessoas que precisam da nossa ajuda... como fazer... toda a gente pode ser feminista... [os homens] podem e devem [ser feministas]. (E\_5, género masculino)

Em primeiro lugar ouvir... ouvir o que nós [mulheres] temos para dizer... porque quem está em desvantagem é que tem de falar... de mostrar, dizer, o que precisa, né? Somos nós que sentimos essas desigualdades... ouçam, em primeiro lugar, depois juntem-se à luta! (E\_10, género feminino)

De seguida mencionam que os homens poderão ser importantes na luta feminista auxiliando as mulheres, intervindo perante situações de violências e abusos, chamando a atenção aos seus familiares, amigos, colegas e conhecidos do género masculino, nomeadamente perante narrativas e comportamentos machistas e abusivos, quebrando o

ciclo de violência: “(...) olha, por exemplo... chamar a atenção aos amigos... aqueles amigos que deus me livre... que são assediadores, por exemplo... não passar pano...” (E\_6, género feminino). Aqui, nomeadamente as estudantes do género feminino, referem como os homens são ouvidos e levados mais a sério por outros homens do que por mulheres: “(...) quando for um homem a falar com outro homem, se calhar estão predispostos a ouvir e a perceber de maneira diferente...” (E\_1, género feminino)

Várias/os estudantes também mencionam o facto dos homens terem maior e mais fácil acesso a posições de poder, inclusivamente na política, onde a tomada de decisões influencia todas as vidas, incluindo as das mulheres, seja para o bem ou para o mal, sendo importante que a consciência feminista chegue a esses lugares e posições para que exista mudança nesse sentido. De acordo com Nogueira (2006, p. 57), apesar de décadas de lutas feministas, o acesso de mulheres a posições de poder e liderança ainda não está garantida, muito menos equilibrada em relação aos homens. Apesar de Portugal ser um dos países da União Europeia que apresenta uma maior taxa de mulheres no mercado de trabalho, as mulheres continuam sub-representadas nas várias posições de tomadas de decisão (*idem*).

(...) são eles que estão no... nos lugares de poder. Eles é que podem fazer a diferença de dentro para fora... nós estamos a fazer de fora para dentro, eles podem fazer de dentro para fora... podem-nos ajudar imenso... então sim, é uma mais-valia enorme... que... o movimento feminista não pode viver sem eles.” (E\_2, género não-binário)

Durante a discussão acerca do papel dos homens no feminismo, muitos/as estudantes referem que este movimento traz vantagens não só para as mulheres, mas também para os homens, pois luta contra a masculinidade hegemónica e tóxica, que também tem efeitos nefastos para os homens e para a sua saúde mental:

(...) penso que há coisas que os homens sofrem que também devíamos mudar, e eu penso que o feminismo também é isso... quando falam do “Ah as mulheres é que sofrem tanto mas a taxa de suicídio é muito maior nos homens!”, eu digo sempre “Sim, mas uma feminista também luta por isso... porque se calhar a taxa de suicídio nos homens é mais alta porque eles sentem menos à vontade para mostrar emoções, porque o homem não chora, porque o homem tem de ser forte e não sei quê...”, e o feminismo também luta contra isso, que é “Não, o homem.. primeiro, chorar não faz de ti fraco, e o homem e a mulher são tão fortes e.... podem falar e podem fazer tudo...” e lá está, para mim o feminismo seria resolver todos esses problemas. E perceber... muitas vezes digo a amigos meus rapazes... perceber que se calhar resolvendo alguns problemas das mulheres, há problemas dos homens que também vão ficar resolvidos... porque a partir do momento em que houver essa mudança na sociedade, nomeadamente a partir do momento em que as mulheres deixarem de ser vistas como mais fracas ou... esse tipo de coisas, e for do género “Ah, ok, então os homens também podem ser ‘fracos’ e também podem mostrar o que sentem e

tudo isso.”, e há (risos), eu costumo dizer que os homens são emocionalmente constipados, e isso nota-se, isso nota-se... e para mim é lutar contra isso, porque é lutar contra tudo um pouco... e chegarmos àquele ponto na sociedade em que não interessa se és homem, se és mulher, se és não-binário... se és... seja lá o que fores... és uma pessoa e acabou. (E\_4, género feminino)

De acordo com Marques (2017), a teoria feminista inclui a discussão acerca dos homens e da masculinidade. Assim, o feminismo combate a masculinidade hegemónica que se caracteriza por comportamentos masculinos que influenciam, negativamente, não só as vidas das mulheres, mas também as dos homens. A masculinidade hegemónica e tóxica, combatida pelo feminismo e abordada por alguns e algumas estudantes, interfere no bem-estar tanto dos homens como das mulheres. De acordo com de Paula & da Rocha (2019), A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta para a morte de 87 mil mulheres devido a feminicídio, só no ano de 2017. Por outro lado, características da masculinidade tóxica como a repressão de emoções, a competitividade, a agressividade e a liderança (*idem*) se traduzem num maior número de mortes, incluindo os suicídios, onde a taxa é significativamente maior no grupo masculino, como vimos na Parte I da presente dissertação.

## 5.6. Feminismo na Universidade de Coimbra?

No último bloco de perguntas procurou-se perceber, através da experiência pessoal de cada estudante, se o feminismo está presente na Universidade de Coimbra. Aqui, validam-se aulas que abordem questões feministas, assim como iniciativas, *workshops*, fóruns participativos, palestras, ativismo digital, de entre outras, que fomentem discussões acerca de questões de género/feministas e sejam direcionadas para a comunidade estudantil.

Em primeiro lugar, e de acordo com a maioria dos/as estudantes, existem desigualdades em relação à abordagem de questões de género/feministas de curso para curso e de faculdade para faculdade: “*Depende do curso e depende da faculdade... eu senti muito isso.*” (E\_3, género feminino).

(...) e porque é que certos cursos oferecem [formações acerca de questões de género/feministas] e outros não? (...) Porque eu sei, por exemplo, em Serviço Social há uma cadeira que é... “Igualdade de Género” ... em Serviço Social obviamente que é importante, mas em Educação, não é? Em Psicologia, não é? E isto só pensando nas da minha faculdade... (E\_2, género não-binário)

Os/as estudantes das faculdades de Letras (FLUC), de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUC) e de Economia (FEUC) (nomeadamente do curso de Sociologia), referem que já

foram abordadas, a certa altura, questões feministas nas aulas, dando exemplos de cadeiras onde estiveram inscritos/as e que fomentavam este tipo de discussões: *“Olha, eu tive uma cadeira chamada “Temas do Feminismo Contemporâneo”, por exemplo... acho que se chamava assim.”* (E\_13, género feminino, FLUC). Já a maioria dos/as estudantes das outras faculdades não sente que exista discussão acerca destas questões nas suas aulas: *“É assim.... nas aulas não digo... não... não sinto... mesmo quando são mulheres a dar as aulas...”* (E\_4, género feminino, FMUC), assim como em relação aos vários tipos de iniciativas mencionados acima:

Epá... não... não me consigo lembrar de nenhuma [iniciativa]..., mas eu sei que existem, porque às vezes estou a falar com colegas minha e... de outros cursos né, e elas falam disso e eu fico tipo “Como assim? Eu não vi nada” ... (risos) (E\_10, género feminino, FDUC)

Quando questionados/as acerca dos possíveis impactos destas aulas e iniciativas da UC, os/as estudantes, na sua esmagadora maioria, acreditam que seriam vários e benéficos:

Impactos são enormes... é incrível ver a diferença com que as pessoas saem em relação ao pensamento... eu sei que esta semana, ou a anterior, sei que a UC ia fazer uma sessão acerca da violência no namoro... eu acho que é uma ótima maneira de começar, acho que existem este tipo de *workshops*, este tipo de formações, é daí que se começa... é daí que eu saio a saber mais (...) e acho, por exemplo, esse tipo de atividades, por aí é que se caminha para a diferença, permite que as pessoas percebam o que se está a passar e o que está errado nas universidades, por exemplo, ainda há alunos que não sabem o que é assédio... eu conheço pessoas que... do século XXI que não sabem o que é assédio... “Ai ele só me disse um piropo...”... se calhar não foi só um piropo... se calhar foi assédio... e acho que é a partir deste tipo de informação, apesar de ser uma informação formal, transmitida através de professores e formadores... já permite que tenhamos acesso à informação... e que daí... consigamos formar a nossa mente de outra maneira, portanto sim... acho que precisam de haver mais... em todas as universidades. (E\_3, género feminino)

Dos/as estudantes que mostraram conhecimento acerca de iniciativas, foi possível ver um padrão: a maioria destas iniciativas parte dos Núcleos ou outros grupos de estudantes:

Há iniciativas na universidade, mas penso que ainda não há iniciativas... há iniciativas por parte de estudantes e núcleos de estudantes, não propriamente iniciativas da Academia mesmo, de... da Universidade de Coimbra... (...) o que vai acontecendo parte de pequenos grupos de estudantes e devia partir, ainda bem que parte, ainda bem que existe, mas acho que devia partir de um nível mais alto, isto é, ser a própria universidade a demarcar-se e a ter iniciativas e dizer “Nós somos a favor do feminismo e vamos falar sobre isso”... porque acho que isso ainda não existe. (E\_4, género feminino)

Em contexto de aula, entre professor e aluno acho que é uma coisa que está um bocado adormecida. Se se pode dizer que existe? É possível que exista, mas lá está... está tão escondido que acaba por nem se notar... quanto a *workshops* e tudo mais, eu acho que os núcleos estão cada vez mais a tentar fazer alguma

coisa, espero eu, e é a partir daí que devemos arranjar alguma plataforma para falar sobre isso... e trazer quem saiba falar ainda melhor sobre isso, e a partir daí começa-se a criar uma coisa muito bonita... quanto à universidade, é um bocado dividido porque... não posso negar que posso ter visto alguma coisa, mas assim de repente não consigo dizer especificamente o que possam ter feito... (E\_5, género masculino)

Eu vejo essas iniciativas e tudo mais, mas vêm de estudantes... núcleos e assim... fazem parte da Universidade, mas vêm dos alunos, não da UC mesmo... e é importante dizer isso... (E\_17, género feminino)

Em forma de conclusão, os/as estudantes acreditam que deveriam existir mais iniciativas e formações oferecidas pela UC que abordassem questões feministas, assim como a aposta numa divulgação mais adequada e que chegasse ao maior número de estudantes possível:

Sim... devem existir mais, devem ser criadas mais, mas também se deve ter atenção à divulgação, porque lá está... eu acredito que já existam algumas, mas... não vejo em lado nenhum... devíamos apostar na divulgação. (E\_14, género feminino)

### **5.6.1. Feminismos no grupo de colegas/amigos de Universidade**

Para fechar este bloco tentou-se perceber, apesar da pouca divulgação acerca do feminismo e questões de género por parte da Universidade de Coimbra, se esta era uma discussão recorrente nos grupos de colegas/amigos de Universidade destes/as estudantes. Aqui, foi possível ver uma distinção entre estudantes do género feminino e estudantes do género masculino, sendo que estas discussões, nomeadamente acerca de discriminações e violências com base no género, estão mais presentes em grupos femininos do que em grupos masculinos. As raparigas afirmam tratar-se de temas recorrentes nos seus grupos mais próximos: *“Sempre existiu [essa discussão] ... em qualquer ano letivo que tenha tido, desde o início da licenciatura até aqui ao mestrado, existiu...”* (E\_3, género feminino), enquanto, no caso dos rapazes, isso não se verifica.

Como a maioria destas estudantes do género feminino se assume feminista, também o seu grupo de colegas/amigos reflete esse título, no sentido em que a maioria das pessoas que fazem parte dos seus grupos de amigos/as partilha os mesmos ideais feministas. Podemos, aqui, fazer uma distinção entre colegas e amigos, tal como alguns e algumas estudantes mencionam:

Colegas e amigos é diferente... não costuma haver muito essa discussão com colegas, porque não há... não há essa intimidade e aproximação..., mas entre

amigas sim, já nos sentimos mais à vontade e também temos muitas coisas em comum, né... por isso é que somos amigas (risos) (E\_18, género feminino)

É importante referir que os/as estudantes sentem diferenças entre ter este tipo de discussões com rapazes e com raparigas. Por um lado, apesar da maioria das estudantes do género feminino sentir vontade de explicar e tirar dúvidas acerca de questões feministas, seja a colegas ou amigos (género masculino), existem reservas pois não se sabe qual será a reação:

(...) com rapazes... eu falo, e eles geralmente ouvem e estão abertos à discussão..., mas é sempre aquela coisa (risos), sei lá se um não se vai passar e começar a.... sei lá... porque lá está... não sabem o que é o feminismo... E eu sinto isto...e as minhas amigas também... pensamos duas vezes antes de falar com eles... (E\_14, género feminino)

Isto deve-se, em parte, à consciência de que o feminismo é visto ainda, por muitos/as, como algo negativo para pessoas do género masculino, como foi exposto acima. Muitas estudantes têm noção de que estes estereótipos ainda estão muito presentes, nomeadamente entre os rapazes, pelo que as reservas são algumas em abordar temas feministas com eles.

Concluindo, os/as estudantes afirmam que questões de género fazem parte de discussões recorrentes, nomeadamente no círculo próximo de amigos/as de universidade, porque consideram estas questões, de certa forma, complexas e íntimas, sentindo-se mais à vontade para falar delas com quem confiam e sabem que partilha das mesmas ideias.



## CONCLUSÕES

Representações sociais são, ao mesmo tempo, um produto e um processo (Valsiner, 2003). Definem-se por um conjunto de conhecimentos e opiniões comuns a determinada população que dependem da interação social, pelo que não são estáticas e existirão sempre novos significados e necessidade de continuar a aprofundá-los.

Com este estudo pretendeu-se, acima de tudo, conhecer as representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra, inscritos no ano letivo de 2021/2022, acerca do feminismo, pelo que as suas representações não serão as representações nem dos/as antigos/as nem dos/as futuros/as estudantes da Universidade de Coimbra. De qualquer das formas, e porque a presente dissertação é apenas mais um contributo para uma área de estudo tão complexa e vasta como a Sociologia do Género, há que continuar a investigação acerca destas questões.

Apesar dos significados de feminismo variarem de estudante para estudante, tal como variam de académico/a para académico/a, chegam ao consenso que é o movimento que reconhece as desigualdades entre géneros, lutando por mudanças a vários níveis, desde o legal ao social, do teórico ao prático, de forma a se alcançar a igualdade de género.

Desta forma, a maioria dos/as estudantes reconhece desigualdades com base no género na sociedade em que está inserido/a, assim como os seus efeitos negativos para toda a gente, independentemente do género. Assumem uma socialização distinta entre géneros — nomeadamente de uma perspetiva binária (feminino e masculino) —, desde o nascimento e que, de acordo com estes/as estudantes, contribui para a desigualdade entre géneros.

Estas desigualdades acabam por se espelhar em várias esferas da vida através de papéis, estereótipos, discriminações e violências de género. Os/as estudantes destacam: o trabalho não remunerado, em contexto caseiro, desempenhado, de maneira desequilibrada, por mulheres, mesmo que a maioria destas tenha vida profissional; questões de maternidade e paternidade, onde é esperada uma responsabilidade e cuidado inerentes por parte da mãe; a Escola, vista como local onde as desigualdades de género são reproduzidas e transmitidas; e discriminações no local de trabalho, onde o assédio

sexual e o *gap* salarial foram os aspetos mais mencionados, nomeadamente pelas estudantes (género feminino).

Procurou-se saber se os/as estudantes já tinham sido vítimas e/ou testemunhas de alguma destas discriminações durante as suas vidas, incluindo em contexto universitário. Além das desigualdades de género sentidas em casa, na rua e durante todo o percurso escolar, os contextos universitários onde se identificam discriminações e violências com base no género são: na sala de aula, onde várias estudantes (nomeadamente do género feminino) já se sentiram desconfortáveis, em algum momento, com olhares insinuantes (assédio sexual) e discursos sexistas, nomeadamente por parte de docentes. Sentem, neste contexto, receio em expor as situações por serem estudantes e não se sentirem à vontade para desafiar a “autoridade” — os/as docentes —, com medo de penalizações; na praxe académica que, apesar de ser entendida, pela maioria, como importante para a integração dos/as caloiros, também reproduz más práticas onde reina a humilhação, o assédio sexual e discursos que perpetuam as violências contra mulheres. Aqui, também os/as estudantes se sentem impotentes, visto se encontrarem numa posição “inferior” devido à narrativa da hierarquização; na noite académica, onde o assédio sexual já está normalizado e o excesso de álcool abre portas para a perpetuação de comportamentos abusivos e machistas por parte dos estudantes (nomeadamente do género masculino).

Percebe-se que a entrada na universidade, nomeadamente a saída de casa e a quebra com os valores dos pais foram fatores importantes para o desenvolvimento de uma consciência acerca das desigualdades de género e questões inerentes. Apesar de muitos/as estudantes assumirem uma preocupação acerca destas questões desde muito jovens, o contacto com muitas e diferentes pessoas, na universidade, assim como os novos grupos de amigos/as, contribuiu para o desenvolvimento do pensamento crítico e consciência feminista. Desta forma, muitos/as se sentiram à vontade, aqui, para se começarem a identificar como “feministas”, apesar de se notar uma disparidade entre o género feminino e o masculino, sendo que o último não se sente, ainda, tão à vontade para se autoidentificar como o primeiro, apesar de concordar com a maioria dos ideais e reivindicações feministas e reconhecer as desigualdades de género, assumindo-as como injustas.

Quem se intitula feminista sente-se à vontade para o fazer em público, perante pessoas desconhecidas, apesar das reações que recebem nem sempre serem as esperadas. Aqui,

as/as estudantes mencionam a ignorância e desinformação que muitas pessoas ainda partilham acerca do significado de feminismo, onde estereótipos acerca de mulheres feministas são identificados (e.g.: são mulheres agressivas e que odeiam os homens), e a masculinidade e orientação sexual de homens feministas são, ainda, alvo de questionamento.

Quando questionados/as acerca de quem pode ser feminista, quem se identifica como feminista e concorda com os ideais feministas (corresponde à maioria dos/as estudantes), afirma que todos/as o podem fazer, pelo que o sexo biológico e a identidade de género não devem ser um critério. De acordo com Liss e Erchull (2010), considerar-se feminista não implica necessariamente uma identidade feminista consolidada mas, apesar disto, quem assim se identifica acaba por assumir, com mais frequência, a existência de sexismo e desigualdades de género (Lemos, 2020, p. 21; Wiley & Dunne, 2018, p. 656; Estevan-Reina & Megías, 2020, p. 2), o que se comprovou no presente estudo: quem se identifica como feminista apresenta conhecimentos mais aprofundados acerca das questões e desigualdades de género assim como identifica, com mais facilidade, situações de sexismo e violências de género.

As estudantes (género feminino) que se consideram feministas sentem-se à vontade para incluir os homens no feminismo, não se opondo à adoção do título por parte destes. Por outro lado, ainda se notam muitas dúvidas, por parte dos estudantes (género masculino), acerca da possibilidade e formas de envolvimento masculino no movimento feminista e consequente autoidentificação como feminista.

De seguida tentou-se perceber qual o papel, ou papéis, dos homens no feminismo. Os/as estudantes, independentemente da identidade de género, acreditam que deve ser, fundamentalmente, um papel de auxílio. Para isso devem, em primeiro lugar, estar dispostos a ouvir as reivindicações das mulheres; em segundo lugar informarem-se para, conseqüentemente, adquirirem um olhar crítico acerca das desigualdades de género, nomeadamente acerca das violências machistas, intervindo quando necessário, especialmente porque os homens, de acordo com estes/as estudantes, ouvem mais facilmente e levam mais a sério outros homens. Desta forma, homens feministas (ou pró-feministas), podem ser importantes atores de intervenção em grupos masculinos,

sobretudo perante situações de assédio e outras violências contra mulheres, chamando à atenção e desafiando esses comportamentos.

Aqui, discutiu-se também o papel de homens feministas (ou pró-feministas) nas posições de poder, nomeadamente na política, cuja paisagem continua, ainda hoje, maioritariamente masculina, pelo que é necessária não só a integração de ideais feministas nestas posições através de homens feministas, ou que apoiem o feminismo, para que haja uma mudança “de dentro para fora”, mas também uma melhor e maior representação das mulheres em posições de tomadas de decisão.

Ainda durante a discussão do papel dos homens no feminismo, alguns e algumas estudantes mencionaram o facto do feminismo combater, de entre outras coisas, a masculinidade hegemónica (e tóxica) que afeta não só as mulheres (através, por exemplo, da violência contra as mulheres), mas também os homens. Este tipo de masculinidade perpetua comportamentos e ideais masculinos tóxicos para os homens tais como a repressão de sentimentos e emoções, a competitividade, a agressividade e os comportamentos de risco, resultando num maior número de mortes (incluindo por suicídio) no grupo masculino, quando comparando com o grupo feminino.

Apesar de existirem estudantes que não se consideram feministas (uma minoria), isto não significa que não assumam ideais feministas. A maioria destes/as estudantes, apesar de não adotarem o título de feminista, reconhecem desigualdades de género a vários níveis e acreditam que devem ser combatidas, pelo que é identificado o “feminismo tácito”. O facto de não se considerarem feministas advém, na maioria dos casos, dos estereótipos negativos acerca de pessoas feministas, mencionados acima.

Conclui-se, então, que o mais importante não assenta no título ou identificação, pelo que isso deve ficar ao critério de cada pessoa, seja homem, mulher ou pessoa não-binária. O que importa realmente é abraçar ideais feministas que assentam na igualdade entre géneros e na luta contra opressões e violências, atuando perante essas situações. Apesar disto, e como foi dito anteriormente, aqueles/as que se identificam como feministas não só identificam situações sexistas com mais facilidade, como as combatem mais eficientemente.

Em relação ao ativismo feminista na Universidade de Coimbra, os/as estudantes admitem ser escasso. Os/As estudantes afirmam que existe uma desigualdade de aulas e iniciativas que abordam questões de género e feminismo de curso para curso e faculdade para faculdade. Os/As estudantes das faculdades de Letras (FLUC), de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUC) e de Economia (FEUC) (nomeadamente do curso de Sociologia), referem já terem sido abordadas, em aulas e em algum momento dos seus percursos académicos, questões feministas. Já os/as estudantes das outras faculdades admitem o oposto.

Quando falam acerca dos impactos destas iniciativas, a maioria acredita que seriam benéficos tanto para a comunidade estudantil como para a docente. Apesar de alguns e algumas estudantes admitirem a existência de iniciativas que abordem questões de género/feministas, nomeadamente *workshops* e “fóruns participativos”, a sua divulgação não é adequada, pelo que deveria chegar a mais estudantes e a todas as faculdades e cursos, de forma igual.

Apesar do feminismo não estar representado e solidificado na Universidade de Coimbra da forma que estes/as estudantes desejam, eles/as admitem ser tema de discussão recorrente nos seus grupos de amigos de universidade. Aqui, fazem a distinção entre amigos e colegas, visto acreditarem que as questões feministas/de género se tratam, muitas vezes, de questões delicadas e íntimas, pelo que se sentem mais à vontade para falar delas no seu círculo de amigos mais chegados, não tanto com os colegas de curso/faculdade/universidade. Aqui, fazem também uma distinção entre géneros (feminino e masculino), no sentido em que se sentem mais à vontade, tanto raparigas como rapazes, em discutir estes temas com pessoas do género feminino, visto acreditarem que existe, ainda, muita desinformação acerca do feminismo, nomeadamente entre os rapazes, pelo que têm reservas acerca das reações destes.

Apesar da maioria reconhecer a existência de várias desigualdades de género, a vários níveis, os/as estudantes mostram-se positivos/as e esperançosos/as em relação ao futuro no que diz respeito à igualdade de género. Acreditam que já se traçou um caminho muito importante neste sentido, apesar de ainda existir muito para caminhar e que existem hoje, mais do que nunca, feminismos cada vez mais inclusivos e igualitários que lutam não só pela igualdade de género, mas também pela liberdade.

A maioria dos/as estudantes admite que o movimento feminista que vivem e conhecem poderia ser mais inclusivo e apesar de não terem um conhecimento geral acerca do feminismo interseccional, reproduzem ideias feministas interseccionais, pelo que a inclusão de vários grupos e comunidades marginalizadas no feminismo (como a comunidade negra, a LGBTQIA+ e pessoas com deficiência) é, para estes/as estudantes, fulcral e não deve ser questionada.

Concluindo, foi possível notar-se uma diferença geral entre estudantes do género feminino e estudantes do género masculino: além das estudantes (género feminino) terem aderido, em maior número, ao estudo, mostram conhecimentos mais aprofundados não só acerca das questões de género, mas também em relação ao feminismo em si. Notou-se também uma maior ignorância e reserva na maioria dos estudantes do género masculino ao abordar temas feministas, apesar da maioria reconhecer as várias formas de desigualdades de género.

Por fim, e refletindo acerca deste estudo e no contexto em que se insere, conclui-se que apesar da Universidade de Coimbra não apresentar uma posição concreta em relação ao feminismo e às questões de género e existirem ainda várias esferas da Academia que perpetuam comportamentos sexistas e abusivos, os/as estudantes partilham uma consciência feminista, estando alerta para as desigualdades de género e a importância de as combater e dispostos/as a absorver mais conhecimento acerca do movimento feminista.

Esta posição geral positiva acerca de questões feministas traz-nos um pouco de esperança num futuro mais igualitário pois é aqui, na Universidade, que se educam e formam as futuras gerações de profissionais e cidadãos que irão tomar decisões acerca da sociedade que compõem.

Não poderia não se abordar as limitações do presente estudo. Em primeiro lugar, apesar do número de entrevistas ter sido delimitado após a chegada a um ponto de saturação de informação, a amostra não pretende ser representativa da população, mas indicativa e sugestiva de pistas de trabalho. Além disso, a amostra/população inclui, na sua maioria, estudantes do género feminino (cisgénero), caucasianos/as, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e com formatos familiares “típicos/tradicionais” — pai, mãe e filhos/as. Como vimos, diferentes características e grupos identitários vivem e entendem o feminismo, de entre outros movimentos pela justiça social, de formas diferentes e

variadas, sendo que o próprio feminismo reconhece que as mulheres vivem diferentes opressões de género de acordo com as suas posições únicas (interseccionalidade). Desta forma, poderá ser ligeiramente tendencioso no sentido em que retrata, na generalidade, as representações de mulheres jovens em posições de privilégio relativamente à raça e posição social. No entanto, identificam-se exceções não só em termos de raça, mas também condição de deficiência, pelo que foi possível explorar um pouco do fator “inclusão” no movimento feminista vivido por estes/as estudantes. Será interessante, neste sentido, o desenvolvimento de mais estudos que retratem outros grupos/comunidades identitárias de estudantes da Universidade de Coimbra.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbott, P. & Wallace, C. (1997). *An Introduction to Sociology: Feminist Perspectives*. 2ª edição, Routledge.

Alonso, A. (2010). *A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s)*. [Versão Eletrónica] Revista Crítica de Ciências Sociais, Vol. 90, 25 – 43. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1760>.

Amâncio, L. (1998). *O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro*. Em Seminário organizado pela UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta). *Movimento Feminista em Portugal*. Lisboa, 5 — 6 de dezembro de 1998. Disponível em <http://umarfeminismos.org/images/stories/pdf/seminariomovfeminista.pdf>.

Anderson, V. (2009). *What's in a Label? Judgments of Feminist Men and Feminist Women*. *Psychology of Women Quarterly*, Nº.33, 206 – 215.

Baére, F. & Zanello, V. (2020). *Suicídio e Masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades*. *Psicologia em Estudo* [Versão Eletrónica], Vol. 25. Acedido em 10 de março de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44147>

Baily, J. (2012). *What happens when men get involved in feminism? Contemporary mixed-gender feminist activism in England*. Tese de Doutoramento em Filosofia. Departamento de Estudos Sociológicos (Department of Sociological Studies) – Universidade de Sheffield. Inglaterra. 281 pp.

Bandeira, L. & Magalhães, M. (2019). *A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal*. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Vol. 1, Nº.1, 29 – 56.

Barnett, B. (2005). *Feminists Shaping News: A Framing Analysis of News Releases From the National Organization for Women*. *Journal of Public Relations Research*, Vol. 17, Nº.4, 341 – 362. DOI: 10.1207/s1532754xjpr1704\_2.

Barreno, M., Horta, M. & da Costa, M. (2007). *Novas Cartas Portuguesas – Edição Anotada*. E-book. Publicações Dom Quixote. ISBN: 9789722046152.

- Barros, J. (2010). *Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier*. Mediações, Londrina, Vol. 16, Nº.1, 239 – 255. DOI: 10.5433/2176-6665.2011v16n1p239.
- Bartky, S. (1998). *Foreword*. Em Digby, T. (ed.). *Men Doing Feminism*. New York: Routledge.
- Bell, D. & Klein, R. (1996). *Radically speaking: Feminism Reclaimed*. Spinifex Press, Austrália.
- Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, Nº.1, 68 – 80.
- Bourdieu, P. (2013). *A Dominação Masculina*. Relógio D'Água.
- Brah, A. (2007). *Travels in negotiations: difference, identity, politics*. Journal of Creative Communications, Vol. 1, Nº.2, 245 – 256.
- Branco, P. (2008). *Do género à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu*. JULGAR, Nº.4, 103 – 117.
- Breen, A. & Karpinski, A. (2008). *What's in a name? Two approaches to evaluating the label feminist*. Sex Roles, Vol. 58, 299 – 310.
- Burn, S., Aboud, R. & Moyles, C. (2000). *The relationship between gender social identity and support for feminism*. Sex Roles, Vol. 42, 1081 – 1090.
- Butler, J. (2017). *Problemas de Género*. 1ª edição, Orfeu Negro. Lisboa.
- Campenhoudt, L., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 1ª edição. Gradiva. Lisboa.
- Canotilho, A., Tavares, M. & Magalhães, M. (2006). *ONGs e Feminismos: contributo para a construção do sujeito político feminista*, Ex aequo aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Nº.13, 91 – 99.
- Cardina, M (2012). *Marxismo*. Em *Dicionário das crises e das alternativas*. Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado. EDIÇÕES ALMEDINA, S.A., Coimbra.
- Castro, P. (2002). *Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici*. Análise Social, Vol. 37, Nº.164, 949 - 979.

- Choi, H. (2022). *The Nineteenth Century*. Em Smith, B. & Robinson, N. (ed.). *The Routledge Global History of Feminism*. 1ª edição, Routledge, London.
- Connell, R. (2005). *Masculinities*. 2ª edição. University of California Press. Estados Unidos da América.
- Connell, R., & Messerschmidt, J. (2005). *Hegemonic masculinity: Rethinking the concept*. *Gender & Society*, Vol. 19, Nº.6, 829 – 859. DOI:10.1177/0891243205278639
- Conlin, S. & Heesacker, M. (2017). *Feminist men?: examining men's feminist self-identification, activism and the impact of language*. *Journal of Gender Studies*, Vol. 27, Nº.8, 928 – 942.
- Cooper, S. (2011). *French Feminists and Pacifism, 1889–1914: The Evolution of New Visions*. *Peace & Change*, Vol. 36, Nº.1, 5 – 33. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0130.2010.00669.x>.
- Couto-Pontache, D. (1982). *Les origines du féminisme au Portugal*. Em *Colloque Utopie et Sacralisme au Portugal au XIXème Siècle*. Paris: Foudation Calouste Gulbenkian, 23 – 67.
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. *University of Chicago Legal Forum*, Vol. 1989, Nº.1, 139 – 167.
- Crenshaw, K. (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Rev. Estudos Feministas*, Vol. 10, Nº.1, 171 – 188.
- Crenshaw, K. (2017). *Kimberlé Crenshaw on Intersectionality, More than Two Decades Later*. Disponível em <https://www.law.columbia.edu/news/archive/kimberle-crenshaw-intersectionality-more-two-decades-later>.
- da Costa, M. & Schwade, E. (2012). *Discursos e feminismos em movimento entre a marcha mundial de mulheres e o MST*. *Revista Sociais E Humanas*, Vol. 25, Nº.2, 221 – 230.
- de Beauvoir, S. (2015). *O Segundo Sexo, Volume 2 – A experiência vivida*. 2ª edição. Quetzal Editores, Lisboa.
- de Oliveira, J. (2010). *Os feminismos habitam os espaços hifenizados – A localização e interseccionalidade dos saberes feministas*. *Ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, Nº.22, 25 – 39.

de Paula, R. & da Rocha, F. (2019). *Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva*. Revista Mosaico. Vol. 10, Nº.2, 82 – 88.

Dias, I. (2008). *Violência contra as mulheres no trabalho, O caso do assédio sexual*. Sociologia, Problemas e Práticas, Nº.57, 11 – 23.

Digby, T. (ed.). (1998). *Men Doing Feminism*. New York: Routledge.

Drury, B. & Kaiser, C. (2014). *Allies against Sexism: The Role of Men in Confronting Sexism*. Journal of Social Issues, Vol. 70, Nº.4, 637 – 652.

Duarte, M. (2013). *Para um direito sem margens: Representações sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Tese de Doutoramento em Sociologia na área científica do Estado, do Direito e da Administração. Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra. Coimbra. 560 pp.

Dworkin, A. (1982). *Our Blood: Prophecies and Discourses on Sexual Politics*. Women's Press Ltd, New York.

Estevan-Reina, L. & Megías, J. (2020). *Feminist or Paternalistic: Understanding Men's Motivations to Confront Sexism*. Frontiers in psychology, Vol. 10, Nº.2988. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02988>.

Faludi, S. (1991). *Backlash: The Undeclared War Against American Women*. New York: Three Rivers Press, Nova Iorque.

Faustini, C., Castro, H. & Vieira, R. (2021). *Feminismo Pós-Estruturalista*. Acesso em 29 de junho de 2022, disponível em: <https://gedes-unesp.org/feminismo-pos-estruturalista/>.

Ferreira, V. (1988). *O Feminismo na Pós-modernidade*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº.24, 93 – 106

Ferreira, V. (2021). *Diálogos feministas sobre masculinidades: experiências, desafios e horizontes*. Ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Nº.43. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.08>.

Feuer, L. & McLellan, D. (2022). *Karl Marx*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/biography/Karl-Marx>.

- Flicker, U. (2007). *Introducción a la investigación cualitativa*. 2ª edição. Ediciones Morata, Madrid.
- Frias, A. (2003). *Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº.66, 81 – 116.
- Friedan, B. (2001). *The Feminine Mystique*. E-book. W. W. Norton & Company Ltd.
- Freitas, M., Felix, J. & Carvalho, M. (2018). *Homens podem ser feministas? O pioneirismo dos estudos de masculinidades no Nordeste do Brasil*. R. Educ. Públ, Vol. 27, Nº.66, 861 – 881.
- Garcia, S. (2020). *Estado de Arte da Guerra Civil Feminista*. Working Paper #95, Observatório Político, publicado em 30/09/2020, URL: [www.observatoriolitico.pt](http://www.observatoriolitico.pt).
- Gomes, A. (2011). A Grande Aliança de Ana Castro Osório: um projeto político-pedagógico fracassado. Revista Estudos do Século XX, Nº.11, 280 – 299. DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622\\_11\\_16](http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_11_16).
- Gulker, J, Aimee, M. & Monteith, M. (2013). *Confronting prejudice: The who, what, and why of confrontation effectiveness*. Social Influence, Vol. 8, Nº.4, 280 – 293. DOI: 10.1080/15534510.2012.736879.
- Gundersen, A. & Kunst, J. (2019). *Feminist ≠ feminine? Feminist women are visually masculinized whereas feminist men are feminized*. Sex Roles: A Journal of Research, Vol. 80, Nº.5 – 6, 291 – 309.
- Henning, C. (2015). *Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, 97 – 128. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p97.
- hooks, b. (2000). *Feminism is for everybody: passionate politics*. South End Press. Cambridge, MA.
- hooks, b. (2015). *Feminist theory: from margin to center*. Routledge, New York.
- hooks, b. (2018). *Não serei eu mulher? As mulheres negras e o feminismo*. 1ª edição, Orfeu Negro. Lisboa.

- Hopkins, P. (1998). *How Feminism Made a Man Out of Me: The Proper Subject of Feminism and the Problem of Men*. Em Digby, T. (ed.). *Men Doing Feminism*. New York: Routledge.
- Joanpere, M. & Morlà, T. (2019). *Nuevas Masculinidades Alternativas, La lucha con y por el Feminismo en el Contexto Universitario*. *Masculinities and Social Change*, Vol. 8, Nº.1, 44 – 65.
- Kaiser, C. & Miller, C. (2001). *Stop Complaining! The Social Costs of Making Attributions to Discrimination*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, Vol. 27, Nº.2, 254 – 263.
- Kent, S. (2022). *Definitions: An Overview*. Em Smith, B. & Robinson, N. (ed.) *The Routledge Global History of Feminism*. 1ª edição, Routledge, London.
- Kimmel, M. (1998). *Who's Afraid of Men Doing Feminism?* Em Digby, T. (ed.). *Men Doing Feminism*. New York: Routledge.
- Kimmel, M. (2016). *So You Want to Be a Male Feminist?* Acesso em 20 de junho de 2022, disponível em <https://leanin.org/news-inspiration/so-you-want-to-be-a-male-feminist>.
- Lemos, I. (2020). *Influência do feminismo no desenvolvimento da identidade de adultas emergentes no contexto universitário*. Dissertação de mestrado em Temas de Psicologia do Desenvolvimento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra, Coimbra. 175 pp.
- Liss, M., & Erchull, M. (2010). *Everyone Feels Empowered: Understanding Feminist Self-Labeling*. *Psychology of Women Quarterly*, Vol. 34, Nº.1, 85 – 96.
- Lopes, M. (2019). *Um jurista em busca da proteção das mulheres nos meandros da lei quincentista*. Em *Primeiros Textos Sobre Igualdade e Dignidade Humanas*, coordenado por Daniel Pires, Fernando Machado, José Eduardo Franco, Margarida Seixas, Maria Antónia Lopes, Paulo de Assunção, Pedro Calafate, Ricardo Ventura e Susana Alves-Dias, Vol. 14 de *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 19 – 34.
- Macedo A. & Amaral, A. (orgs.). (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Edições Afrontamento. Nº de edição: 957.
- Magalhães, M. (2007). *Movimentos Feministas em Portugal, 1970- 2007*. Conferência proferida no Seminário “As Faces de Eva: Perspectivas sobre a Mulher Portuguesa (1908-2007)”. Vila Nova de Famalicão.

- Mariano, M. (2004). *Génesis e desenvolvimento do movimento feminista português (1890-1930)*. Dissertação de mestrado em História do século XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. 312 pp.
- Marôpo, L., da Silva, M. & Magalhães, M. (2017). *Feminismo online em Portugal: um mapeamento do ativismo no Facebook*. Em S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do IV Congresso*, 280 – 293. Braga: CECS.
- Marques, M. (2017). *Estudos da masculinidade e teoria feminista*. Em J. M. Oliveira & L. Amâncio (org.). *Géneros e sexualidades: Interseções e tangentes*, 39 – 53. Lisboa, Portugal, CIS-IUL.
- Massa, R. (2019). *Movimentos feministas e violência doméstica: o pessoal é político*. VI Jornada de Direitos Fundamentais.
- Martins, C. (2019). *Feminismos*. Dicionário Alice. ISBN: 978-989-8847-08-9.
- Mayer, G. (2020). *Friedrich Engels: uma biografia*. E-Book. Boitempo Editorial.
- McCann, H., Carroll, G., Duguid, B., Gehred, K., Kirillova, L., Kramer, A., Holmes, M., Weber, S. & Mangan, L. (2019). *The Feminism Book*. New York: DK Publishing. Nova Iorque.
- Medrado, B. & Lyra, J. (2008). *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades*. Revista Estudos Feministas, Vol. 16, Nº.3, 809 – 849.
- Millett, K. (1974) *Política sexual*. Lisboa: Dom Quixote, Lisboa.
- Monteiro, R. (2012). *Feminismo*. Em *Dicionário das crises e das alternativas*. Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado. (2012). EDIÇÕES ALMEDINA, S.A., Coimbra.
- Monteiro, R. & Ferreira, V. (2016). *Women's movements and the State in Portugal: a State feminism approach*. Revista Sociedade e Estado, Vol. 31, Nº.2, 459 – 486.
- Neto, Daniela (2020). *Afinal o que é o Assédio Sexual? As Representações dos/as Estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao Assédio Sexual*. Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra. Coimbra.
- New, C. (2001). *Oppressed and Oppressors? The Systematic Mistreatment of Men*. Sociology, Vol. 35, Nº.3, 729 – 748.

- Nogueira, C. (1996). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: perspectiva crítica na psicologia social*. Tese de Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações - Universidade do Minho, Minho. 440 pp.
- Nogueira, C. (2006). *Os discursos das mulheres em posições de poder*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Vol. 9, Nº.2, 57 – 72.
- Nogueira, C., Magalhães, M. & da Silva, S. (2003). *Um Olhar sobre os Feminismos: Pensar a Democracia no Mundo da Vida*. Porto: Edições UMAR.
- Oakley, A. (1972). *Sex, Gender and Society*. Gower/Maurice Temple Smith. Londres.
- Offen, K. (1988). *Defining Feminism: A Comparative Historical Approach*. Signs: Journal of Women in Culture and Society, Vol. 14, Nº.1, 119 – 157.
- Offen, K. (2000). *European Feminisms, 1700-1950: a Political History*. Stanford University Press. Stanford, California.
- Oliveira, J. (2017). *Dançar primeiro e pensar depois*. Em Butler, J. *Problemas de Género*. 1ª edição, Orfeu Negro. Lisboa.
- Organização Internacional do Trabalho. (2021). *Relatório Global sobre os Salários 2020–21: Salários e salários mínimos na era da COVID-19*. Genebra.
- Oppen, F. (2003). *O feminismo radical e o surgimento das teorias do patriarcado: um ponto de vista marxista*. Revista Marxismo Vivo, Vol. 7, 175 – 198.
- Osório, A. (1905). *Às Mulheres Portuguesas*. Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso. Lisboa. Disponível em <https://purl.pt/13902>.
- Pan American Health Organization. (2019). *Masculinities and Health in the Region of the Americas. Executive Summary*. Washington, D.C.
- Parsons, L. (2011). *Speeches at the Founding of the Industrial Workers of the World*. Em Blackburn, R. *Marx and Lincoln: An Unfinished Revolution*. Verso Books, ISBN-13: 978-1-84467-722-1
- Patriota, L. (2007). *Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade*. Serviço Social em Revista, Vol. 10, Nº.1, disponível em <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1.htm>.



- Pierce, W., Sydie, R., Stratkotter, R. & Krull, C. (2003). *Social concepts and judgments: A semantic differential analysis of the concepts feminist, man, and woman*. *Psychology of Women Quarterly*, Vol. 27, 338 – 346.
- Pintasilgo, M. (1981). *Feminismo - Palavra Velha?* Reflexão Cristã, Nº.26, 12 – 16.
- Pinto, C. (2010). *Feminismo, História e Poder*. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 18, 15 – 23.
- Ribeiro, D., Nogueira, C. & Magalhães, S. (2021). *As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro*. Sul-Sul: *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Vol. 1, Nº.3, 57 – 76.
- Rodrigues, L., Carneiro, N. & Nogueira, C. (2018). *Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans(género) no Brasil e em Portugal*. Seminário múltiplas discriminações, 33 – 55, disponível em <https://hdl.handle.net/10216/119122>.
- Sardinha, L., Maheu-Giroux, M., Stöckl, H., Meyer, S. & García-Moreno, C. (2022). *Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018*. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02664-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02664-7).
- Schouten, M. (2011). *Uma sociologia do género*. 1ª edição, Edições Húmus, Lda. Famalicão.
- Silva, F. (2016). *Notas de Reflexão sobre as Teorias Feministas e os Feminismos em Portugal*. *Historiae*. Vol. 7, Nº.1, 29 – 48.
- Silvestre, M., Fialho, I. & Saragoça, J. (2014). *Da palavra à construção de conhecimento científico: um olhar reflexivo e meta-avaliativo sobre o guião de entrevista*. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, Vol. 10, Nº.1, 119 – 138.
- Smith, B. (2022). *Foundations, elements, roots*. Em Smith, B. & Robinson, N. (ed.) *The Routledge Global History of Feminism*. 1ª edição, Routledge, London.
- Smith, B. & Robinson, N. (ed.). (2022). *The Routledge Global History of Feminism*. 1ª edição, Routledge, London.
- Subašić, E., Hardacre, S., Elton, B., Branscombe, N., Ryan, M. & Reynolds, K. (2018). *"We for She": Mobilising men and women to act in solidarity for gender equality*. *Group Processes & Intergroup Relations*, Vol. 21, Nº.5, 707 – 724. DOI: 10.1177/1368430218763272.

Swim, J., Hyers, L., Cohen, L. & Ferguson, M. (2001). *Everyday Sexism: Evidence for Its Incidence, Nature, and Psychological Impact From Three Daily Diary Studies*. *Journal of Social Issues*, Vol. 57, Nº.1, 31 – 53.

Tavares, M. (2010). *Feminismos: Percursos e Desafios*. 1ª edição. Texto Editores, Lda. Alfragide, Portugal.

Tavares, M., Bento, A. & Magalhães, M. (2004). *Feminismos e movimentos sociais em tempos de globalização: o caso da MMM*. Livro de Atas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra: CES.

Taylor, K. (2020). *Until Black Women Are Free, None of Us Will Be Free. Barbara Smith and the Black feminist visionaries of the Combahee River Collective*. *The New Yorker*. <https://www.newyorker.com/news/our-columnists/until-black-women-are-free-none-of-us-will-be-free>.

TED, “About: Our Organization” <https://www.ted.com/about/our-organization>. [15 de junho de 2022].

Toller, P., Suter, E. & Trautman, T. (2004). *Gender Role Identity and Attitudes Toward Feminism*. *Sex Roles*, Vol. 51, Nº.1 & 2, 85 – 90.

Torres, A., da Silva, F., Monteiro, T., Cabrita, M. & de Jesus, F. (2000). *Porque não se revoltam as mulheres? Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão do trabalho entre os sexos*. IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, - [S.L.]: [APSIOT], [2000]. - 4º dossier, 12 pp.

Vaquinhas, I. (2009). *Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI*. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Vol. 6, Nº.1, 241 – 253.

Valsiner, J. (2003). *Beyond social representations: a theory of enablement*. *Papers on Social Representations*, Vol. 12, 7.1 – 7.16.

Wachelke, J. & Camargo, B. (2007). *Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento*. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Vol. 41, Nº.3, 379 – 390.

White, A. (2006). *Racial and Gender Attitudes as Predictors of Feminist Activism Among Self-Identified African American Feminists*. *Journal of Black Psychology*, Vol. 32 №.4, 455 – 478, DOI: 10.1177/0095798406292469.

Wiley, S. & Dunne, C. (2019). *Comrades in the struggle? Feminist women prefer male allies who offer autonomy- not dependency-oriented help*. *Sex Roles: A Journal of Research*, Vol. 80, №.11 & 12, 656 – 666.

Wiley, S., Srinivasan, R., Finke, E., Firnhaber, J. & Shilinsky, A. (2013). *Positive Portrayals of Feminist Men Increase Men's Solidarity with Feminists and Collective Action Intentions*. *Psychology of Women Quarterly*, Vol. 37, №.1, 61 – 71.

Yadav, M. & Yadav, M. (2018). *Aspects of Feminist Writing: A Presentation of Common Issues*. *Journal of English Language Teaching and Linguistics*. Vol. 3, №.1, 57 – 68.



**ANEXOS**



## ANEXO 1

### Amostra da População

		Nº	
Género	Feminino	14	
	Masculino	7	
	Não-binário	1	
Faculdade	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)	4	
	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC)	3	
	Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC)	2	
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC)	3	
	Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC)	3	
	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)	3	
	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC)	2	
	Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra (FCDEFUC)	2	
	Ano	1º	4
		2º	4
3º		7	
4º		5	
5º		2	